

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”**

Câmpus Experimental de Ourinhos

KARL HAUSHOFER: A *GEOPOLITIK* ALEMÃ VAI À GUERRA

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora
para obtenção do título de
Bacharel em Geografia pela
UNESP – *Câmpus* Experimental
de Ourinhos.

Ourinhos – SP
outubro/2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”**

Câmpus Experimental de Ourinhos

KARL HAUSHOFER: A *GEOPOLITIK* ALEMÃ VAI À GUERRA

WESLEY DE SOUZA ARCASSA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora
para obtenção do título de
Bacharel em Geografia pela
UNESP – *Câmpus* Experimental
de Ourinhos.

Ourinhos – SP
outubro/2011

Arcassa, Wesley de Souza, 1987-
A 698k Karl Haushofer: a *geopolitik* alemã vai à guerra / Wesley de Souza
Arcassa. – Ourinhos: [s.n], 2011.
100 f. : il.

Orientador: Paulo Fernando Cirino Mourão
Trabalho de conclusão (bacharelado – Geografia) – Universidade
Estadual Paulista – Câmpus Experimental de Ourinhos
Inclui bibliografia

1. Karl Haushofer (1869-1946). 2. *Geopolitik* Alemã. 3. Geografia
Política Clássica. I. Mourão, Paulo Fernando Cirino. II. Universidade
Estadual Paulista – Câmpus Experimental de Ourinhos. III. Título.

CDD 910.132012

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão (orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Noemia Ramos Vieira

Prof. Dr. Nelson Rodrigo Pedon

Ourinhos, 23 de novembro de 2011.

*A meus Pais, às minhas Irmãs e à amiga Arlete,
por terem tornado possível o sonho de
cursar uma universidade, dedico.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha família, amigos e pelas oportunidades de crescimento conferidas a cada dia de vida.

Aos meus pais Isaias e Aparecida, a quem devo tudo que sou e o exemplo que devo sempre seguir. Muito obrigado pelo amor, carinho e dedicação que sempre tiveram por mim e por nossa família, bem como, por nunca terem medido esforços para torna-nos melhores e realizar nossos sonhos.

À minhas queridas irmãs Cristiane e Josiane, pelo apoio e dedicação, sempre me amparado nos momentos difíceis, e também pelo incentivo e palavras de carinho. Junto a vocês, agradeço aos meus cunhados Ricardo e Alexandre, por integrarem a nossa família e torná-la mais feliz, e também por serem tão prestativos.

À amiga Arlete, muito mais do que um membro de nossa família. Obrigado pela ajuda, material e imaterial, que foi decisiva para que eu pudesse cursar a faculdade. Suas atitudes sempre nos servirão de modelo, para que assim, nos tornemos melhores.

Ao Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão, muito mais do que um orientador, um exemplo profissional a ser seguido. Obrigado pela confiança em mim depositada e pela liberdade de pesquisar o tema que sempre desejei, bem como, pela disponibilidade em discutir a pesquisa e sanar as dúvidas e, pelo constante incentivo. Foi muito bom ser seu orientando e fazer parte da UNESP – *Câmpus* de Ourinhos durante a sua gestão de diretor, além, de descobrir que é possível pensar e discutir a Geografia livre dos dogmas e posicionamentos tendenciosos que tanto permeia esta ciência.

À tia Venice e ao tio Nelson, pelas palavras de incentivo e por estarem sempre prontos a ajudar. Aos meus primos Vinícius e Everton, pelas inúmeras “caronas” a Penápolis, o que me permitiu estar mais vezes junto à minha família.

Aos meus grandes amigos da faculdade, que durante os cinco anos de curso tornaram a estadia em Ourinhos mais agradável e que sempre estiveram ao meu lado, seja no convívio do dia-a-dia ou na elaboração dos trabalhos: Fabíola, Bárbara, Júlia, Vanessa, Ana Carolina e Julio. Não posso falar de cada um de vocês separadamente, pois todos são muito especiais e possuem um papel em minha vida, espero que sejamos sempre amigos, perto ou longe um do outro. Desculpem-me por sempre querer elaborar “trabalhos conteudistas” e “seminários infundáveis”.

À Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Perusi, Prof^a. Dr^a. Noemia Ramos Vieira e Prof. Dr. Edson Luís Piroli, por serem mais do que simples professores, pois representam verdadeiros

exemplos de dedicação à profissão e ao ensino. Obrigado pelo apoio e amizade ao longo do curso.

A todos os professores da UNESP – *Câmpus* de Ourinhos, antigos e atuais, a quem devo minha formação acadêmica: Paulo, Maria Cristina, Noemia, Edson, Andréa, Neusa, Érika, Carla, Denise, Denis, Sávio, Antonio Sérgio, Márcia, Nelson, Luciene, Lirian, Marta, Willian, Fabiana, Edilson, Rodrigo, Ana Cláudia, Jonas e Márcio.

Aos membros da banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (Prof. Paulo, Prof^ª. Noemia e Prof. Nelson), pelas contribuições fundamentais para a redação final do presente documento.

À “trupe” da biblioteca, Laryssa, Andréia, Marcos, Rafael e Leila (que no pouco tempo em que esteve conosco, deixou saudades), pela atenção, respeito e dedicação aos alunos. Sem a contribuição dos mesmos, principalmente na constante busca e solicitação de materiais bibliográficos oriundos de outras instituições de ensino, dificilmente se conseguiria atingir os objetivos elencados para o trabalho de conclusão, bem como, para a pesquisa de iniciação científica. A biblioteca com certeza é o espaço mais agradável da unidade, justamente pela receptividade e alegria de seus funcionários.

A todos os funcionários da UNESP – *Câmpus* de Ourinhos, representados principalmente pelo Julio, Adriana, Márcio e Karina, pela dedicação à unidade e por sempre atenderem os discentes em suas necessidades acadêmicas.

Aos demais colegas de curso, pelas conversas e momentos divertidos: Micheli, Wellington, Juliana dos Santos, Lucinda, Silvia Corrêa, José, Talita, Adaliza, Ângela, Luiz Otávio, Silvia Nunes, Luzia, Ticiania, Éolo, Weslei, Virginia, Fernanda, João Paulo, Renata, Daniela, Danielle, Vitor Hélio, Mário, Bruna, Juliana Zanata, Camila, Tadeu, Felipe, Einstein, Gerson e Paulo César.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de estudos nesse último ano de curso, tornando possível a realização da pesquisa de iniciação científica que teve como um de seus produtos o presente trabalho.

À Pró-reitora de Extensão da UNESP (PROEX), pela concessão ao longo de vários anos de faculdade da bolsa de apoio ao aluno, a qual foi fundamental para manutenção e permanência em Ourinhos, sendo que durante a vigência da mesma pude iniciar as pesquisas que, posteriormente, resultaram em uma iniciação científica e no trabalho de conclusão de curso.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para o resultado final desse trabalho.

*“A guerra é um assunto sério demais para
ser deixado nas mãos dos militares”*
Winston Churchill

SUMÁRIO

Introdução e Justificativa.....	12
Obejtivos.....	15
1. O Método Biográfico na Análise da Trajetória de Karl Haushofer.....	16
2. Reflexões em Torno dos Conceitos de Geografia Política e Geopolítica.....	20
3. Friedrich Ratzel para Além do Determinismo Geográfico.....	32
3.1 Aspectos Biográficos.....	32
3.2 Elementos Teóricos.....	38
4. A Política Interna e Externa Alemã Durante a Segunda Guerra Mundial.....	44
4.1 Ascensão de Hitler ao Poder.....	44
4.2 O Nazismo e a Segunda Guerra Mundial.....	49
5. Karl Ernst Nikolas Haushofer: entre a Geopolitik e o Nazismo.....	60
5.1 Karl Haushofer: um alemão de seu tempo.....	60
5.2 A <i>Geopolitik</i> Alemã e o Instituto de Munique.....	65
5.3 Haushoferismo <i>versus</i> Hitlerismo.....	71
5.4 A <i>Zeitschrift für Geopolitik</i> e a Cartografia Geopolítica.....	75
5.5 O General-Geógrafo Defende-se das Acusações.....	84
6. A Geografia Política/Geopolítica Pós-Segunda Guerra Mundial: do Ostracismo ao Renascimento.....	88
Considerações Finais.....	93
Referências Bibliográficas.....	97

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Páginas
01 O Geógrafo Friedrich Ratzel.....	33
02 Típico Cartograma presente na Obra Politische Geographie (1897).....	40
03 Desfile das Tropas Alemãs durante o Aniversário de Hitler (1939).....	48
04 Território Alemão Pós-Primeira Guerra Mundial.....	51
05 A Grande Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.....	57
06 Território Alemão Retalhado Pós-Segunda Guerra Mundial.....	58
07 O General-geógrafo Karl Haushofer.....	61
08 O General Haushofer e Rudolf Hell.....	64
09 As Pan-Regiões de Karl Haushofer.....	68
10 Área Limite de Ameaça à Alemanha por Aviões de Países Vizinhos.....	79
11 Um Pequeno Estado Ameaça à Alemanha.....	80
12 Áreas Industriais Alemãs Susceptíveis ao Ataque Inimigo.....	80
13 Fronteiras da Europa Central (<i>Mitteleuropa</i>).....	81
14 Território do Povo e da Cultura Alemã.....	81
15 Território do Povo e da Cultura Alemã.....	82
16 Símbolos para uma Cartografia Geopolítica.....	83

RESUMO

A Geopolítica, suas concepções e vicissitudes são indissociáveis das turbulências e das tragédias do século XX. Esta pode ser compreendida como um dos descendentes diretos do inquietante desejo humano de construir uma ciência do poder. Assim, a Geopolítica graças a uma apreensão “científica” das interações entre o homem e o espaço torna possível ascender às leis do poder. O presente trabalho tem como principal objetivo compreender as ideias e teorias estabelecidas pelo general alemão, Karl Haushofer, bem como, a incidência do pensamento ratzeliano na construção dos preceitos deste militar-geógrafo. Além disso, busca-se analisar o grau de influência de Haushofer e da *Geopolitik* alemã perante as decisões estratégicas arquitetadas pelo III *Reich*, desde a subida de Hitler ao poder até o fim do regime nazista em maio de 1945.

Palavras-chave: Karl Haushofer; *Geopolitik* Alemã; Geografia Política Clássica; II Guerra Mundial.

ABSTRACT

The Geopolitics events and their conceptions are inseparable from the turmoil and tragedies of the twentieth century. This can be understood as one of the direct descendants of the disturbing human desire to build a science of power. Thus, the Geopolitics due a “scientific” apprehension of the interactions between man and space make it possible to ascend the laws of power. The present study has as main objective to understand the ideas and theories established by the German General Karl Haushofer, as well as the incidence of thought ratzelian in the construction of rules of this military-geographer. Moreover, we seek to analyze the degree of influence of Haushofer and of German *Geopolitik* before the strategic decisions architected by the Third Reich, from Hitler's rise to power until the end of Nazism in May 1945.

Key Words: Karl Haushofer; German *Geopolitik*; Classic Political Geography; II World War.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Partindo do pensamento estabelecido por Albert Einstein, de que frequentemente a formulação de um problema é mais essencial que sua solução, o interesse e as hipóteses para elaboração do presente trabalho surgiram durante o primeiro semestre de 2007, logo no final do primeiro ano do curso de Geografia. Ao cursar a disciplina intitulada “Organização Espacial do Mundo Contemporâneo”, sob a responsabilidade do professor Paulo (orientador do trabalho), tive a oportunidade de entrar em contato com as teorias clássicas e modernas da área de Geografia Política. Logo, o mistério e obscurantismo existente em torno dos escritos e da trajetória do general-geógrafo alemão, Karl Haushofer (1869-1946), despertaram-me interesse, sendo posteriormente iniciado o trabalho de pesquisa sobre o assunto, o qual acabou por culminar no presente trabalho de conclusão de curso.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como elemento norteador as hipóteses levantadas preteritamente, as quais versam sobre a influência ou não das teorias preconizadas por Haushofer sobre as decisões estratégicas de cunho internacional arquitetadas pelo III *Reich*. Além disso, busca-se também compreender o papel desempenhado pelo general-geógrafo perante a *Geopolitik* alemã, bem como, a incidência do pensamento ratzeliano na construção dos preceitos e ideias desse teórico.

Cabe destacar que, para o pleno desenvolvimento do trabalho de pesquisa foi de indelével contribuição os materiais bibliográficos oriundos de bibliotecas externas ao *câmpus* de Ourinhos. Os livros e periódicos obtidos por meio do mecanismo de empréstimo entre bibliotecas (EEB) e do programa de comutação bibliográfica (COMUT) foram oriundos, principalmente, da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), bem como, de diferentes *câmpus* da Universidade Estadual Paulista (UNESP), destacando-se a biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, dentre outras.

Nesse sentido, a junção e análise dos materiais bibliográficos obtidos, tanto a partir do acervo da biblioteca da UNESP – *Câmpus* Experimental de Ourinhos, quanto de outras universidades, foram fundamentais para a elaboração do presente trabalho. Entretanto, a escassez de bibliografia publicada em língua portuguesa versando sobre o objeto de estudo da pesquisa, fez com que obras redigidas em inglês e espanhol se tornassem norteadoras para a confecção do trabalho.

A importância da temática abordada no estudo evidencia-se pelo fato de que sua área de concentração, Geografia Política, carece de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo este campo de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica, já que sua fase áurea encerrou-se com o término da Segunda Guerra Mundial. Assim, reafirma-se a contribuição científica do trabalho, o qual agregará novos conhecimentos a uma área ainda desprovida de significativa gama de pesquisas no âmbito da ciência geográfica. E, os produtos finais obtidos neste estudo, serão importantes para a execução de análises e pesquisas futuras em relação às temáticas: Karl Haushofer; *Geopolitik* alemã; Geografia Política Clássica; *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica); Cartografia Geopolítica; e, *III Reich*.

A Geopolítica, quaisquer que sejam as contribuições de Karl Haushofer e da *Geopolitik* alemã, não poderia deixar de ser levada, após a Segunda Guerra Mundial, na derrocada das utopias científicas. Entretanto, como afirma Colin S. Gray em seu “The Geopolitics of the Nuclear Era” (1977), “a geopolítica pode ter passado de moda, mas as interpretações políticas de uma realidade global, comum, têm um papel de grande importância, por vezes incompreensível, na maneira como definimos os problemas”.

Para o pleno desenvolvimento do trabalho, buscando-se atingir os objetivos propostos inicialmente, optou-se por dividi-lo em seis capítulos inter-relacionados para um maior aprofundamento e detalhamento da temática enfocada. Com isso, foi possível traçar o plano teórico e o momento histórico evidenciado pelo objeto de estudo (general-geógrafo Karl Haushofer), além de compreender a importância de sua obra durante e depois da Segunda Guerra Mundial, tanto para a Geografia Política desenvolvida em território alemão, como para os estudos realizados nessa área em outros países.

No primeiro capítulo do trabalho desenvolve-se uma explanação sobre o uso do método biográfico para o estudo da trajetória pessoal e acadêmica desenhada por Haushofer. Além, de também abordar à importância do método para o desenvolvimento de pesquisas de cunho qualitativo, principalmente no campo de estudo das ciências sociais.

No segundo capítulo analisam-se os conceitos e campos de estudo da Geografia Política e da Geopolítica, objetivando demonstrar as semelhanças e divergências entre estas áreas, além de focar os principais teóricos envolvidos em suas formulações.

Já o terceiro capítulo realiza-se um estudo detalhado de um dos mais eminentes geógrafos alemães, Friedrich Ratzel, tido como um “clássico” da Geografia e fundador dos estudos em Geografia Política. Assim, são abordados os aspectos biográficos, além das teorias

e obras preconizadas por este autor, buscando elucidar a importância do mesmo na história do pensamento geopolítico.

No quarto capítulo há uma explanação em torno de um dos períodos mais conturbados da história da humanidade, a Segunda Guerra Mundial, a qual estabeleceu uma nova ordem mundial durante a sua vigência. Dessa forma, objetiva-se demonstrar qual o papel desempenhado pela Alemanha neste conflito bélico, bem como, as consequências desta às nações nela envolvida.

Os quatro capítulos anteriores são a base sobre as quais se assentam as ideias e teorias preconizadas pelo objeto do presente trabalho. Assim, no quinto capítulo realiza-se um maior aprofundamento da figura central do estudo, pois não é possível compreender seus ensinamentos sem desenvolver uma análise do período histórico e dos teóricos que o influenciaram em maior grau. Com isso, há uma explanação sobre a biografia de Karl Haushofer, bem como, em relação aos principais aspectos de sua obra e sobre o seu envolvimento com o nazismo. Ainda nesse capítulo, se vislumbra uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo geógrafo perante a *Geopolitik* alemã e a *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica).

No sexto e último capítulo há uma análise dos rumos tomados pela Geografia Política e Geopolítica após o término da Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, reflete-se sobre o obscurantismo enfrentado por estas áreas até a década de 1970, bem como, o processo de renascimento desses campos de estudos ocorrido após este período.

OBJETIVOS

A proposta do presente trabalho visa analisar a influência das ideias e teorias preconizadas pelo general-geógrafo, Karl Ernst Nikolas Haushofer, perante as estratégias desenhadas pelo III *Reich*, antes e durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Além, de avaliar a influência direta das análises e conceitos estabelecidos por Friedrich Ratzel perante o pensamento de Haushofer, mas principalmente em relação ao escopo teórico da *Geopolitik* alemã, durante a primeira metade do século XX.

Através de leituras desenvolvidas preteritamente foi possível levantar algumas hipóteses sobre a temática estudada. Dentre estas, cabe ressaltar o fato de que, Haushofer figura como o mentor da *Geopolitik* alemã, não tendo influenciado diretamente as decisões estratégicas do *Führer*, sendo que em contrapartida a esta ideia, encontram-se dispostos os teóricos que demonstram a participação e o envolvimento do general perante as ações de política externa do III *Reich*, sendo por vezes considerado como o conselheiro e teórico por trás de Hitler.

O enfoque principal será dado às teorias desenvolvidas por Haushofer, bem como o seu legado à Geopolítica estabelecida no período pós-guerra. E, também realizar-se-á exame analítico da participação da *Geopolitik* perante o apocalipse representado pelo nazismo.

Por conseguinte, dentre os objetivos específicos, pode-se destacar:

- A contribuição das teorias estabelecidas pelo general Haushofer à história do pensamento geográfico e geopolítico mundial;
- A continuidade das ideias e conceitos de Ratzel por Karl Haushofer;
- A importância e o papel desempenhado pela *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica);
- A Cartografia Geopolítica desenvolvida no período entre guerras (1924-1944); e,
- O obscurantismo enfrentado pela Geopolítica após 1945 em decorrência das ideias desenvolvidas pela *Geopolitik* alemã.

CAPÍTULO I

O Método Biográfico na Análise da Trajetória de Karl Haushofer

A ciência consiste em um conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto obtidos através da observação e da experiência. Ao contrário do que muitos professam a ciência não é universalmente neutra, mas efeito de uma realidade particular. É um corpo de conhecimentos sistemáticos, adquiridos com um método próprio, em um determinado meio e momento. Esta definição defendida por Goldenberg (2009) demonstra a necessidade da utilização de métodos científicos para o pleno desenvolvimento da ciência.

Nesse sentido, Goldenberg (2009, p.105-106) define o Método Científico como sendo a “observação sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenômenos, suas correlações e aspectos não revelados”. Ainda segundo a autora, a “característica essencial do Método Científico é a investigação organizada, o controle rigoroso de suas observações e a utilização de conhecimentos teóricos”.

Partindo do pressuposto de que a utilização de métodos científicos não é da competência exclusiva da ciência, mas que não há ciência sem o emprego de métodos científicos, pode-se também resgatar a concepção preconizada por Marconi e Lakatos (2003, p.83), de que o método consiste no “[...] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Já Severino *apud* Sposito (2004, p.26), define o método como “[...] o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existe entre os fenômenos”.

Dessa maneira, para análise do conjunto da obra do objeto de pesquisa (general-geógrafo Karl Haushofer) buscando compreender o papel desempenhado por este perante a *Geopolitik* Alemã, bem como, a utilização de suas teorias para embasar as decisões estratégicas de cunho internacional implementadas pelo III *Reich* durante o período que precede a Segunda Guerra Mundial, fez-se necessário o emprego do método biográfico. O emprego deste método mostrou-se viável devido ao fato de se desenvolver uma pesquisa qualitativa, a qual procura realizar um aprofundamento da compreensão da trajetória vivida pelo objeto pesquisado. Assim, segundo Goldenberg (2009, p.16-17):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

Na segunda metade do século XX, alguns pensadores, influenciados principalmente pelo idealismo de Immanuel Kant (1724-1804), reagiram criticamente ao modelo positivista de conhecimento aplicado às ciências sociais, acreditando que o estudo da realidade social através de métodos de outras ciências poderia destruir a própria essência desta realidade, já que esquecia a dimensão de liberdade e individualidade do ser humano.

A Sociologia Compreensiva, que tem suas raízes no historicismo alemão, distinguindo “natureza” de “cultura”, considerava necessário, para estudar os fenômenos sociais, um procedimento metodológico diferente daquele utilizado nas ciências físicas e matemáticas. O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um dos primeiros a criticar o uso da metodologia das ciências naturais pelas ciências sociais, em função da diferença fundamental entre os objetos de estudos das mesmas. Nas primeiras, os cientistas lidam com objetos externos passíveis de serem conhecidos de forma objetiva, enquanto nas ciências sociais lidam com emoções, valores, subjetividades. Esta diferença se traduz em diferenças nos objetivos e nos métodos de pesquisa. Para Dilthey, os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais e, isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade. Portanto, as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão de casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes, como fazem as ciências naturais (GOLDENBERG, 2009, p.18-19).

Dilthey, por meio de dois conceitos, diferenciou o método das ciências naturais (*erklären*), que busca generalizações e a descoberta de regularidades, do das ciências sociais (*verstehen*), que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas.

O maior representante da Sociologia Compreensiva foi Max Weber (1864-1920), que se apropriou da ideia de *verstehen* preconizada por Dilthey. Para Weber, o principal interesse da ciência social é o comportamento significativo dos indivíduos engajados na ação social, ou seja, o comportamento ao qual os indivíduos agregam significado considerando o comportamento de outros indivíduos. Os cientistas sociais, que pesquisam os significados das ações sociais de outros indivíduos e deles próprios, são sujeito e objeto de suas pesquisas. Nesta perspectiva, que se opõe à visão positivista de objetividade e de separação radical entre

sujeito e objeto da pesquisa, é natural que cientistas sociais se interessem por pesquisar aquilo que valorizam. Estes cientistas buscam compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado (GOLDENBERG, 2009, p.19).

Por conseguinte, esta discussão filosófica mais geral, que diferencia as ciências sociais das demais ciências, contextualiza o surgimento e o desenvolvimento das técnicas e métodos qualitativos de pesquisa social.

Tendo como base esta discussão filosófica e metodológica optou-se pelo uso do Método Biográfico como elemento norteador para a elaboração do estudo sobre a trajetória do general Haushofer. Conforme as ideias expostas por Goldenberg (2009, p.36): “A utilização do método biográfico em ciências sociais vem, necessariamente, acompanhada de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade de um indivíduo *versus* o contexto social e histórico em que está inserido”. Isso porque, cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma (re)apropriação singular do universo social e histórico que o envolve. Se cada indivíduo singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social, é possível “ler uma sociedade através de uma biografia”, conhecer o social partindo-se da especificidade irredutível de uma vida individual.

Para o filósofo alemão Hegel, o homem é em primeiro lugar filho de sua época. Haushofer pertence a um momento da história da Alemanha e, para além desta, do mundo. Talvez este teórico seja o geopolítico mais conhecido, sendo este renome indissociável da história da Alemanha, do seu caráter excepcionalmente violento e trágico, durante os vinte sete anos que abrangem desde a derrota na Primeira Guerra Mundial em 1918 até a queda de Hitler em 1945, fato este que marca o fim da Segunda Guerra Mundial.

Defarges (2003, p.80-81) analisa as contradições vividas pelo general-geógrafo durante o nazismo, demonstrando que

[...] a posição de Karl Haushofer na Alemanha nazi ilustra bem as contradições que qualquer intelectual encontra face a um regime que não tolera nenhum desvio, mesmo menor, de pensamento. Por um lado, para Haushofer, obcecado com a grandeza da Alemanha e a derrota de 1918, Hitler, pelo menos até 1939, encarna uma Alemanha ordeira, respeitada, que reúne a comunidade alemã, desfaz as iniquidades do Tratado de Versalhes e obriga os seus antigos inimigos, a Grã-Bretanha e a França, a curvarem-se. Por outro lado, o universo mental de Haushofer é o da Alemanha guilhermiana, aristocrática, burguesa e apegada às hierarquias. Terá Haushofer conhecido e compreendido o sistema hitleriano, a sua violência plebéia, a sua violência revolucionária, o seu fanatismo anti-semita e racista?

Cabe indagar se a Geopolítica, enquanto ciência do poder no espaço pode ser uma disciplina neutra, desligada das paixões dos seus autores, quaisquer que sejam os seus escrúpulos e o seu rigor? Deste ponto de vista, o suicídio de Haushofer, a constatação do

fracasso da *Geopolitik* alemã, inscreve-se na derrota da Alemanha nazista, a 08 de maio de 1945.

Todavia, a Geopolítica na Alemanha não pode ser reduzida a simples trabalhos de conceitualização de uma política de poder. Haushofer, que representa a figura máxima deste pensamento alemão, é um geopolítico de reflexão no sentido pleno da palavra, mas apresenta preconceitos, paixões, dogmatismos e fraquezas. Isso demonstra que analisar a Geopolítica alemã implica, sobretudo, refletir sobre as relações complexas entre Haushofer e a Alemanha de Hitler, bem como entre este autor e as ideias preconizadas por Friedrich Ratzel.

Diante desta temática torna-se possível inferir que a utilização do método biográfico em ciências sociais é uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem. Assim, conforme Howard Becker *apud* Goldenberg (2009, p.43): “O método biográfico pode acrescentar a visão do lado subjetivo dos processos institucionais estudados, como as pessoas concretas experimentam estes processos e levantar questões sobre esta experiência mais ampla”.

Talvez sirva como síntese da biografia desse enigmático personagem, que compõe o *hall* dos teóricos da Geopolítica Clássica, a definição cunhada por Vicens Vives (1951, p.50) sobre Karl Haushofer: “Em síntese, um idealista conservador, possivelmente reacionário e aristocrático, porém não disposto a preparar o caminho para a agressão hitleriana na Europa”.

CAPÍTULO II

Reflexões em Torno dos Conceitos de Geografia Política e Geopolítica

Desde a sua institucionalização como um ramo independente da ciência, a Geografia se viu diante da difícil tarefa de compreender e atuar sobre a produção, organização e diferenciação do espaço. Isso representa uma missão bastante complexa, pois, dada a multiplicidade do mundo em que se vive e a diversidade de fatores que para isto concorrem, o leque temático que a disciplina tem se proposto discutir é necessariamente amplo. Nesse sentido, surge a moderna concepção de Geografia Política como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, a qual data do final do século XIX. Assim, segundo Vicens Vives (1951, p.30):

En realidad, no han sido los geógrafos quienes han abierto el camino a la comprensión científica de las relaciones entre la Tierra y las sociedades políticas que la pueblan. Obsesionados, primero, por cálculos matemáticos o por prolifas descripciones de accidentes naturales, y, luego, por el afán de elaborar una síntesis efectiva de los hechos físicos y biológicos terrestres, han ido descuidando en el transcurso de sus estudios un factor geográfico del mayor interés: el hombre organizado en sociedad. Sólo desde mediados de la pasada centuria comprobamos un cambio de criterio. Mientras tanto, la labor de enjuiciar aquellas relaciones, exigida por el candente problema de la potencialidad de los Estados y sus posibles orígenes en el medio ambiente, recayó en historiadores, filósofos y tratadistas políticos. Y así, con escasas excepciones, la de Ratzel como más culminante, hallamos los grandes nombres de la futura Geografía de los Estados o de la Cultura en un historiador, como Herodoto; un teorizador político, como Montesquieu; un filósofo, como Herder; un marino, como Mahan; y un parlamentario, como Kjellén. Por esta causa, L. Martín Echevarría ha podido considerar el incentivo inicial de la investigación en Geografía Política como una rama “del gran problema de la Filosofía de la Historia”. En lo que, en buena parte, lleva razón.

Entre os temas por ela privilegiados tem sido recorrente o problema da relação entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política (expressão e modo de controle dos conflitos sociais) e o território (base material e simbólica da sociedade) que se define o campo da Geografia Política (CASTRO, 2005, p.15-16).

A geografia política pode então ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conhecimento por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc. A dupla necessidade de dar uma resposta acadêmica sobre os fundamentos geográficos para eventos políticos e a preocupação de legitimar a sua análise a partir de um enquadramento intelectual em modelos teóricos reconhecidos resultaram numa forte

contextualização da disciplina, tanto em termos dos temas centrais como das opções metodológicas, além das práticas, de muitos dos seus formuladores. Desse modo, da mesma forma que em outras áreas do conhecimento, também na geografia política não é possível defender um total desinteresse ou imparcialidade dos pesquisadores e analistas. Pois, como bem lembra John Agnew, “em um mundo da ação humana não é possível falar em uma visão singular, de lugar nenhum, para justificar esta ou aquela perspectiva como melhor que outra” (Agnew, 2002:8), apesar do esforço da disciplina em oferecer coerência entre fundamento teórico e evidência empírica para discussão de situações particulares (CASTRO, 2005, p.17).

Ainda segundo as concepções de Castro (2005), em sua origem, ao contrário da atualidade, a Geografia política se colocou o compromisso de compreender o modo pelo qual a política era influenciada pela Geografia. No final do século XIX, quando da sua institucionalização como ramo da Geografia, a Geografia Política procurou na natureza o marco teórico para explicação da vida política. A tradição do determinismo da natureza na disciplina foi, na realidade, um prolongamento de uma velha preocupação dos filósofos, entre eles Montesquieu, sobre a possibilidade de explicar a fluidez da vida política com argumentos fundados em fatores estáveis, quase imóveis, como o meio físico. Por muitas décadas tentou-se mostrar como a distribuição dos continentes e oceanos, cadeias de montanhas, rios, climas e outras características da superfície da Terra afetavam o modo pelo qual a humanidade dividia o mundo em Estados e Impérios e como estas unidades competiam entre si por poder e influência.

Embora pouco ressaltada, a expressão geografia política foi usada pela primeira vez em 1750 pelo filósofo francês Turgot em seu projeto de uma *Teoria de Geografia Política*, redigido enquanto era estudante. Esta teoria foi apresentada como um “tratado de governo”, uma tentativa de formalização da intersecção do político e do geográfico, inspirado provavelmente no Livro IV de *O Espírito das Leis* de Montesquieu. Sua preocupação era demonstrar que o governo começa no estudo dos fatores geográficos da política, o que antecede à sua participação política e sobretudo à ação. A experiência como Intendente de Limoges entre 1761 e 1774 possibilitou pôr em prática suas ideias e inspirou novos textos, como a *Dissertação sobre as Municipalidades*, de 1778 (Lévy e Lussault, 2003:941). Porém, a concepção moderna da geografia política, como terminologia e área de conhecimento consolidada nas ciências sociais, data do final do século XIX, com a institucionalização da geografia e o reconhecimento da geografia política como uma subdisciplina formal na Alemanha, a partir dos trabalhos de Friedrich Ratzel (CASTRO, 2005, p.19).

Realizando análises para além da concepção determinista do meio natural como fundamento do “espírito das leis”, Ratzel procurou elaborar uma verdadeira teoria das relações entre a política e o espaço, introduzindo o conceito de sentido do espaço, segundo o qual certos povos tinham maior capacidade de ordenar as paisagens, de valorizar os recursos naturais, de se fortalecer a partir do seu próprio enraizamento no território. Como ocorreu com as ciências sociais naquele período, o modelo de Ratzel foi fortemente inspirado na biologia e, os temas por ele privilegiados respondiam à necessidade de refletir sobre os

problemas de sua época, ou seja, a disputa por territórios e o fortalecimento do Estado nacional como garantia do poder dos povos sobre os territórios por eles ocupados.

A Geografia Política concentra sua atenção nas relações externas e internas dos Estados. Cada qual dessas duas categorias dá origem a certos problemas. A esse campo de estudos cumpre ainda explica-los, levando os pesquisadores a encará-los de duas maneiras. Em primeiro lugar, existem os efeitos da Geografia contemporânea sobre a ação política. Em segundo, há que considerar a importância da Geografia subjacente às situações, problemas e atividades de ordem política. Assim, a Geografia Política apresenta um terreno de estudos que

[...] diz respeito às relações existentes entre os fenômenos geográficos e políticos, e decorre do fato de que os Estados, em sua condição de comunidades politicamente organizadas, não de inevitavelmente possuir base e localização geográficas. A natureza dessa relação permaneceu, durante largo tempo, antes pressentida do que realmente compreendida, sendo objeto de amplas generalizações, tais como a de Montesquieu, segundo as quais as formas de Governo e as instituições políticas seriam o resultado de fatores climáticos diferenciados. Foi somente com o advento da Geografia de caráter científico que o estudo atento de países específicos e de certos problemas políticos logrou ser realizado de maneira proveitosa, sendo, então, proporcionada útil contribuição à Geografia (GORDON EAST e WOOLDRIDGE, 1967, p.128).

Poder e estratégias de controle e dominação a partir do território controlado pelo Estado nacional eram questões sempre implícitas ou explícitas na agenda da Geografia Política nas primeiras décadas do século XX, o que fez das escalas de análise nacional e global as mais adequadas aos estudos da disciplina. Após a Primeira Guerra Mundial, geógrafos e o conhecimento por eles produzido foram mobilizados para ajudar a traçar as novas fronteiras na Europa. Na Segunda Guerra Mundial, a Escola de Geopolítica Alemã rotulada de *Geopolitik*, inspirada em alguns dos princípios elaborados por Ratzel, forneceu a justificativa intelectual para o autoritarismo do III *Reich* e para o expansionismo alemão. Os desdobramentos do nazismo, do fascismo e do Holocausto conduziram a disciplina ao ostracismo, e seus temas tradicionais, como fronteiras, minorias, territórios dos Estados, divisões políticas etc., passaram a serem tratados em um empirismo despolitizado, abandonando suas ambições teóricas anteriores.

O campo de estudo da Geografia Política interessa-se por duas considerações básicas. Em primeiro lugar, encontra-se a análise das relações entre a comunidade e o ambiente físico. Como todos os Estados, pela sua natureza como elementos constitutivos da estrutura política mundial, se acham mais ou menos intimamente ligados a outros Estados, essas relações se enquadram em dois grupos ou aspectos, cuja integração frequentemente põe à prova a capacidade dos responsáveis pela formulação de política. Não se deve atribuir

demasiada ênfase à divisão em relações internas e externas, mas tal divisão proporciona um modo útil de abordagem em um tratamento analítico.

Entretanto, deve-se ressaltar que todas as parcelas da superfície terrestre, com sua grande variedade de ambientes geográficos, encontram-se partilhadas por um vasto número de Estados, os quais possuem três elementos essenciais a sua configuração: território, povo e organizações, que podem ser analisados, descritos e cartografados com exatidão considerável. Mas onde quer que pessoas habitem um território e qualquer que seja o sistema político a que venham adotar, suas atividades representam, pelo menos em parte, uma reação às suas condições ambientes que, por sua vez, fixam limites e afetam aquelas atividades humanas que ocorrem dentro do arcabouço territorial.

Dessa forma, os dois pilares do Estado, território e povo, acham-se intimamente fundidos por suas relações. Isso não constitui mero “determinismo geográfico”. Não há garantia de que o povo que habita o território de um Estado reaja às suas condições ambientes em uma dada maneira: daí a grande variedade de organizações políticas e econômicas existentes, e que provavelmente continuarão a existir no mundo. O que se pode dizer, em termos gerais, desse aspecto da Geografia Política é que cada ambiente proporciona certas oportunidades que seus habitantes poderão ou não utilizar, que podem ficar em estado latente e não apreciadas até que tenha sido alcançada uma fase adequada no desenvolvimento do povo.

Segundo as ideias levantadas por Moodie (1965, p.11):

A extensão em que as oportunidades ambientes são compreendidas e utilizadas reflete-se no êxito e estabilidade das técnicas econômicas e formas políticas de um Estado em particular, mas daí não se segue que os métodos e formas de um Estado sejam igualmente aplicáveis a outro conjunto de condições ambientes. Uma das conclusões mais úteis a ser inferida dos estudos político-geográficos é a tolice de impor sistemas que obtiveram êxito num determinado Estado, mas em nenhum outro, mais especialmente no campo político.

Todo Estado moderno, portanto, representa um amálgama de três elementos – território, povo e as relações entre eles. Os dois primeiros são de grande variedade, mas o terceiro elemento é de infinita complexidade, não sendo capaz, em parte alguma, de ser reduzido a fórmulas matemáticas, mas possui em toda parte uma qualidade dinâmica, visto que essas relações estão sujeitas a incessantes mutações e desenvolvimentos. Nitidamente, o estudo de todos os aspectos desses três elementos está além do âmbito da Geografia Política.

Cabe destacar que, o estudioso de Geografia Política reivindica um campo mais amplo de estudo, o qual geralmente é restrito de acordo com concepções oriundas de outros ramos do conhecimento. Este vê cada Estado como uma entidade dotada de seus aspectos característicos fundidos por suas relações internas, porém, ao mesmo tempo, também o encara como parte de uma estrutura maior que é o mundo em que se vive e cujo caráter simbiótico, em virtude das relações entre suas partes componentes, reconhece e procura analisar. É

justamente esse reconhecimento do dualismo do Estado, como um todo e como parte de uma entidade maior, constitui um dos fatores de diferenciação entre a Geografia Política e outras disciplinas.

Já a segunda consideração básica em relação à Geografia Política consiste no fato de que os Estados estão sujeitos à mutação, normalmente durante períodos conflituosos e com alto grau de mutabilidade. Essa suscetibilidade de mudar, de forma alguma, se acha restrita às condições internas do Estado, mas se estende às suas relações externas e, embora o conceito de mudança não seja descoberta recente, não pode haver dúvida de que o ritmo das atividades da época contemporânea se acelerou de muito no tocante a eras pretéritas. Talvez o resultado principal seja uma percepção crescente das relações entre comunidades e seus ambientes, juntamente com um aprimoramento de adaptações humanas descrito, grosso modo, como a “Conquista da Natureza”.

Quaisquer que sejam as forças motrizes em que se baseiem, essas mudanças são importantes pelo menos pelo único motivo de se acompanharem de desenvolvimentos de grande amplitude no pensamento político e econômico que inevitavelmente influenciam tanto as relações externas como internas dos Estados. Se a paz é indivisível, assim também o são as relações externas dos Estados, e, por sua vez, elas não podem ficar inteiramente isoladas das condições internas. [...] De modo semelhante, as ideias, seja de caráter moral, político ou econômico, não podem ser isoladas no âmbito de qualquer Estado (MOODIE, 1965, p.13).

Esse fundo de “fermento e mudança” não pode ser desprezado pelo geógrafo político porque constitui parte do ambiente em que vivem as pessoas e, como tal, exercerá influência diretiva sobre as formas de Estados e sobre o caráter das relações interestatais. O conhecimento crescente necessariamente não coincide com a sabedoria crescente, mas o maior acesso ao conhecimento, agora possível sem o recurso da palavra escrita, pode levar ao desenvolvimento de desejos e exigências que, acelerando a taxa de mudança, poderão modificar as formas e funções dos Estados a um grau além da atual compreensão.

Assim, conforme explicações de Moodie (1965), o fato essencial para o geógrafo político, como na realidade para o político e o historiador, é que os Estados e suas relações se modificam com as condições mutáveis da existência humana no sentido mais amplo. Nem mesmo a própria estrutura geográfica se mantém permanentemente inalterada; em virtude dos persistentes e contínuos esforços da humanidade para adaptar os seus meios de existência às condições ambientes, a própria paisagem sofre modificações. O geógrafo político deve preocupar-se com a observação, registro e análise das mudanças que já ocorreram, bem como, com as que se acham em curso no período contemporâneo.

Por outro lado, a unidade de área do geógrafo político é o Estado, que é mais ou menos artificial até o ponto em que o produto dos esforços conscientes dos seus habitantes

para criarem uma entidade política que possa ser – e geralmente é – inteiramente diversa da região geográfica. Dessa forma, as áreas de que trata a Geografia Política são, portanto, claramente definidas e nitidamente demarcadas. Com toda a sua grande variedade de tamanho, configuração e conteúdo, representam criações artificiais e, como tal, devem ser reconhecidas como realidades em um mundo em que com demasiada frequência se confundem o real e o irreal.

Por conseguinte, conforme as explanações de Moodie (1965, p.20-21):

A evolução das formas existentes de Estados e de relações entre os Estados constitui, adequadamente, a esfera da Geografia Histórica. Os estudos de Geografia Política interessam-se, primordialmente, pelas condições atuais, porém, em vista da importância dos fatos passados em modificar o que hoje existe, verifica-se, inevitavelmente, uma superposição parcial dos dois campos de investigação. Não se pode proceder a uma análise satisfatória das relações internas e externas dos Estados independentemente do conhecimento das condições prévias. Não se pode traçar uma linha divisória nítida entre a Geografia Histórica e Política. Ao passo que a primeira trata das relações entre povos e ambientes em vários estádios no passado, a segunda preocupa-se principalmente com aquelas condições dos nossos dias que podem ser consideradas como uma fase na evolução dinâmica dos Estados. Seu principal objetivo é a análise das relações entre os Estados e as adaptações internas às condições ambientes. Não começa por formular ou controlar as políticas dos Estados ou as relações entre eles, mas os resultados alcançados pelos estudos político-geográficos, quando tomados em conjunto com os resultados de outros setores de investigação, dificilmente podem ser desprezados pelos estadistas. Embora procurando fomentar a compreensão das forças e dos sistemas políticos, prestando sua própria contribuição característica, oriunda do seu próprio ponto de vista restritivo, não tenta confundir os meios com os fins sob um manto de *slogans* que pouco ou nenhum fundamento têm nos fatos.

Poder e estratégias de controle e dominação a partir do território controlado pelo Estado nacional foram questões sempre implícitas ou explícitas na agenda da Geografia Política nas primeiras décadas do século XX, o que fez das escalas de análise nacional e global as mais adequadas aos estudos da disciplina. A partir dos pressupostos estabelecidos por este ramo da ciência geográfica, surge como uma derivação quase que direta a Geopolítica, a qual segundo as palavras de Costa (2008, p.55) pode ser considerada “[...] antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em quem se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço”.

Já para Mello (1999, p.74), a Geopolítica consiste em

[...] um ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e sua Geografia. Esta disciplina possuiu um acervo de conhecimentos teóricos e empíricos que pode ser utilizado no planejamento da política de segurança de um país no tocante a seus fatores geográficos.

Entretanto, conforme o estabelecido por Costa (2008, p.55):

[...] a geopolítica representa um inquestionável empobrecimento teórico em relação á análise geográfico-política de Ratzel, Vallaux, Bowman, Gottmann, Hartshorne, Whittlesey, Weigert, e tantos outros. Essa é a questão essencial, desde logo, que deve sobrepor-se às demais, a começar dos artifícios notoriamente simplórios como o de tentar situá-la como “ciência de contato” entre a geografia política e a ciência política, a ciência jurídica etc., bastante comum nas introduções de inúmeros gerais-geógrafos-geopolíticos, a começar pelo próprio Karl Haushofer.

A Geopolítica nasceu com o jurista sueco Rudolf Kjellén, cuja fama se deve principalmente ao fato de ter criado o termo “Geopolítica”, buscando expressar suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território. Dentre suas principais obras destacam-se: *As Grandes Potências* (1905) e *O Estado como Forma de Vida* (1916). Para este autor, a Geopolítica consiste em um ramo autônomo da Ciência Política, distinguindo-se da Geografia Política, a qual representa um sub-ramo da Geografia. Kjellén utiliza-se da ideia de Estado como organismo territorial preconizada por Ratzel, mas acaba por reduzir o Estado a um organismo de tipo biológico. Em conformidade a esses preceitos, Vesentini (2005, p.16) afirma que:

A partir destas ideias iniciais a geopolítica logo se expandiu, tendo encontrado no cenário mundial da primeira metade do século XX um solo fértil para crescer. A ordem mundial multipolar que vigorou desde o final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial propiciava um clima de pré-guerra entre as grandes potências do período, com acirradas disputas por territórios, mercados e recursos na África, na Ásia e até na Europa. Com o declínio relativo da Inglaterra, grande potência mundial na ordem monopolar da segunda metade do século XVIII e de quase todo o XIX, os embates pela hegemonia mundial se multiplicavam. Nesse contexto, inúmeros pensadores se engajaram na tarefa, apelidada de geopolítica por Kjellén, de compreender o equilíbrio de forças no espaço mundial e as condições pela qual um determinado Estado pode se tornar uma grande potência. Na visão desses pensadores, de forma inclusive coerente com a sua época, o fundamental era a quantidade de recursos – mercados, povos (mão-de-obra, soldados), solos agriculturáveis, minérios, espaço geográfico enfim. Daí as geopolíticas clássicas terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial – ou controle de espaços (rotas marítimas ou áreas geoestratégicas) – como forma de fortalecimento do Estado e de adquirir hegemonia.

Por conseguinte, através das afirmações de Costa (2008), pode-se inferir que em nenhum momento Kjellén deixa dúvidas quanto ao caráter estreito, reducionista e expansionista de sua concepção de Estado e dos objetivos de sua “nova ciência”, intencionalmente dirigida aos “Estados-Maiores” dos impérios centrais da Europa, em especial a Alemanha. Daí a sua rejeição da Geografia Política tal como vinha se desenvolvendo, isto é, um campo de investigação acadêmico-autônomo e apartado dos projetos estatais imediatos. Toma-a como base geral apenas naqueles seus aspectos passíveis de instrumentalização, submetendo-a aos requisitos das estratégias de conquista e domínio.

Com isso, este autor inaugura a mais controversa de suas vertentes, a “Geografia Política da Guerra”, ou a Geopolítica. Esta, posteriormente, serve de base para o desenvolvimento das teorias estabelecidas por Halford Mackinder, Alfred Mahan, Karl Haushofer e Nicholas Spykman, autores tidos como “clássicos” da Geopolítica.

Este ramo autônomo da ciência teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930, justamente no período do entre guerras. Foi à base, pelo menos nos anos iniciais, sobre a qual repousou a política do III *Reich*, principalmente por meio da difusão e apropriação das teorias preconizadas pelo general-geógrafo Karl Haushofer. Não é sem razão, portanto, o temor que de muitos se apossa à simples menção da palavra Geopolítica: ela é imediatamente associada à conquista do poder, do espaço vital, desencadeada pela ostensiva política expansionista do nacional-socialismo. Daí o preconceito e a reserva com que é vista.

Segundo Miyamoto (1995, p.22):

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação dos acontecimentos históricos à luz da geografia que a geopolítica elabora suas teorias. Segundo as concepções encontradas na Escola Superior de Guerra, além desses dois elementos, a geopolítica fundamenta-se também no poder nacional, porque este encontra-se ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana (Cf. ESG 1977; Vasconcelos 1972).

Cada autor conceitua a Geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um ponto: ela apresenta-se de forma dinâmica. Assim, Kjellén definiu-a: “Geopolítica é a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como soberania” (Vicens Vives, 1972, p. 49).

Já para Karl Haushofer *apud* Weigert (1944, p. 24-25), da Escola de Munique,

[...] a geopolítica é a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo. Apoia-se sobre as amplas bases da geografia, em especial da geografia política, doutrina da estrutura espacial dos organismos políticos (...). A geopolítica aspira a proporcionar as armas para ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política. A geopolítica é à base da atuação política, na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo espaço vital.

É sua também a afirmação de que a Geopolítica é a consciência geográfica do Estado. Segundo Weigert (1944, p.25): “A geopolítica é a geografia política na política de Poder Nacional e sua estratégia na paz e na guerra (e) ao relacionar todo desenvolvimento histórico com as condições de espaço e solo (e) ao considerar a história determinada por estas forças eternas, a geopolítica tenta predizer o futuro”.

Conforme o estabelecido por Miyamoto (1995), Strausz-Hupé (1972) considerou por sua vez que “a geopolítica proporciona as bases para os projetos de uma estratégia de caráter global, sendo a estratégia política sinônimo da arte do estadista”. Enquanto, que para

Backheuser (1959), um dos representantes brasileiros nesse campo de estudo, a Geopolítica pode ser definida como “a política feita em decorrência das condições geográficas”. Já para o general Carlos de Meira Mattos (1977), “a geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos”.

Assim, pode-se perceber a ampla gama de conceituações existentes para este ramo da Ciência Política. Jorge Atencio, após comparar vários autores, conceitua a Geopolítica da seguinte forma:

Ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. A geopolítica guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado, e orienta o militar na preparação da defesa nacional e na consideração da relativa permanência da realidade geográfica, e lhes permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, em consequência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes (*apud* MIYAMOTO, 1995, p. 23).

Segundo Miyamoto (1995), esta é uma definição ampla e completa. Assemelha-se às concepções de Kjellén e Ratzel, mas se pode ver que evita incorrer no determinismo geográfico. Não retira, contudo, à Geografia, o papel que deva exercer na elaboração da conduta política ou estratégica. Aproxima-se às concepções de Strausz-Hupé, mas não a renega, não manifesta um preconceito *a priori* como fizeram este autor e Weigert, não apenas em relação à Geopolítica, mas também à política germânica.

Através do estabelecimento das diversas conceituações de Geopolítica, bem como, das características principais da Geografia Política torna-se possível diferenciá-las. Isso porque, muitas vezes costuma-se confundir o campo de atuação da Geopolítica com o da Geografia Política. Ambas diferem, contudo, não só quanto ao seu objeto de investigação, mas também porque são ramos de áreas diferentes. A Geografia Política pertence ao campo da Geografia, enquanto a Geopolítica encontra-se intimamente vinculada à Ciência Política.

A Geografia Política, tal como a Geografia Social, Geografia Econômica ou a Geografia Cultural, apoia-se em observações estáticas dos fatores geográficos. Considera as fronteiras, os rios, as planícies e os planaltos como elementos componentes do meio físico, detendo-se na mera descrição desses fatores. Assim, a fronteira apenas demarca duas regiões, províncias ou Estados, e simboliza, através de limites naturais ou artificiais, a forma como está constituído um território, isto é, onde termina um Estado e começa outro (MIYAMOTO, 1995, p.24).

Já a Geopolítica, pelo contrário, não se satisfaz com a mera descrição física “fotografando” apenas esses acidentes geográficos. Ela preocupa-se com os “movimentos” desses elementos e, com a sua aplicação na formulação de uma política que visa a fins

estratégicos. Adquire, desta forma, um caráter essencialmente dinâmico e, é justamente neste ponto que ela mais se diferencia da Geografia Política (MIYAMOTO, 1995, p.25).

Ratzel foi um dos teóricos capaz de “fazer escola” perante esse ramo do saber científico acabando por influenciar uma vasta gama de estudiosos por meio de suas obras. Segundo este autor, o Estado consistia em um organismo dotado de características dinâmicas e, não simplesmente um ser assentado na configuração estática dos limites físicos estabelecidos pelos geógrafos. O Estado, dizia Ratzel, desenvolve-se de acordo com as flutuações, com os altos e baixos de sua história, ora aumentando ora diminuindo o seu território, apoiando-se em dois elementos fornecidos pela Geografia: o espaço e a posição.

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstraí-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro (RATZEL, 1983, p.93).

O território não se constitui em um espaço fixo, muito pelo contrário, encontra-se propenso a alterações profundas. Isso porque, Ratzel afirma que o Estado ávido de poder e que almejasse viver em paz, sem ameaças à sua integridade, deveria possuir sempre uma grande extensão territorial. A existência de espaço suficiente que lhe permitisse defender-se contra invasões provenientes de qualquer área era considerada essencial para que a sua estratégia pudesse ser traçada convenientemente, de acordo com os critérios previamente escolhidos pelos governantes. Assim, conforme o preconizado por Ratzel (1983, p.94): “[...] Um povo regride quando perde território. Ele pode contar, com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim”.

De acordo com Lescano *apud* Miyamoto (1995), baseando-se em sete princípios elementares, Ratzel evidenciou a importância e a ligação existente entre o Estado e o espaço, os quais ficaram conhecidos como as *Leis do Crescimento Espacial do Estado* ou *Teoria do Espaço Vital (Lebensraum)*:

- 1 – O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura;
- 2 – O crescimento dos Estados apresenta sintomas de desenvolvimento cultural, ideias, produção comercial e industrial etc., os quais necessariamente precedem a expansão efetiva do Estado;
- 3 – O crescimento dos Estados verifica-se pela gradual integração e coerência de pequenas unidades, mediante a amalgamação e a absorção de elementos menores;

4 – A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, a prova de crescimento estatal; é a força e as mudanças desse organismo;

5 – Em seu crescimento o Estado tende a incluir seções politicamente valiosas, como os rios, as linhas de costa, as planícies e outras regiões ricas em recursos;

6 – O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo vindo de fora, de uma civilização superior; e,

7 – A orientação geral para a conexão territorial transmite a tendência de crescimento territorial de espaço em espaço, incrementando sua identidade.

Cabe ainda destacar que, segundo esta concepção, o Estado deveria assumir uma política de poder, de expansão territorial. É essa política de poder que iria orientar as diretrizes governamentais na realização de seus objetivos. Dessa forma, segundo Miyamoto (1995, p.27):

A política do espaço vital era entendida como a ciência que concebia o Estado semelhante a um organismo geográfico. Tratava-se, portanto de uma concepção dinâmica da geografia. Em suma, o que Kjellén fez em relação à Ratzel foi estabelecer definitivamente a diferença entre a geografia política e a geopolítica, projetando a teoria ratzeliana para o campo da ciência política e definindo o seu campo de atuação.

Estes precursores da moderna Geopolítica constituem, juntamente com Halford Mackinder, Ellen Churchill Semple e Karl Haushofer, o grupo dos geopolíticos pertencentes à Escola Determinista. Para essa escola, a Geografia é o elemento principal, determinante, que vai estabelecer a grandeza ou não de um povo e do Estado, daí a necessidade fundamental da conquista de espaço, ou seja, o domínio de outros territórios por parte do Estado-Nação.

A postura da Escola Determinista pode ser bem caracterizada na interpretação histórica de Ratzel, quando este analisa a ocupação de um território por um povo mais forte que o aí reinante. Como o novo ocupante é superior, diz ele, a tendência é que ocorra o desaparecimento do mais fraco. Essa superioridade vai ser manifestada justamente pela ocupação do espaço, materializando-se na exploração e no povoamento desse mesmo território. Tal superioridade somente é possível, segundo Ratzel, porque ela é privativa das culturas superiores que têm a capacidade de deslocar as culturas inferiores para um plano secundário, isto é, fazendo com que desapareçam ou sejam absorvidas (MIYAMOTO, 1995, p.27).

Entretanto, surge quase que concomitantemente à Escola Determinista a Escola Possibilista, a qual teve o seu desenvolvimento na França, principalmente em torno da figura de Paul Vidal de La Blache. Esta escola geográfica apresentava como premissa o fato de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza. Para La Blache *apud* Miyamoto

(1995, p.28), “[...] o homem é um fator geográfico porque pode manipular os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d’água, seja por meio dos próprios instrumentos por ele criados. Nessas condições, o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio (e) entra no jogo da natureza”.

Assim, de acordo com esta concepção, a Geografia poderia facilitar, mas não determinar a ação do homem. Ela poderia propiciar recursos e fornecer elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das potencialidades do território, facilitando consequentemente o desenvolvimento local.

Se atenção for dada às concepções de poder do Estado, defendidas por Ratzel e Kjellén, ver-se-á, de imediato, que o poder terrestre é o privilegiado em suas análises, o mesmo acontecendo com Mackinder e Haushofer. Mas os autores que trataram da Geopolítica, mesmo quando esta não era ainda conhecida com tal designação, não se detiveram apenas nas áreas terrestres como fonte de poder. Alfred Thayer Mahan fez apologia do poder marítimo, o mesmo sucedendo com Nicholas John Spykman, enquanto Alexander P. Seversky e William Mitchell foram, entre outros, representantes do poder aéreo.

Na consideração do poder geopolítico, a geografia certamente exerce papel de grande importância. É nos fatores físicos que compõem a natureza que a geopolítica vai encontrar suas inspirações. Considerando estes mesmos elementos, os geopolíticos vão privilegiar um ou outro, mostrando as vantagens e desvantagens que podem contribuir para o fortalecimento do poder do Estado (MIYAMOTO, 1995, p.30).

A Geografia contribui desta forma para a formulação das teorias Geopolíticas apoiadas no solo, no mar e no ar. Esses três elementos vão propiciar, na Geopolítica, a grandeza do Estado que os possui em maior ou menor grau, projetando-o internacionalmente. Entretanto, são evidentes os esforços com que cada autor tenta valorizar a sua própria concepção de poder, seja esta terrestre, marítima ou aérea.

CAPÍTULO III

Friedrich Ratzel para Além do Determinismo Geográfico

3.1 Aspectos Biográficos

Friedrich Ratzel (1844-1904) pode ser considerado como um dos mais eminentes pensadores tidos como “clássicos” da ciência geográfica, além de também ser apontado como o fundador do sub-ramo da Geografia conhecido como Geografia Política. Entretanto, grande parte de seus escritos acabaram sofrendo interpretações errôneas e tendenciosas com o transcorrer do tempo, sendo que muitos de seus estudos foram subestimados por certa parcela da comunidade geográfica. Esta ideia pode ser percebida através das explanações de Carvalho (1997, p.42):

O lugar e a importância da obra e das ideias de Friedrich Ratzel, no desenvolvimento da institucionalidade científica, está longe de receber um tratamento de unanimidade por parte de observadores e analistas desse processo. Em especial, nas análises produzidas por geógrafos e antropólogos, interessados em recompor arqueologias de suas áreas de conhecimento, tratamentos muito distintos têm sido observados, quando se trata de aquilatar o papel desempenhado por Ratzel no desenvolvimento e na institucionalização acadêmico-científica da geografia e também da etnografia e etnologia.

Quanto ao tema, não são raras as omissões ou negligências cometidas, mas, em nossa opinião, as segundas têm se sobressaído às primeiras.

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

Entretanto, deve se ressaltar que, perante uma análise pormenorizada da realidade instalada no mundo atualmente, com debates de ecologia profunda, de perspectivas confusas anunciadas pelos horizontes da biotecnologia, de confrontos entre ordenamentos geopolíticos e demandas planetárias (particularmente as ambientais), de disputas pelos mananciais de biodiversidade, de diminuição *versus* fortalecimento dos Estados-Nações, de disputas territoriais, entre outras, as metáforas biológicas largamente empregadas por Ratzel, mesmo que utilizadas com sentidos diferentes daqueles que lhes conferem os naturalistas, não deixam de apresentar ideias de surpreendente atualidade. Isso somente contribui para demonstrar quão fértil e importante é a obra preconizada por este geógrafo alemão, a qual acaba sendo distorcida e obscurecida por visões limitadas, muitas destas objetivando somente aplicar as teorias ratzelianas conforme suas necessidades, acabando por descontextualizá-las, ou mesmo, se apoderando de apenas alguns fragmentos esparsos das obras, para assim, compor uma ideia diferente da estabelecida pelo autor.

A interpretação do pensamento de Ratzel (figura 01) só se faz possível por meio da compreensão do período histórico em que este viveu e produziu suas obras. Este geógrafo tem por formação não a Geografia, mas Farmácia e Zoologia; sofre a influência de Ernst Haeckel, inventor da palavra “Ecologia”, disciplina que examina a interação entre o homem e o seu meio. Ratzel desde sua juventude estava impregnado de uma visão orgânica, evolucionista, do homem e de suas criações, nomeadamente do Estado, pois o mesmo foi aluno de Haeckel, do qual recebeu grandes influências.

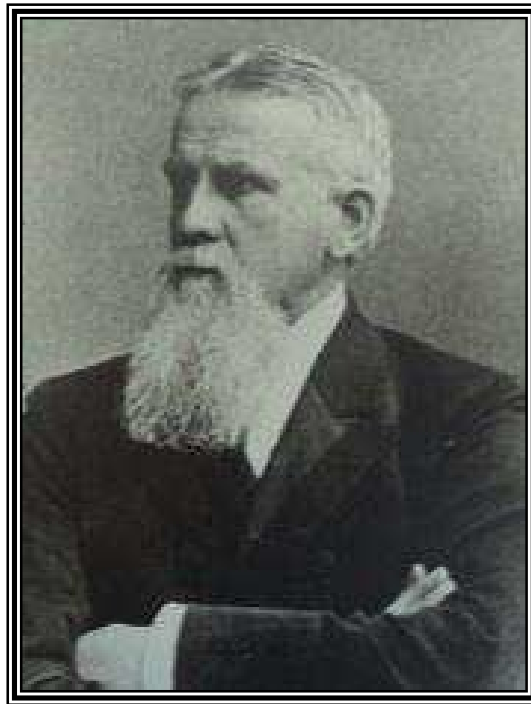


Figura 01: O Geógrafo Friedrich Ratzel.

Fonte: <<http://pt.wikilingue.com/es/Ficheiro:FriedrichRatzel.jpg>>.

Segundo Claval (1981), o determinismo expresso por Karl Ritter, o mesmo que havia ilustrado antes uma significativa gama de ensaístas e filósofos do século XVIII, e o de Bodin no XVI, não gozava de notáveis expressões geográficas. Refletia mais um profecia do que uma forma original de abordar o estudo da Geografia. Entretanto, em meados do século XIX, as coisas passaram a ocorrer de maneira muito diferente. Quando Ratzel empreendeu seus estudos superiores na Universidade de Jena, passou a ser aluno de um professor de zoologia cujos ensinamentos iriam exercer enorme influência na posterior obra de seu discípulo: se tratava de Haeckel.

Durante seus estudos de nível superior, Ratzel teve a oportunidade de entrar em contato com a obra “A Origem das Espécies” (1859) de Charles Darwin, a qual acabou por

influenciar grande parte de seus estudos posteriores, tanto de cunho naturalista quanto político. Isso porque, segundo Claval (1981, p.51-52):

Vivamente interesado por la publicación del *Origen de Las Especies*, este sabio se había erigido en propagador de las ideas de Darwin em Alemania. Ratzel publicó en 1869 una obra en la que resumía lo esencial de la doctrina darwiniana, vista através de la enselianza y de los artículos de Haeckel. Este libro lievaba el título de *Sein und Werden der Organischen Welt*, pero conoció muy escasa resonancia al coincidir con la casi inmediata aparición de *Natürliche Schöpfungsgeschichte*, del propio Haeckel. [...]

En la época durante la cual Ratzel extraía sus conceptos de las ciencias naturales, la ecología era una disciplina destinada a facilitar el estudio de la evolución. Es un hecho comprobado que Ratzel adoptó una actitud cada vez más independiente y crítica con respecto al darwinismo. Sus miras se extendieron en los contactos con el naturalista Wagner, que era a su vez considerado como discípulo de Darwin, aunque bastante libre. Más tarde, cuando Ratzel abrazó la fe luterana, su postura evolucionó todavía más. Pero, en resumen, los contactos que había mantenido con los medios naturalistas durante el período de su formación científica iban a influir y perdurar en sus conceptos referentes a la ciencia geográfica (CLAVAL, 1981, 51-52).

Após concluir seus estudos na Universidade de Jena, tendo já publicado alguns estudos com base no darwinismo e outros no naturalismo, Ratzel alista-se nas tropas alemães em 1870, pois seu viés nacionalista objetivava combater a França de Napoleão III. Depois viaja pela Itália (1872) e os Estados Unidos (1873). É na observação do espaço americano que se torna geógrafo. Em 1876, Ratzel ocupa a cadeira de Geografia da Universidade Técnica de Munique. A sua tese intitula-se *Die Chinesische Auswanderung* (A Emigração Chinesa). Neste trabalho desenha-se a sua atenção à Geografia, aos movimentos da população sobre o planeta, às diferentes formas de invasão (*Anthropo-Geographie* [Antropogeografia], em 1882). Em 1886 é nomeado para a cadeira de Geografia da Universidade de Leipzig. Durante este período, segundo Defarges (2003, p.69):

Ratzel está profundamente envolvido nos debates sobre o lugar da Alemanha no mundo. É membro fundador do *Kolonialverein* (Comité Colonial) e defende a ideia de um império colonial alemão. Trabalha sobre a África e estabelece um mapa deste continente, ainda mal conhecido no final do século XIX e vigorosamente disputado pelas potências europeias, ávidas de territórios e de mercados. Ao mesmo tempo, Ratzel constrói uma obra teórica de notável erudição: *Studien über Politische Räume* (Estudo sobre os Espaços Políticos), em 1895; *Der Staat und sein Boden* (Estado e Solo), em 1896; e, sobretudo *Politische Geographie* [Geografia Política – uma geografia dos estados, do comércio e da guerra], em 1897. Em 1898, Ratzel publica *Deutschland, Einführung in die Heimatkunde* (Alemanha – introdução a uma ciência do país natal). Este livro, que teve um eco duradouro na opinião alemã até à Segunda Guerra Mundial, ilustra o aspecto extremo e sem dúvida o equívoco da ambição de Ratzel: apreender de maneira “científica” o seu próprio país e identificar as “leis objetivas” do seu desenvolvimento geográfico. Onde acaba a ciência? Onde começa a paixão?

Entre 1901 e 1902, Ratzel elabora a sua síntese filosófica: *Die Erde und das Leben, Eine Vergleichende Erdkunde* (A Terra e a Vida – uma geografia comparada). Assim, conforme demonstra Korinman *apud* Defarges (2003, p.69): “O geógrafo, cujo último período

não deixa de acusar um certo misticismo, associará de novo biogeografia e geografia humana”. Segundo esta visão, todas as atividades humanas estão tomadas por dinâmicas vitais, biológicas, orgânicas, políticas, sendo as construções culturais, econômicas e políticas regidas pelos mesmos princípios de crescimento, de declínio e de decomposição que as plantas.

Para o filósofo alemão Hegel, o homem é em primeiro lugar filho da sua época. Friedrich Ratzel pertence a um momento da história da Alemanha e, para além desta, do mundo. Nascido em 1844, tem 22 anos quando, na batalha de Sadowa-Königgrätz, a Prússia de Bismarck vence a Áustria de Francisco José, sendo assim consagrada como o estado unificador da Alemanha. Com 26 anos, Ratzel participa nos combates da Guerra Franco-Alemã de 1870-1871. Quando em 1873 se desloca aos Estados Unidos, observa um país vasto, vigoroso, em plena reconstrução na sequência da Guerra da Secessão (1861-1865). Quer estude a América, a emigração chinesa ou a África, Ratzel pertence às elites imbuídas da superioridade da sua nação e da Europa de raça branca, mas que têm consciência da Terra como um espaço único. Os geopolíticos são também produtos deste formidável alargamento dos quadros espaciais pela colonização, a estrada-de-ferro, o barco a vapor. No mesmo movimento, esta “planetarização da visão” dá a certos europeus o sentimento da pequenez dos seus territórios.

Segundo as ideias concebidas por Defarges (2003), a Alemanha de Ratzel, representada inicialmente pela era bismarckiana (1862-1890) e mais tarde, sobretudo pela era guilhermiana (1888-1918), tem três traços essenciais.

O primeiro desses representa o fato de que nos anos de 1864 a 1871, a Alemanha unifica-se sob a direção da Prússia bismarckiana. Entre 1870 e 1871 a sua vitória esmagadora sobre a França – ainda percebida como um colosso temível – consagra-a como primeira potência do continente. Este triunfo empolga a Alemanha.

Durante este mesmo período, a população alemã cresceu em massa (em 1871, 41 milhões de habitantes; em 1914, 68 milhões). A revolução industrial difunde-se. A Alemanha impõe-se rapidamente quer nas atividades de base (hulha, minério de ferro, aço), quer nos setores mais impulsionadores no final do século XIX (nomeadamente no químico).

Assim, na véspera da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha é de longe o primeiro estado industrial europeu, produzindo duas vezes mais aço do que a Inglaterra e ocupando a primeira posição na química e na eletrotécnica. A Inglaterra, que na primeira metade do século XIX dispõe sobre a Europa continental de um formidável avanço técnico e econômico, sofre nos anos 1890-1914 um choque alemão sublinhado por uma série de artigos “Made in

Germany”. Quer se trate de produtos industriais, quer da própria marinha, instrumento e símbolo da supremacia britânica, a Alemanha de Guilherme II emerge como o rival temível, ameaçando as posições estabelecidas da Inglaterra vitoriana.

O segundo traço essencial apontado por Defarges (2003), consiste no fato de que a Alemanha que Bismarck, unificada somente em 1871, chega bastante atrasada a um mundo já largamente ocupado e dividido, sendo esta considerada “a nação atrasada”. Face à Inglaterra, à França e à Rússia, estados modelados, unificados, por séculos de obstinação do poder central, a Alemanha só se torna unificada em 1871, tardiamente.

Na sua conquista de um lugar de destaque no mundo, a Alemanha, os seus soldados, os seus caixeiros-viajantes, os seus ideólogos, têm o sentimento de que tudo, ou pelo menos muito, já foi repartido: mercados, fontes de abastecimento de matérias-primas, territórios. Os Estados Unidos e a Rússia têm imensos espaços para povoar e valorizar. A Grã-Bretanha e a França têm um império colonial; mesmo a Espanha e Portugal, envolvidos em um declínio multissecular, mantêm vastas possessões. À Alemanha pouco havia restado.

Esta frustração é tanto mais aguda quanto a Alemanha sufoca nas suas fronteiras, apertada entre as plutocracias ocidentais e a multidão eslava. A Alemanha está receosa pela sua vulnerabilidade, pela insuficiência de terras, de recursos e de mercados. A crise econômica de 1873, após a euforia da vitória sobre a França em 1871, aviva nela a ambição de ter um espaço de expansão para si própria.

Bismarck continua um europeu clássico, alimentado de história. Nos decênios de 1870 e de 1880, o seu “pesadelo” é uma coligação europeia que reúna a França, a Grã-Bretanha e a Rússia contra uma Alemanha tomada demasiado poderosa. Bismarck apresenta a Alemanha como “uma nação satisfeita”, tendo atingido o seu objetivo – a unidade e procurando manter a paz com os seus vizinhos.

Entretanto, com a chegada de Guilherme II (1888), e mais tarde a saída de Bismarck (1890), o sonho alemão pode desenrolar-se. É o tempo da *Weltpolitik*, a política mundial. A Alemanha, para além de algumas possessões adquiridas sob Bismarck e, apesar das reticências deste (Sudoeste Africano, Togo, Camarões), tem direito a um autêntico império. Precisa também de uma frota, o que lhe valeu a hostilidade determinada da Inglaterra.

Já o último traço apontado por Defarges (2003), que caracteriza a Alemanha da época de Ratzel, é representado pelo fato de que o atraso que esta enfrentou na sua formação como nação, acabou por manifestar-se não apenas em suas relações com o mundo exterior, mas também em seu sistema sócio-político. A Alemanha dos anos 1871-1914 caracteriza-se

pelo desenvolvimento impressionante de todos os seus recursos – industriais, técnicos, científicos – e pela persistência de arcaísmos políticos: ausência de um mecanismo de deliberação coletiva no seio do governo (como um gabinete ou conselho de ministros), influência de comunitarismos ou de feudalidades (aristocracia fundiária, Grande Estado-Maior), parlamentarismo e democracia inacabados. Deste modo, para o grande filósofo-sociólogo Max Weber (1864-1920), os fracassos da política externa da Alemanha e, em primeiro lugar, o confronto com a Inglaterra, explicam-se pelo “governo pessoal”, pelos caprichos e pela sede de popularidade do imperador Guilherme II.

Daí que na Alemanha tenha havido uma exacerbação por vezes caricatural de certos traços essenciais da Europa na véspera do primeiro grande confronto mundial, a guerra de 1914-1918: apego mesquinho às marcas de prestígio, obsessão do estatuto, do respeito, consciência de uma missão a cumprir. Isto é, a Alemanha sente-se insuficientemente reconhecida e consagrada. Esta ansiedade orgulhosa conduz a Alemanha a querer ser o país da ciência, das certezas demonstradas. Dispõe de professores excepcionais, de universidades de grande renome, de sociedades científicas.

Dessa maneira, a Geografia também fará parte das disciplinas que trarão à Alemanha quer um saber absoluto, quer uma visão clara do seu lugar no mundo: “Se o espírito humano não dispõe, para os juntar, de um método indeformável pelas fantasias individuais e capaz de resistir vitoriosamente à análise, é em vão que os investigadores acumularão pacientemente pedaços de fatos: nenhuma ciência poderá daí sair” (VALLAUX *apud* DEFARGES, 2003, p.73).

Segundo Ó Tuathail *apud* Font e Rufi (2006, p.57):

Efetivamente, Ratzel (1844-1904) encarna o ápice de diversas tradições, [...] é, às vezes, o ponto de partida de outra tradição que será a da geografia política e da geopolítica, pelo menos, a alemã. Sua biografia coincide com, e alcança sucessos científicos e políticos que marcaram não apenas o século XIX, mas também um futuro mais amplo. Doutor em zoologia, o que o conecta com as teorias darwinistas, jornalista eventual, professor de geografia quando a Prússia de Bismarck a institucionaliza em nível universitário, sua influência na política interna e externa, primeiro em seu estado natal, depois na jovem Alemanha, será notável. Esta influência será exercida através de sua atividade científica, e da estritamente política, atividade esta que assume primeiramente posições liberais, e mais tarde conservadoras e agrárias, mas sempre nacionalistas.

3.2 Elementos Teóricos

A obra de Ratzel é por meio de vários pontos de vista indissociável de seu contexto, a começar por seu ambiente intelectual. É influenciado por Humboldt e Ritter, e seus mestres mais diretos, Oskar Peschel e Ernst Haeckel, os quais contribuem com suas interpretações sobre a relação entre o território e o Estado e, principalmente, pelas teorias de Charles Darwin aplicadas à sociedade, o “darwinismo social” na linha de Lamarck e Spencer. Destas influências que Ratzel aprofunda, resultam conceitos básicos de Geografia Política, começando por *Lebensraum* (espaço vital), que será um dos seus fatos, um de seus principais legados. Estas referências situam Ratzel dentro do positivismo: de fato, sua obra é basicamente uma tentativa de dotar de base científica – teoria, leis, previsibilidade – o comportamento espacial das sociedades e dos corpos políticos.

Por outro lado, no pensamento ratzeliano são evidentes as influências de outros campos, a destacar as que provêm da filosofia alemã e sua dimensão política. Ratzel bebe do idealismo de Hegel, especialmente em seus aspectos referentes à teoria do Estado – único ator territorial efetivo – e de Herder, por sua interpretação da responsabilidade histórica do povo alemão. Uma combinação paradoxal entre idealismo, às vezes romantismo e positivismo, que o inscreve na principal tradição intelectual que constrói o discurso nacional-germânico (FONT e RUFÍ, 2006, p.58).

Este geógrafo alemão participa ativamente deste discurso sob duas perspectivas. Por um lado na argumentação da identidade e da coesão de um recém-constituído Estado alemão; e de outro, na necessidade de expansão de tal Estado. Neste sentido trata-se de uma segunda geração do pensamento germânico, quando já se superou uma primeira frustração – a de Von Büllow, Fichte, entre outros – de ver um mundo germânico unido politicamente e forte, estando a Alemanha já equipara aos outros grandes Estados europeus.

Um terceiro contexto apontado por Font e Rufi (2006), em que Ratzel se move é o das economias industriais em disputa. O protecionismo alemão, norte-americano e francês frente a um ainda projeto liberal britânico; a luta pela defesa do acesso às matérias-primas e aos mercados; o imperialismo; são *inputs* e *outputs* das reflexões do geógrafo alemão, de sua obra e também de seus conselhos aos governantes de seu país.

Segundo Lizza *apud* Font e Rufi (2006), a obra de Ratzel pode ser sintetizada pelo trinômio Estado-posição-dinâmica. No mínimo, o primeiro elemento é indiscutível: toda a teoria ratzeliana parte e desemboca no Estado, um Estado síntese e produto da sociedade, como se disse, de caráter hegeliano, que transcende seus aspectos meramente legais. Porém, um Estado que tem como componente fundamental o solo, ou melhor, o espaço. Isto não significa unicamente extensão espacial, mas também e, sobretudo, a relação entre o espaço e a sociedade que nele vive.

Para Ratzel, o que define e dá coesão a um povo é o território que compartilha, e sua história, quer dizer o tempo e o espaço comuns. No entanto, se da primeira categoria, segundo Ratzel, existe uma consciência difundida de sua importância, da segunda, não; esta era uma das obsessões de Ratzel: revelar a transcendência do espaço para a sobrevivência do Estado e, portanto, da sociedade: “Cada cidadão deverá tomar consciência do caráter vital do território e de suas possibilidades de expansão: o sentido do espaço (*Raumsinn*) garante a perenidade da nação, a fortaleza e a independência do Estado” (GALLOIS *apud* FONT e RUFÍ, 2006, p.59).

Além disso, *Raumsinn* tem correspondência com o *Volkgeist* (“espírito do povo”), fundamental para a formação do sentimento nacionalista alemão. Dessa maneira, o espaço passa a ser visto como um elemento vital e deve estar em consonância com as necessidades do povo. Esta seria uma aproximação ao conceito *Lebensraum* que Ratzel desenvolve a partir de seu livro *Antropogeografia* (1882, vol. 1; e, 1892, vol. 2). Um conceito assimilado da biologia, o *ecúmeno* biogeográfico e, que dará margem a mil interpretações sobre se Ratzel tinha posições organicistas ou não. Em *A Terra e a Vida* (1901) estes argumentos adquirem tons sócio-darwinistas, na medida em que, paradoxalmente, os Estados não seriam entidades estáticas, mas teriam que estar em um constante movimento e competição entre si, um dinamismo que se expressará territorialmente. Finalmente, entre os Estados se estabelece uma luta pelo espaço. Renunciar à luta, renunciar ao espaço vital, significará a decadência de um povo. Esta lógica é a que marcará a dinâmica territorial do Estado, uma lógica de caráter hobbesiano em que o conflito fica legitimado por um direito natural, o de dar segurança e satisfação às necessidades da população. Com isto, Ratzel afasta-se da posição determinista intransigente que pouco a pouco tinha adquirido. Segundo ele, apenas as sociedades frágeis e primitivas sofrem de submissão ao meio; as restantes movem-se na marca do possibilismo, lutando pelo território de acordo com suas necessidades e capacidades. De fato, toda a teoria do *Lebensraum* é expressão deste possibilismo (FONT e RUFÍ, 2006, p.59).

Ainda segundo Font e Rufi (2006), além destas reflexões, mais gerais, Ratzel entra mais precisamente em uma Geografia Política pragmática, tentando dar cobertura científica ao comportamento territorial do Estado. Em *Politische Geographie* (Geografia Política, 1897) entende-se melhor estas explicações: sobre o Estado e o mar, a localização e a expansão dos Estados, a fronteira, a demografia e o potencial dos Estados, as imigrações – um tema que ele havia estudado durante a sua estadia nos Estados Unidos e que considerava fundamental (figura 02). Finalmente, em 1901, em sua obra *Sobre as Leis da Expansão Territorial do Estado*, Ratzel chega a propor efetivamente sete leis que regem este processo:

- 1 – A extensão dos Estados aumenta com o desenvolvimento de sua cultura;
- 2 – O crescimento espacial dos Estados acompanha outras manifestações de seu desenvolvimento: a ideologia, a produção, a atividade comercial, a potência de sua capacidade de influência e o esforço de proselitismo;
- 3 – Os Estados crescem assimilando unidades políticas de menor tamanho;
- 4 – A fronteira é um órgão situado na periferia do Estado. Por sua localização materializa o crescimento, a força e as mudanças territoriais do Estado;
- 5 – Em sua expansão territorial o Estado se esforça em absorver as regiões mais importantes: o litoral, as margens fluviais, as planícies e, em geral, os territórios mais ricos;
- 6 – O primeiro impulso para a extensão do território de um Estado provém do exterior, de uma civilização interior a sua; e,
- 7 – Esta tendência geral à assimilação e à absorção das nações mais débeis convida a multiplicar as apropriações, em um processo que se auto-alimenta.

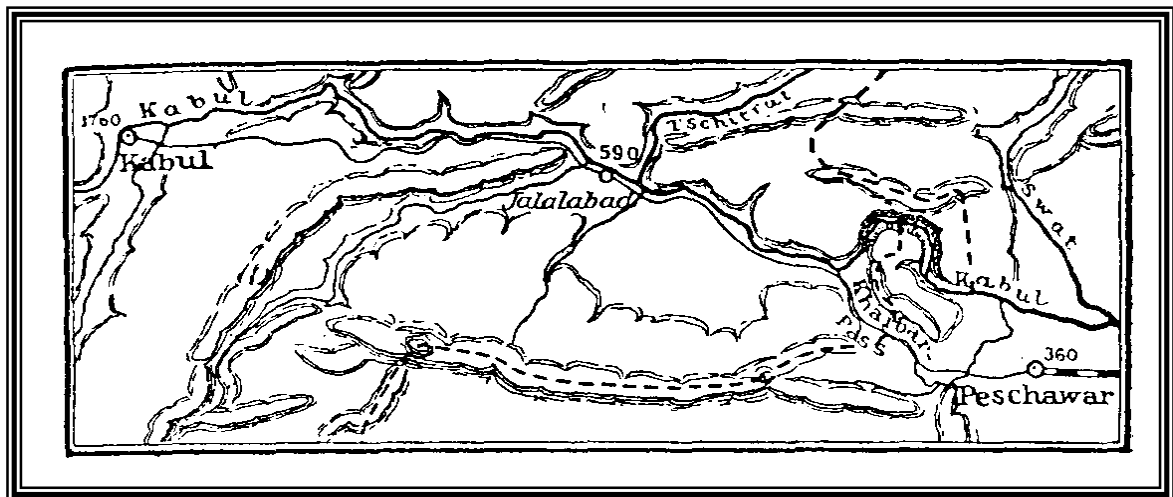


Figura 02: Típico Cartograma presente na Obra *Politische Geographie*, 1897.

Fonte: VICENS VIVES, 1951, p.47.

Enfim, trata-se de uma obra em grande medida eclipsada devido a sua implicação com os destinos da Alemanha. Friedrich Ratzel intervém na *Weltpolitik* de Guilherme II (de quem será partidário fervoroso), a qual possuía ideias opostas às de um Bismarck que saía de cena. Aposta na consolidação de uma grande frota capaz de competir com a britânica, na Alemanha imperial, no fomento das migrações alemãs como estratégia colonial, em uma *Mitteleuropa* (Europa Central) unida sob o comando do *Kaiser*, expressando novamente o sonho do pangermanismo, defendido anteriormente por Von Bülow, List, Herder e Fichte.

Antes de concluir as discussões em torno do presente teórico, faz-se de extrema importância destacar as ideias estabelecidas por Moraes (2003), a qual aponta que um revigoramento do processo de sistematização da ciência geográfica vai ocorrer com as

formulações de Friedrich Ratzel. Isso porque, este autor publica suas obras no último quartel do século XIX. Enquanto Humboldt e Ritter vivenciaram o aparecimento do ideal de unificação alemã, Ratzel vivencia a constituição real do Estado nacional alemão e suas primeiras décadas. Suas formulações só são compreensíveis em função da época e da sociedade que as engendraram. A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído. Lucien Febvre chegou a denominá-la de “manual de imperialismo”.

Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo, “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial” (MORAES, 2003, p.59).

O principal livro de Ratzel, publicado em 1882, denominado *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*; pode-se dizer que esta obra funda a Geografia Humana. Nela, Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Estas influências atuavam primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem. Ratzel realizou extensa revisão bibliográfica sobre o tema das influências da natureza sobre o homem, e concluiu criticando as duas posições mais correntes: a que nega tal influência, e a que visa estabelecê-la de imediato. Diz ele que estas influências vão se exercer mediatizadas, através das condições econômicas e sociais. Para ele, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo. O homem precisaria utilizar os recursos da natureza para conquistar sua liberdade, que, em suas palavras, “é um dom conquistado a duras penas”. O progresso significaria um maior uso dos recursos do meio, logo, uma relação mais íntima com a natureza. Quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter ter sua posse. E por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado” (MORAES, 2003, p.59-60).

A Geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à história e ao espaço, como: a formação dos territórios, a difusão dos homens no globo (migrações, colonizações etc.), a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas consequências, além de estudos monográficos das áreas habitadas. Tudo tendo em

vista o objeto central que seria o estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades. Em termos de método, a obra de Ratzel não realizou grandes avanços. Manteve a ideia da Geografia como ciência empírica, cujos procedimentos de análise seriam a observação e a descrição. Porém, propunha ir além da descrição, buscara síntese das influências na escala planetária, ou, em suas palavras, “ver o lugar como objeto em si, e como elemento de uma cadeia”. De resto, Ratzel manteve a visão naturalista: reduziu o homem a um animal ao não diferenciar as suas qualidades específicas; deste modo, propunha o método geográfico como análogo ao das demais ciências da natureza e concebia a causalidade dos fenômenos humanos como idêntica a dos naturais. Daí, o mecanicismo de suas afirmações. Ratzel, ao propor uma Geografia do Homem, entendeu-a como uma ciência natural (MORAES, 2003, p.61).

Por fim, Moraes (2003) demonstra que os discípulos de Ratzel foram os responsáveis pela radicalização de suas colocações, constituindo o que se denomina “Escola Determinista” de Geografia, ou a doutrina do “determinismo geográfico”. Os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica e simplificaram-na. Orientaram seus estudos por máximas como “as condições naturais determinam a História” ou “o homem é um produto do meio” empobrecendo bastante as formulações de Ratzel, que falava de influências. Na verdade, todo o trabalho desses autores se constituía da busca de evidências empíricas para teorias formuladas *a priori*. Seus mais eminentes representantes foram: Ellen Semple e Elsworth Huntington. A primeira, geógrafa americana, aluna de Ratzel, foi a responsável pela divulgação das teses deste nos EUA. Já as teorias do geógrafo inglês Huntington eram um pouco mais elaboradas. Este autor concebia um determinismo invertido, isto é, para ele, as condições naturais mais hostis seriam as que propiciariam o maior desenvolvimento.

Outro desdobramento apontado por Moraes (2003), referente à proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas referentes à ação do Estado sobre o espaço. Esses autores desenvolveram teorias e técnicas que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo, isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios. Os autores mais conhecidos dessa corrente foram: Kjéllen, Mackinder e Haushofer. O primeiro, um sueco, foi o criador do rótulo “Geopolítica”. O segundo, um almirante inglês, trouxe a discussão para o nível dos estados-maiores, tratando temas como o domínio das rotas marítimas, as áreas de influência de um país e as relações internacionais. Halford Mackinder, cuja principal obra intitula-se *O Pivô Geográfico da História*, desenvolveu uma curiosa teoria sobre as “áreas pivôs”, as quais seriam o coração de um dado território: para ele, quem as dominasse, dominaria todo o território. O general alemão Karl Haushofer, amigo de Hitler e Presidente da Academia Germânica no seu governo, foi outro teórico da Geopolítica. Deu a esta um caráter diretamente bélico, definindo-a como parte da

estratégia militar. Este autor, que desenvolveu teorias referentes à ação do clima sobre os soldados, criou uma escola e influenciou diretamente os planos de expansão nazista. Até, hoje a Geopolítica persiste, sendo debatida nos departamentos de estado e nas academias militares.

Uma última perspectiva levantada por Moraes (2003), que saiu das formulações de Ratzel, foi à chamada “Escola Ambientalista”. Esta, mais recente, não pode ser considerada uma filiação direta da Antropogeografia. Entretanto, sem dúvida, foi Ratzel o primeiro formulador de suas bases. Esta corrente propõe estudo do homem em relação aos elementos do meio em que ele se insere. O conjunto dos elementos naturais é abordado como o ambiente vivenciado pelo homem. O ambientalismo representa um determinismo atenuado, sem visão fatalista e absoluta. A natureza não é vista mais como determinação, mas como suporte da vida humana. Mantém-se a concepção naturalista, porém sem a causalidade mecanicista. O ambientalismo se desenvolveu bastante modernamente, apoiado na Ecologia. A ideia de estudar as inter-relações dos organismos, que coabitam determinado meio, já estava presente em Ratzel, pela influência que ele sofreu de Haeckel, o primeiro formulador da Ecologia, de quem havia sido aluno. Entretanto, é mais ao determinismo que ao ambientalismo que o nome de Ratzel acabou identificado.

Por fim, de acordo com as explicações de Moraes (2003, p.64):

Pelos desdobramentos expostos, pode-se avaliar o peso da obra de Ratzel na evolução do pensamento geográfico. A própria Geografia francesa, [...] é uma resposta às formulações desse autor. A importância maior de sua proposta reside no fato de haver trazido, para o debate geográfico, os temas políticos e econômicos, colocando o homem no centro das análises. Mesmo que numa visão naturalizante e para legitimar interesses contrários ao humanismo.

CAPÍTULO IV

A Política Interna e Externa Alemã Durante a Segunda Guerra Mundial

4.1 Ascensão de Hitler ao Poder

Para diversos escritores, historiadores, homens de estado (Churchill, De Gaulle), as duas guerras mundiais podem ser analisadas como os dois atos de uma mesma disputa – uma nova Guerra dos Trinta Anos. Isso porque, o desafio central na Europa era o mesmo, a luta contra a vontade hegemônica da Alemanha. Os modos de pensamento dos estados implicados na guerra de 1939-1945 prolongam sistematicamente os dos beligerantes de 1914-1918 (darwinismo social, reivindicações de espaço vital).

Quando o *crash* de *Wall Street* dá o sinal da grande crise mundial, a prosperidade alemã é imediatamente abalada, pois repousa sobre bases frágeis: o recurso sistemático das finanças públicas, dos bancos e das grandes empresas aos créditos estrangeiros, principalmente americanos. O recuo desses capitais, acelerado em 1930 pelas incertezas da situação interna (sucesso nazista nas eleições) e externa da Alemanha (agitações provocadas por um plano de união alfandegária com a Áustria), acarreta a bancarrota de alguns estabelecimentos. Segue-se a esse período um verdadeiro pânico: desmoronamento dos valores da Bolsa, cascata de falências, fuga de capitais, esgotamento das reservas do *Reichsbanck*, queda do marco. A fim de evitar o retorno dos anos de inflação, que marcaram tão profundamente os espíritos, o governo procura salvar a moeda com uma política deflacionária, que diminui o poder aquisitivo da população e agrava o marasmo dos negócios.

A crise financeira e da Bolsa efetivamente, paralisou a atividade econômica. A política seguida pelos grandes cartéis (redução da produção para limitar a queda dos preços) retarda a reabsorção da crise e aumenta o desemprego (mais de seis milhões de desempregados em 1932). Apesar dos esforços do Estado, a queda das cotações mundiais repercute nos preços agrícolas e ameaça arruinar os produtores, já endividados. A situação melhora a partir do verão de 1932, o governo empenha-se então em reanimar a economia, mas os efeitos da crise sobre a situação social e política vão prolongar-se. Graças aos seus meios de influência sobre os poderes públicos, os grandes industriais e proprietários de terras obtiveram enormes subvenções e importantes vantagens; nem por isso deixam de condenar um regime que parece incapaz de superar a crise e deter o “perigo vermelho”; trabalhadores das cidades e dos campos, na maioria sem trabalho, depositam de fato suas esperanças no Partido Comunista para tirá-los da miséria. Quanto às classes médias, novamente à beira da ruína e ameaçadas de proletarização, cedem à propaganda nazista (GUILLEN, 1975, p.402).

A carreira de Adolf Hitler, pequeno burguês de Viena marcado pelo nacionalismo e pelo antissemitismo, começa logo depois da Grande Guerra, em Munique onde assume a direção do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP). Após o fracasso do *putsch* de 1923, ocasião em que acabou sendo preso, prepara metodicamente a conquista do

poder, o que pode ser evidenciado nas páginas do *Mein Kampf* (Minha Luta); trata-se de dar ao movimento nazista, pela organização, pela propaganda, pela intimidação, um desenvolvimento tal que imporá a ascensão de Hitler à Chancelaria.

A ideologia nazista comporta certo número de temas há muito difundido na Alemanha, porém levados ao extremo e formulados de modo dogmático: superioridade da raça germânica, culto da força e da vontade de poder, subordinação do indivíduo ao Estado, ditadura do chefe, que encarna a comunidade nacional, substituição da luta de classes pela união de todas as categorias sociais para trabalhar pela grandeza da Alemanha. Essas ideias, que apareceram no correr do século XIX, reconquistaram o favor público depois da guerra. As desordens e crises deram origem a uma corrente antidemocrática, antiparlamentar e nacionalista, que interessa principalmente os intelectuais, os movimentos de juventude, os oficiais médicos e subalternos do exército, entre os quais Hitler recruta suas tropas. Entretanto, as demasias dos nazistas afastaram, durante muito tempo, inúmeros “simpatizantes em potencial” (GUILLEN, 1975, p.403).

A crise econômica acabou dando ao movimento nazista uma força irresistível. Com exceção das igrejas, da aristocracia, dos chefes militares e das massas operárias, todos os descontentes se voltaram para Hitler, que se apresenta como o salvador capaz de resolver as dificuldades, de assegurar a cada cidadão, bem como ao conjunto da nação, um futuro de grandeza e prosperidade. Sem aderir à ideologia nazista, as classes dirigentes veem no movimento hitleriano uma força que convém utilizar e lhe concedem, generosamente, ajuda financeira e meios de propaganda; para a grande burguesia, trata-se de dissipar o perigo comunista e dar novo impulso à economia pelo rearmamento; para os conservadores, de retomar o poder que tiveram de abandonar em 1918. Daí os triunfos eleitorais conseguidos pelo Partido Nazista (13,8 milhões de votos em 1932). Nenhuma resistência pode organizar-se contra essa onda: os partidos burgueses, desamparados por uma parte do eleitorado, manifestam sua impotência, quanto à esquerda e às massas operárias, elas estão paralisadas pelo confronto entre socialistas e comunistas; obedientes às diretrizes do *Komintern* (Internacional Comunista de 1919-1943) estes últimos continuam a ver nos “sociais-traidores” o principal adversário e subestimam a força do perigo nazista.

Assim, segundo Blainey (2008, p.304):

[...] a depressão mundial, no início da década de 1930, fomentou ansiedade e uma premonição de caos. Hitler prosperou com base exatamente nesses medos. Muitos alemães viam Hitler como um defensor bem-vindo da lei e da ordem. O medo do comunismo lhe rendeu cada vez mais apoio popular. Ele e sua oratória apelaram para o orgulho alemão e exploraram o ressentimento generalizado de que a Alemanha havia sido derrotada injustamente em um jogo no qual há muito tempo o país se sobressaía: o jogo da guerra.

Ainda, de acordo com as considerações de Blainey (2008), Hitler conhecia a Alemanha; sua brilhante oratória, auxiliada pelos treinamentos astuciosos que recebera, aquecia os corações de muitos alemães que sentiam que sua nação e seu mundo haviam sido injustamente torpedeados em 1918. O recém-inventado alto-falante e o rádio ajudaram a difundir sua mensagem; poucos líderes de partido na Europa foram mais velozes do que ele em lançar mão de inovações.

Em março de 1930, incapaz de chegar a um acordo sobre os meios de cobrir o *déficit* orçamentário, a maioria da coalizão que apoiava o governo se desmembra, isso faz com que o Chanceler Brüning passe a governar por decretos. Alentado pelas eleições presidenciais de 1932, em que Paul von Hindenburg, transformado no símbolo da república, se opõe fortemente a Hitler, iniciando perseguições contra o partido nazista; mas intrigas do General Schleicher (último chanceler alemão da República de Weimar) junto ao presidente provocam-lhe a queda. Os conservadores prussianos e os chefes militares julgam, com efeito, que para tornar os nazistas menos perigosos é preciso fazê-los sair da oposição e associá-los às responsabilidades governamentais.

Nomeado chanceler (junho a novembro de 1932), Franz von Papen não consegue levar a cabo a operação, pois Hitler depois da vitória do seu partido nas eleições de julho de 1932 reclama a Chancelaria, ao passo que as tropas nazistas (S.A.) fazem reinar o terror nas ruas. Papen cede o posto a Schleicher, que tenta outra experiência: operar um reagrupamento, da direita aos socialistas, para combater o nazismo. A combinação fracassa, Schleicher não vê outra saída além da ditadura militar. Hindenburg recusa-a e acaba aceitando uma solução apresentada por Papen e, sobre a qual os nazistas, os nacionais-alemães e o mundo dos negócios se põem de acordo: um governo de coalizão presidido por Hitler (30 de janeiro de 1933). Desconhecendo a relação das forças, os conservadores e a grande burguesia pensam fazer de Hitler o seu instrumento; na realidade, porém, foi Hitler quem se serviu deles para chegar ao poder (GUILLEN, 1975, p.404).

Finalmente, Hitler chega ao poder pelos caminhos legais, tendo a sua disposição todo o aparato estatal para por em prática cada etapa do estabelecimento do regime totalitário pela ideologia nazista. Para Spindel (1981, 43), um regime totalitário distingue-se

[...] inicialmente pelo seu absoluto repúdio à democracia formal e a consequente proposição ideológica de um novo modelo político. Esta distinção inicial basta para diferenciá-lo dos regimes autoritários, nos quais há uma tentativa de manutenção e uma fachada democrática formal e inexistente uma ideologia consistente e abrangente, mas não basta para caracterizá-los completamente.

Depois que o *Reichstag* (Parlamento Alemão) lhe conferiu plenos poderes por quatro anos, Hitler começa o desmembramento das forças de oposição: depuração da polícia, da justiça, da administração; decretos de exceção que permitem deter os chefes comunistas e socialistas; dissolução dos sindicatos, das associações patronais, das ligas e partidos políticos. O expurgo sangrento de junho de 1934 (“a noite das facas compridas”), dirigido contra os S.A. (*Sturmabteilung* ou Divisão de Assalto), cujo chefe, Ernst Roehm, se apresenta como um rival perigoso permite-lhe igualmente desembaraçar-se de diversos indivíduos incômodos e assegurar a colaboração do *Reichswehr* (forças armadas da Alemanha), que permanecera, até então, na reserva. Os governos e as assembleias dos *Länder* (estados alemães) são suprimidos, o *Reich* transforma-se em um Estado unitário centralizado.

Hitler dispõe de um poder ilimitado, que repousa sobre o postulado da adesão popular. Esta é obtida pela propaganda, que cria o mito do *Führer* e celebra-lhe o culto (figura 03); pela arregimentação das diversas categorias da população em numerosas associações dirigidas pelo partido nazista, que cobre o país compondo uma rede de grupos hierarquizados; pelo controle da imprensa, do ensino, da vida intelectual e artística. Acrescente-se a isso, para os que se sentissem tentados a resistir, o terror policial organizado por Heinrich Himmler e Reinhard Heydrich, tendo como instrumentos os S.S. (*Schutzstaffel* ou Tropa de Proteção), o serviço de segurança, a polícia secreta do Estado (Gestapo), colocados acima das leis e dos tribunais e fornecedores dos campos de concentração, criados em virtude do decreto sobre a detenção preventiva.

A perseguição, que atingiu primeiro os militantes comunistas, socialistas, sindicalistas, volta-se, a seguir, sistemática, contra os judeus, segundo os princípios da ideologia racista, e porque a propaganda nazista não cessou de apresentar os judeus como os responsáveis por todos os males que afligem o povo alemão. O objetivo é constrangê-los a deixar a Alemanha tornando-lhes a vida impossível: medidas discriminatórias, leis de Nuremberg (1935) que os despoja da cidadania, proibição de exercer uma profissão, prisões e violências (GUILLEN, 1975, p.404).

A destruição dos chefes da oposição, o terror, a propaganda, os êxitos da política econômica e da política externa, o reflexo patriótico ao aproximar-se a eventualidade de uma guerra explicam que as resistências sejam pouco numerosas e impotentes. A concordata de 1933 põe fim à atitude hostil observada até então pela hierarquia católica; está visto que se erguem, depois, protestos diante da evolução tomada pelo regime; mas a passividade das massas católicas conduz a maioria dos seus chefes à resignação. O mesmo ocorre com os protestantes, exceto o grupo de defesa dos pastores, criado por Martin Niemöller em resposta à organização de uma igreja oficial, a Igreja Evangélica do *Reich*. A maioria dos chefes comunistas e socialistas fugiu para o estrangeiro ou está na prisão; os grupos clandestinos que

se formam não resistem por muito tempo às perseguições da Gestapo. Os oponentes de tendência conservadora, agrupados em torno de Carl Friedrich Goerdeler, depositam suas esperanças em um golpe militar de Estado (oficial alemão executado sob a acusação de participar do plano de assassinato de Hitler). Vários generais pensam, de fato, que a política hitleriana arrisca-se a desencadear uma guerra mundial, que será uma catástrofe para a Alemanha; mas, vacilando em erguer-se contra o poder estabelecido, contentam-se em agitar projetos sem passar à ação.

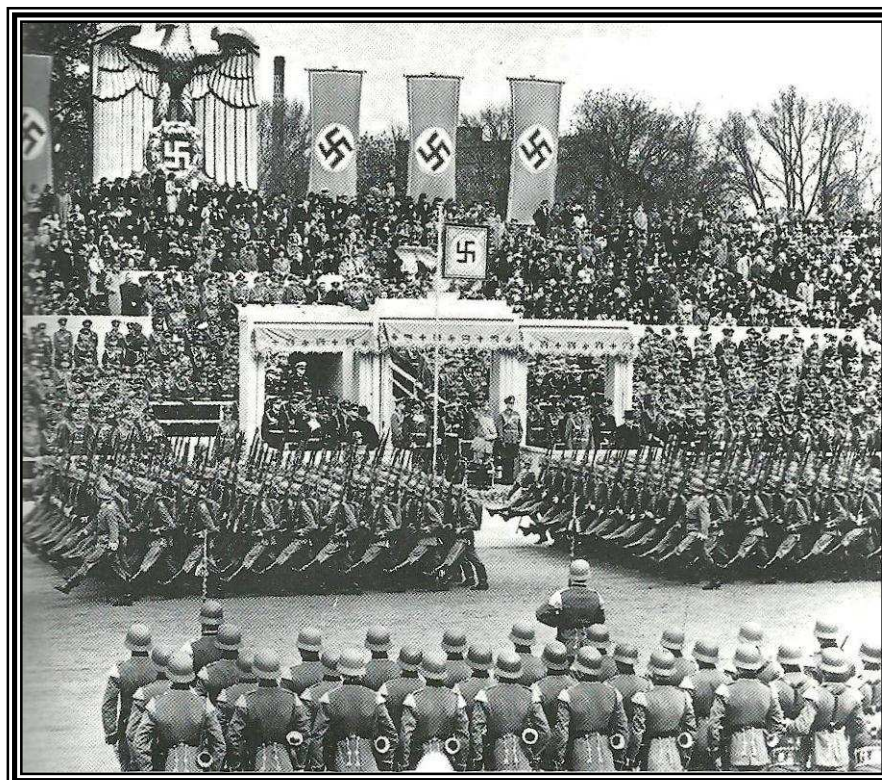


Figura 03: Desfile das Tropas Alemãs durante o Aniversário de Hitler, 1939.
Fonte: HOBSBAWM, 2004, Caderno de Ilustrações.

Segundo as explicações de Guillen (1975, p.405-406):

Em seus primórdios, o partido nazista definira um programa anticapitalista e afirmara a sua intenção de organizar a vida econômica em novas bases, submetendo os interesses particulares aos da coletividade. A aliança concluída com as classes dirigentes para chegar ao poder, o concurso necessário da grande indústria e dos chefes militares, muitos dos quais são nobres, para rearmar rapidamente a Alemanha, impuseram o afastamento desse programa; as nazistas que continuam a invocá-lo são liquidados por ocasião da “noite das facas cumpridas”. Entretanto, se os meios de produção continuam nas mãos da propriedade privada, o Estado institui uma estreita regulamentação da economia. Reagrupadas por setores de atividade, as empresas são submetidas às diretrizes e ao controle do enorme aparelho burocrático. Segundo o sistema corporativo italiano, empregadores e assalariados são associados por setores profissionais em “comunidades de trabalho”; a finalidade que se proclama é eliminar a luta das classes; com efeito, trata-se de integrar os operários na ordem nacional-socialista, impedir as greves, aumentar os rendimentos; qualquer reivindicação é considerada um ato de oposição contra o regime.
 [...]

Através dessas diversas medidas, o regime conseguiu construir as bases materiais do seu poder militar na previsão de uma guerra geral, mas à custa de pesados sacrifícios impostos à população.

Para realizar os seus altos destinos, a nação alemã precisa ter uma população numerosa. O regime preocupou-se em diminuir a taxa de mortalidade melhorando as condições sanitárias da população e, sobretudo, em lutar contra a diminuição da natalidade, pela propaganda e por diversas medidas de auxílio às famílias. Os resultados obtidos não detêm o envelhecimento da população. Por motivos de ordem racial, demográfica, econômica ou política, os dirigentes nazistas almejam a manutenção de uma numerosa população rural; o sistema das fazendas hereditárias, inalienáveis e indivisíveis, a política de colonização interna, de remembramento e modernização das fazendas tenderam a fixar os camponeses na zona rural. Quanto aos operários, o regime preocupou-se em melhorar-lhes as condições de trabalho e existência e em regulamentar os lazes e as dispensas; em compensação, privados das liberdades sindicais e sujeitos à disciplina militar, eles passaram a ter que trabalhar mais por um salário nominal, o qual pouco aumentava, além deste ser constantemente reduzido devido a diversos descontos obrigatórios ou “voluntários”. Entretanto, conforme demonstra Guillen (1975, p.407):

Não obstante, a grande maioria dos alemães manteve a sua adesão ao regime. A propaganda apelou para o patriotismo, afirmou que os sacrifícios impostos permitiriam à Alemanha atingir um nível de poder e prosperidade jamais igualado, *slogans* que os triunfos repetidos da diplomacia hitleriana careciam confirmar. A “mobilização moral” foi para Hitler um trunfo importante nas provas de força com os demais Estados. O *Führer* sempre considerou, com efeito, a obra de reerguimento interior como um meio para realizar os seus vastos desígnios no campo da política externa: libertação das “cadeias de Versalhes”, esmagamento da França, expansão territorial, a fim de assegurar, duradouramente, a hegemonia alemã sobre a Europa.

4.2 O Nazismo e a Segunda Guerra Mundial

A partir de 1932, depois de um período de euforia, o mundo entra em uma era em que as relações internacionais se agravam progressivamente até a deflagração da Segunda Guerra Mundial. O acontecimento mais importante que faz de 1932 o início de um período perigoso para a humanidade, consiste paradoxalmente, na abertura da Conferência do Desarmamento. Impondo o desarmamento alemão, o Tratado de Versalhes fazia dele uma espécie de prefácio do desarmamento geral. Na ausência, porém, de outro sistema de segurança, só a superioridade imediata da França, que conservara o seu exército, sobre a Alemanha, que não possuía mais do que um embrião de exército, garantia a paz ou, pelo menos, impedia que se lançasse um conflito de maiores proporções na Europa. A França, com efeito, aspirava apenas ao *status quo*, ao passo que a Alemanha, cujo potencial econômico e

demográfico era muito superior ao francês, reclamava uma revisão dos tratados, que se poderia operar-se pela força.

Inaugurada a Conferência do Desarmamento, a Alemanha apresenta um dilema a que já não é possível fugir: ou as outras nações se desarmam ou dão à Alemanha o direito de rearmar-se. Posição muito forte no plano teórico, que a Inglaterra e os Estados Unidos estão prontos para aceitar. Ora, é justamente em 1932 que a Alemanha adota, em suas grandes linhas, um plano de rearmamento maciço e acelerado. E a França, pouco a pouco, sem obter em troca nenhuma garantia nova de segurança, será obrigada a deixar que se legalize ou, ao menos, a aceitar de fato o rearmamento alemão. [...] Esse agravamento indiscutível da situação internacional coincide, mais ou menos, com a generalização da crise econômica no mundo (NÉRÉ, 1975, p.456).

Com a ascensão de Hitler ao poder em janeiro de 1933, no qual ficará até a morte em 1945, a política internacional passa a ter suas concepções e iniciativas como fatores dominantes. O que ele quer, acima de tudo, é destruir os tratados de 1919, os quais retalharam o território alemão (figura 04), reunir em um único Estado todos os que, na Europa, considera como alemães; nesse particular, suas concepções não divergem muito das de outros nacionalistas de seu país, e até de Gustav Stresemann (chanceler alemão de agosto a novembro de 1923). Hitler, porém, acrescenta ao fundo comum um vasto programa de extensão territorial a Leste, a expensas dos povos eslavos. Uma condição prévia, evidentemente, é o aniquilamento do poderio francês. Em compensação, muito preocupado em não repetir os erros de Guilherme II, Hitler esforça-se por evitar a hostilidade da Inglaterra; por isso mesmo, fora em surdina as suas reivindicações coloniais e não forçará o rearmamento naval alemão.

Na concepção de Néré (1975), Hitler através de seus métodos, também introduz elementos novos à dinâmica internacional. Sua pressa, em primeiro lugar, determinará uma temível aceleração da história: julga-se a única pessoa capaz de levar a bom termo o imenso programa que traçou e, acha que os seus dias estão contados. Por outro lado, senhor absoluto da Alemanha, não corre o risco de ser superado ou estorvado por reações nacionalistas espontâneas, o que lhe dá uma liberdade de manobras muito maior: poderá, assim, “resolver” as questões uma depois da outra e só precisará enfrentar um adversário de cada vez, desarmando moralmente os outros; poderá igualmente alternar os golpes de força brutais, aproveitando a efeito da surpresa, com declarações conciliatórias, em que os povos ávidos de paz não hesitarão em acreditar.

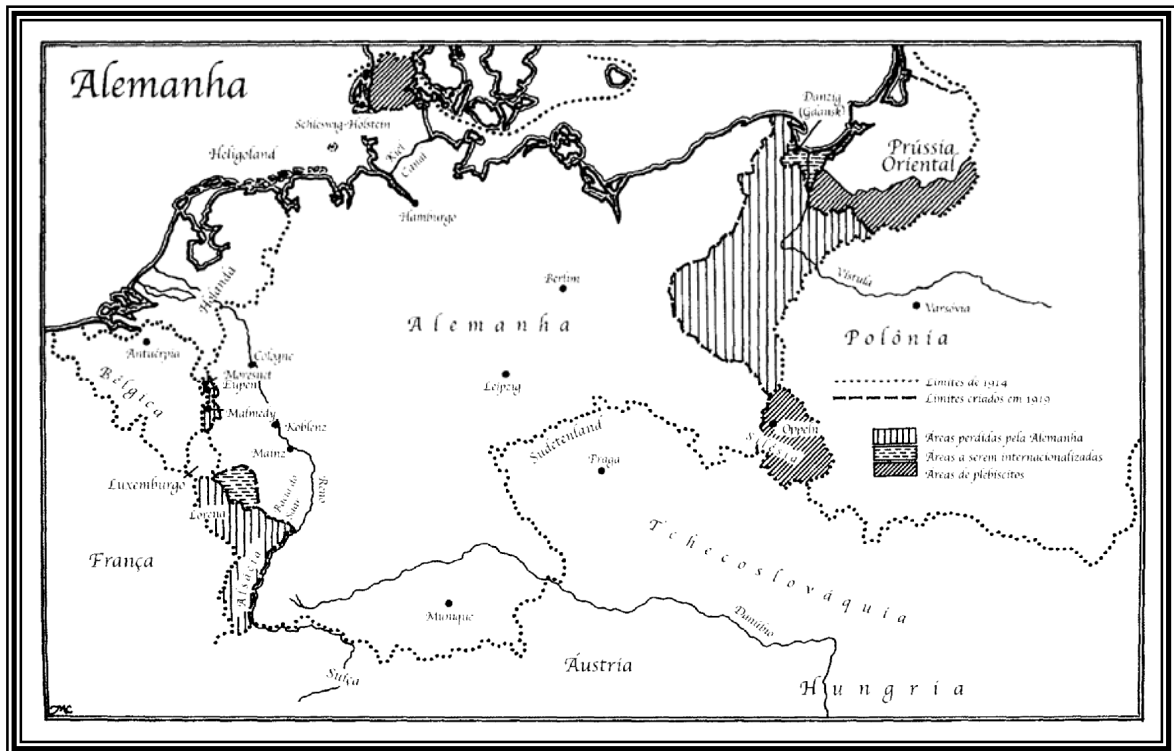


Figura 04: Território Alemão Pós-Primeira Guerra Mundial.

Fonte: MACMILLAN, 2004, p. xii.

Entretanto, segundo Néré (1975, p.457):

Essa visão clássica dos fatos, no entanto, foi contestada, não só por autores alemães, senão também pelo historiador inglês A. J. P. Taylor. As críticas visam sobretudo à ideia de que Hitler teria calculado e determinado de antemão o curso dos acontecimentos; na opinião de Taylor, Hitler apenas utilizou fartamente as circunstâncias e os próprios atos dos adversários. Na realidade, porém, a discussão tem um alcance restrito; pois não se pode contestar seriamente, nem a pressa de Hitler, nem a sua vontade fanática de atingir objetivos evidentemente inaceitáveis às outras nações, sem recuar diante da guerra.

Os primeiros atos de Hitler são bem característicos de sua maneira de ser. No outono de 1933, a Alemanha abandona ao mesmo tempo a Conferência do Desarmamento e a Liga das Nações, marcando assim a sua vontade de não admitir nenhuma demora e nenhum entrave ao rearmamento alemão. Mas, em janeiro de 1934, a Alemanha e a Polónia publicam compromissos recíprocos de não agressão, o que não deixa de ser um golpe teatral do nazismo, pois os choques entre as duas nações eram, até então, incessantes. Os que se dispõem a acreditar nele verão aí um penhor importante das intenções pacíficas da Alemanha; e os dirigentes poloneses acreditam dar mostras de realismo supondo que, dessa maneira, desviarão para o sul a ameaça alemã.

Porém, baseando-se nas explicações de Néré (1975) é possível perceber que a maior parte das nações não percebeu de pronto o alcance do advento de Hitler na Alemanha, e não compreendeu, a princípio, a sua política tal como se evidencia atualmente. Foi particularmente o caso na Inglaterra. O governo britânico persistiu por muito tempo em sua

atitude conciliatória em relação às reivindicações alemãs. Aliás, sempre entendeu que se devia conceder à Alemanha certo rearmamento, esperando, desse modo, controlá-lo e limitá-lo. A manifestação mais característica dessa política foi o acordo naval anglo-alemão de junho de 1935, negociado e concluído sem a interferência da França e da Itália. É verdade que o acordo limitava a frota alemã a 35% da frota britânica e estava longe da igualdade de armamentos terrestres com a França, que a Alemanha reivindicava. Assim também, muitos ingleses achavam possível a revisão “pacífica” das cláusulas territoriais dos tratados de 1919.

Na França, a ameaça alemã era mais bem percebida e, para enfrentá-la, se tentaram diversas manobras diplomáticas. A primeira foi à tentativa de reaproximação franco-italiana, empreendida desde o fim de 1932. A Itália e a França um interesse comum: impedir a Alemanha de anexar a Áustria. Em compensação, opunham-se em diversos pontos na Europa Central e na África. A França projetou fazer à Itália concessões na África, quais eram muito limitadas, mas principalmente realizar, sob a égide comum da França e da Itália, uma espécie de união econômica danubiana, que teria, evidentemente, consequências políticas.

Paralelamente, a França efetuava uma reaproximação franco-soviética. A iniciativa, dessa feita, proveio da URSS, que se inquietava, há um tempo, com as ambições hitlerianas e com a possibilidade de precisar lutar simultaneamente em duas frentes, contra a Alemanha e contra o Japão. A França respondeu às propostas russas com muita prudência, empenhada notadamente em preservar a segurança do aliado polonês e em não alienar de si a Inglaterra, sempre muito desconfiada em relação aos soviéticos. Para não alarmar ninguém, esforçou-se por integrar o acordo franco-soviético no quadro dos pactos de segurança regionais aceitos pela Liga das Nações e por se realizar o que chamou de um “Locarno Oriental”, que englobava todos os países da região, sem excluir ou ameaçar ninguém. Efetivamente, em setembro de 1934, a URSS foi admitida na Liga das Nações e recebeu uma cadeira permanente no Conselho.

Em 28 de setembro de 1938, uma ameaça pairava sobre a Europa: as forças armadas alemãs se mobilizavam com vistas à anexação da região da tchecoslovaca dos Sudetos, onde havia uma população de língua alemã de três milhões de pessoas, aproximadamente. No dia seguinte, segundo Vigevani (1990, p.08),

[...] atendendo a uma proposta italiana, reuniram-se em Munique, principal cidade da Baviera, o *Führer* Adolf Hitler, o *Duce* Benedito Mussolini e os primeiros-ministros Edouard Daladier, da França, e Neville Chamberlain, da Inglaterra. À uma da madrugada de 30 de setembro, os quatro chefes de Estado assinavam as conclusões daquela que seria conhecida como a Conferência de Munique. Essas conclusões referiam-se basicamente ao direito da Alemanha de anexar a região dos Sudetos, até aquele momento parte integrante de um estado autônomo, a Tchecoslováquia.

Após o Pacto de Munique, a Inglaterra (30 de setembro de 1938) e a França (08 de dezembro de 1938) assinaram com a Alemanha pactos de não agressão. Porém, os acontecimentos tomaram um rumo muito diferente. A ocupação alemã da Tchecoslováquia, em março de 1939, evento esse que o historiador Jean-Baptiste Duroselle chama a atenção para o seu significado, devido a fato de que “pela primeira vez, Hitler anexava um território de língua não alemã”, acabou por operar uma reviravolta nas opiniões públicas, particularmente nos países anglo-saxões. Ao mesmo tempo, os governos inglês e francês tiveram a impressão de que todos os países europeus ainda independentes se achavam imediatamente ameaçados.

Foi o governo inglês quem tomou a frente de resistência. Oferecer sua garantia a todos os países que poderiam achar-se proximamente ameaçados. A atenção logo se volta para a Polônia. Desde o fim de março de 1939, a Alemanha faz públicas suas reivindicações sobre Dantzig e o Corredor. Na verdade, já as comunicara, confidencialmente, à própria Polônia alguns meses antes, mas os dirigentes poloneses se haviam recusado a admitir que o pacto germano-polonês devesse fazer da Polônia um simples auxiliar de Hitler contra a União Soviética.

Paralelamente, contudo, desde abril de 1939, a URSS procurava entender-se secretamente com a Alemanha. A princípio hesitante, esta última decidiu aproveitar a situação e, a 24 de agosto de 1939, assinava-se um tratado de não-agressão germano-russo, acompanhado de um protocolo secreto, que revia a partilha do Polônia. O anúncio desse tratado fez o efeito de um verdadeiro raio. De fato, não era apenas um desmentido da hostilidade ideológica recíproca proclamada pela URSS e pela Alemanha desde o advento de Hitler. Tanto as ambições de Hitler pelas terras russas quanto à política soviética desde 1934 pareciam tornar impossível uma reviravolta dessa natureza. Coato explica-lo, então? Tudo nos leva a crer que, para Hitler, o tratado germano-russo não passava de um arranjo provisório, que lhe permitia “resolver” com maior facilidade a “questão polonesa”. Já é mais difícil adivinhar os motivos de Stalin. Terá ele pensado, a partir do acordo de Munique, que as democracias ocidentais acabariam por entender-se com Hitler contra a U.R.S.S.? Ou terá calculado que uma guerra no Oeste, que opusesse a França e a Inglaterra à Alemanha, seria sumamente vantajosa para a U.R.S.S., reduzida, nesse caso, ao papel de espectadora? Que ideia faria ele, na ocasião, das forças militares respectivas e das oportunidades dos principais protagonistas? Eis aí uma série de perguntas às quais, em sã consciência, não podemos responder com certeza (NÉRÉ, 1975, p.464).

Segundo ideias expostas por Blainey (2008), Hitler, na Alemanha, e Stalin, na Rússia, moldaram a guerra que estava por vir; foram os líderes decisivos quando a guerra explodiu em 1939, uma data de sua escolha, e rapidamente se tornaram aliados. Estes dois líderes tinham muito em comum, incluindo o fato de que cada um chegou ao poder como um forasteiro, sendo Hitler da Áustria, e Stalin, da Geórgia. Eram ambos praticamente desconhecidos, sem nenhum poder aos 35 anos de idade e extremamente subestimados por seus opositores. O rearmamento da Alemanha, feito por Hitler na década de 1930, tomou a

França e a Inglaterra de surpresa, assim como aconteceu com o rearmamento da Rússia por Stalin. Os dois líderes cultivavam certa aptidão por contar mentiras plausíveis a seu povo e ao mundo; foram os marechais-de-campo da propaganda em uma época em que sua influência era ampliada pelo rádio e pelos filmes.

Como quer que fosse, no dia 10 de setembro de 1939, as tropas alemãs invadiram a Polônia. E, dessa feita, apesar de algumas tentativas de confabulações de última hora, a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha. Entretanto, a relação das forças militares, que havia sido uma das razões decisivas da capitulação de Munique, não se modificara radicalmente. E, a situação diplomática só se agravava. Tudo indica que a França e a Inglaterra tenham chegado à conclusão de que, dali por diante, já não poderiam recuar.

Stalin, Hitler e o ditador italiano Benito Mussolini, que assumiu o poder em 1922, comungavam uma forte determinação de reescrever os resultados da Primeira Guerra Mundial e, se necessário, retomar a guerra. A luta que começou em 1939 era a oportunidade que há muito tempo esperavam, feita sob medida.

Conforme as explanações de Blainey (2008, p.307):

Tradicionalmente, na Europa, uma longa guerra de maior vulto levava geralmente a um longo período de paz. Ao estabelecer uma classificação clara de importância entre as principais nações, uma guerra decisiva tornava possível que muitos problemas fossem resolvidos com diplomacia. Além disso, nas primeiras décadas de paz, as realidades e as terríveis perdas humanas eram geralmente lembradas com imagens bastante vivas. A diplomacia era, conseqüentemente, preferida à guerra como forma de resolver as disputas entre nações. Assim como a vitória decisiva nas longas guerras napoleônicas introduziram um longo período de relativa paz no imenso mundo europeu, esperava-se também que o fim da Primeira Guerra Mundial, vista com otimismo como a guerra que terminaria todas as outras, introduzisse um período de paz ainda mais favorável. A tragédia dessa guerra foi o fato que, vista em retrospectiva, não teve sentido algum. A vitória foi logo esquecida, e outra guerra já estava em processo de desenvolvimento.

Infelizmente para os vitoriosos e para a paz do mundo, o poder em massa que venceu a Primeira Guerra Mundial foi logo dissipado. Os Estados Unidos, cujo poder industrial era fundamental mesmo antes de os primeiros soldados terem partido em seus navios para lutar em 1917, retiraram-se logo depois de a guerra ter terminado. Isolaram-se, esquecendo-se dos problemas da Europa. O Japão, cuja potência naval havia colaborado durante os meses iniciais da guerra, também logo se retirou. Assim, duas potências de importância, com grande interesse em preservar a vitória que haviam ajudado a conquistar, deixaram de usar seu peso contra as potências derrotadas. Isso raramente havia acontecido no resultado de uma guerra de tal vulto. Além disso, a Itália, também do lado vitorioso, estava desiludida por não lhe terem sido concedidas as colônias alemãs na África e outras posições que lhe foram prometidas pelos aliados. A Itália se tornou a terceira nação vitoriosa a não

cumprir o Tratado de Versalhes. A Rússia veio logo em seguida, tornando-se a quarta. Permaneceu do lado vitorioso até março de 1918 quando, exausta e revolucionada, retirou-se de sua guerra com a Alemanha. Como resultado, perdeu um imenso território, que incluía a Letônia, a Estônia e a Lituânia, tendo assim um incentivo para derrubar a “nova Europa” nascida em 1919.

Das nações poderosas que estavam do lado vitorioso em 1918, somente a Inglaterra e a França continuaram com forte incentivo de defender o tratado de paz e de desarmar a Alemanha e mantê-la desarmada. Esse era o sinal da incrível erosão da vitória de uma guerra.

Em seguida, veio à depressão, e um sentimento de impotência tomou conta de muitas nações industriais que haviam lutado na guerra. A depressão entregou o poder a Hitler, que estava determinado a quebrar o tratado de paz. Quando ele começou seu rearmamento, a Liga das Nações se encontrava frágil demais para intervir. Em março de 1936, Hitler menosprezou novamente o tratado, ocupando o Vale do Reno. Se a França e a Inglaterra juntas tivessem agido imediatamente, os soldados de Hitler poderiam ter marchado em retirada novamente. Hitler continuou o rearmamento. A construção de estradas de alta velocidade e a recuperação da indústria automobilística serviu quase tanto quanto o rearmamento para abolir o desemprego. O moral e o amor-próprio alemão alavancaram a Alemanha. Em março de 1938, as tropas de Hitler invadiram a Áustria; em outubro, subitamente ocupou a parte de língua alemã da Tchecoslováquia (BLAINEY, 2008, p.308).

Pode-se considerar que o ditador alemão jogara tudo na surpresa que lhe assegurava a iniciativa, pois a rapidez das operações alemãs (*Blitzkrieg*) lhe permitia vencer separadamente adversários dispersos e vagarosos em movimentar-se. Dessa forma, página por página, o Tratado de Versalhes foi sendo rasgado. O principal perdedor da Primeira Guerra Mundial havia recuperado agora a maior parte de suas perdas territoriais dentro da Europa.

Segundo Defarges (2003, p.106):

Hitler tem um programa, exposto no *Mein Kampf* (Minha Luta, 1924-1925). Este programa quer ser portador de uma revolução social e política, a revolução do nacional-socialismo, e de um desígnio exterior, fazendo da Alemanha a potência dominante do continente europeu. A 05 de novembro de 1937, portanto na véspera de lançar os maiores desafios à ordem de Versalhes, Hitler reuniu os principais chefes militares do Reich e expôs-lhes o seu projeto geopolítico (Protocolo de Hossbach, publicado em 1946). Como explica Hitler, a Alemanha não dispõe no seu solo de recursos que lhe permitam desenvolver-se em autarquia econômica. Por outro lado, uma participação acrescida da Alemanha no comércio mundial é muito aleatória (em particular numa época em que, na sequência da crise de 1929, os Estados Unidos multiplicaram as barreiras às trocas comerciais). Por último, o mundo está ocupado, partilhado; não existe mais nenhum território que não esteja dominado. A única via para a Alemanha consiste em obter pela força “fontes de abastecimento de matérias-primas nas regiões situadas na proximidade do Reich”. E a constituição do espaço vital pela expansão em direção ao Leste.

Entretanto, Taylor (1963) desmantela a argumentação hitleriana entorno do *Lebensraum* ao afirmar que pretensão do ditador pelo espaço vital, parecia plausível somente para convencê-lo a iniciar a guerra. Isso porque, na prática, o que não faltavam mercados à Alemanha. Nem sofria o país de escassez de matérias-primas. A teoria do *Lebensraum* em seu sentido mais brutal significava uma exigência de espaços livres onde os alemães pudessem instalar-se. A Alemanha não estava com excesso de população, se comparada à maioria dos países europeus, e não havia espaço livre em parte alguma da Europa. Os espaços livres existiam no além-mar, e o governo britânico, tomando as exigências de Hitler em seu sentido literal, frequentemente lhe ofereceu concessões coloniais, sem obter resposta. Hitler sabia que as colônias eram um ônus e não uma fonte de lucro, pelo menos até que tivessem sido desenvolvidas. De qualquer modo, se as tivesse, perderia seus motivos de queixa. O *Lebensraum*, em suma, não levou a Alemanha à guerra. Foi antes esta, ou uma política belicista, que produziu a exigência da tese do espaço vital. Hitler e Mussolini não foram levados por motivos econômicos. Como a maioria dos estadistas, tinham um apetite pelo êxito. Diferiam de outros apenas pelo fato de ser o seu apetite maior, e de o satisfazerem por meios menos escrupulosos.

A Segunda Guerra Mundial começou em 1939 com a invasão de Hitler à Polônia. A União Soviética uniu-se à invasão; a Polônia foi esmagada antes que a França e a Inglaterra pudessem dar-lhe a ajuda que haviam prometido. Nos anos de 1940 e 1941, Hitler tomou quase toda a parte central e ocidental da Europa, exceto a Itália e a Romênia, que eram aliadas, e Espanha, Portugal, Turquia, Suécia e Suíça, que eram neutras (figura 05). Pegou Stalin de surpresa, invadiu a Rússia e, no final de 1941, sua vanguarda chegou às adjacências de Moscou. Mas, quanto mais os alemães avançavam, mais suas linhas de suprimento tornavam-se vulneráveis. A invasão da Rússia por Hitler provou ser o ponto crítico tardio de uma guerra que, até então, lhe havia favorecido. Dessa forma, pode-se considerar que a política nazista de 1938 a 1942 parece seguir este esquema: anexação da Áustria; penhora da Tchecoslováquia; partilha da Polônia com a União Soviética; eliminação da França, para que a Alemanha não fique presa (como em 1914-1917) entre duas frentes; por último, como corolário da visão hitleriana, ataque à União Soviética, em junho de 1941, nomeadamente para privar a Grã-Bretanha de qualquer aliado possível sobre o continente.

De acordo com Blainey (2008, p.309):

A Segunda Guerra Mundial consistia de duas guerras distintas: uma travada principalmente na Europa e a outra travada principalmente no leste da Ásia. A guerra na Ásia aconteceu mais cedo; começou quando o Japão invadiu a Manchúria em 1932 e tornou-se mais intensa em 1937, quando o Japão começou a ocupar a parte leste da China. A impressionante vitória de Hitler na Europa Ocidental, em 1940, expôs a fraqueza das colônias inglesas, holandesas e francesas no Sudeste

Asiático bem como das bases americanas nas antigas Filipinas espanholas. O Japão aproveitou-se dessa fraqueza e, em dezembro de 1941, atacou repentinamente os territórios e as bases que iam desde a Birmânia e Hong Kong até Pearl Harbor. Imediatamente, as duas guerras — a europeia e a asiática — se transformaram em uma só, com a Alemanha e o Japão lutando de um lado, e os Estados Unidos, a Inglaterra, a China e a maioria das outras nações do mundo, do outro. Essa, sim era uma guerra mundial, enquanto a primeira havia sido principalmente um conflito europeu com algumas pontas e farpas.

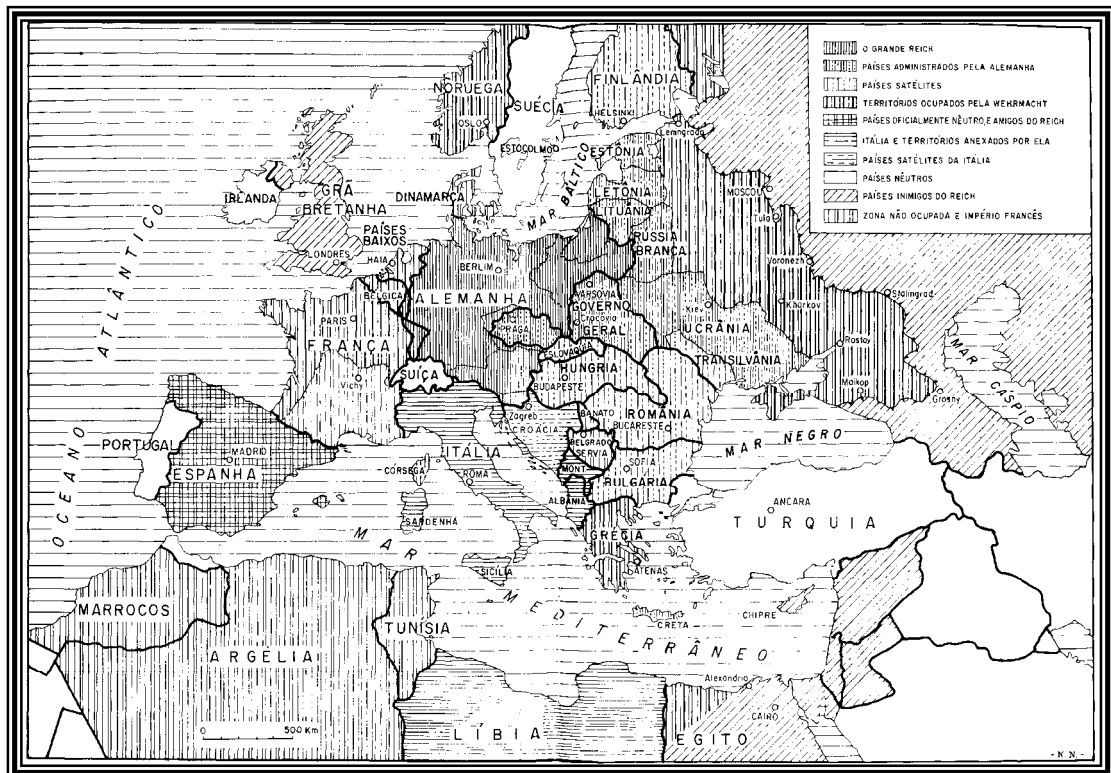


Figura 05: A Grande Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: NÉRÉ, 1975, p.472-473.

Nenhum acontecimento anterior, na paz ou na guerra, tinha refletido tanto o encolhimento do mundo. As aeronaves e o rádio saltavam pelos continentes. Entretanto, nos últimos meses de 1944, depois de mais de cinco anos de guerra, o fim da luta surgiu à vista. A Alemanha e o Japão se depararam com a derrota total (figura 06). Poucos acontecimentos humanos são tão imprevisíveis quanto à eclosão da paz.

Carl von Clausewitz, filósofo e militar prussiano contemporâneo de Napoleão Bonaparte, dizia, no início do século XIX, que a guerra não é somente um ato político, mas também a realização das relações políticas por outros meios. A Segunda Guerra Mundial, como a anterior, confirma essa proposição. Isso porque, os resultados deste conflito, modificando fronteiras, mudaram profundamente o mapa do mundo, mas, sobretudo possibilitaram a configuração plena de questões já antes existentes. Essas questões, desde 1945 até o período contemporâneo, constituem problemas que preocupam e mobilizam boa

parte da humanidade: a democracia, a ditadura, o socialismo, o subdesenvolvimento, o colonialismo, o imperialismo, o nacionalismo e o racismo.

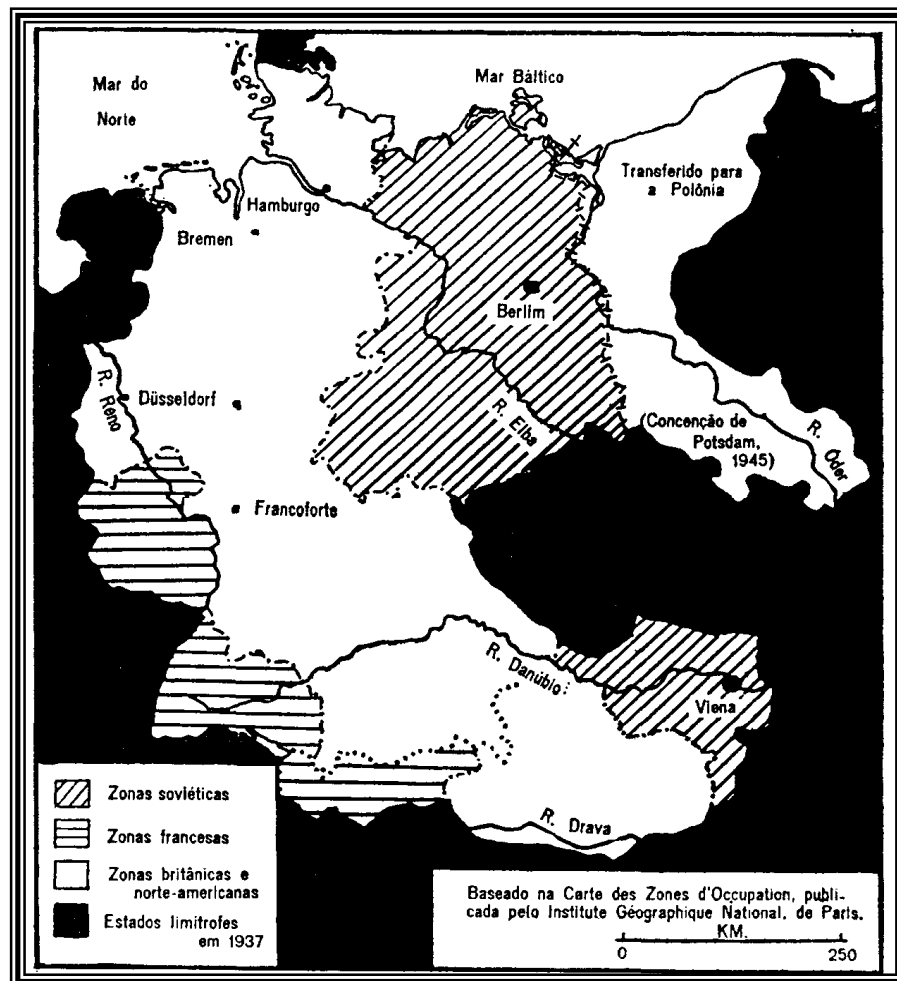


Figura 06: Território Alemão Retalhado Pós-Segunda Guerra Mundial.

Fonte: GORDON EAST e WOOLDRIDGE, 1967, p.131.

Se as questões da segurança e do equilíbrio europeu já estavam na raiz da ação diplomática e militar mesmo antes da Guerra Franco-Alemã de 1870, que consolidou a unidade da Alemanha como Estado nacional, elas não são resolvidas tampouco pela Segunda Guerra Mundial – a mais abrangente de todas as guerras. De suas cinzas irrompe um mundo dividido em blocos. Sua conclusão dá origem à outra guerra, conhecida como guerra fria, mas que foi “quente” em muitos de seus momentos.

Confirma-se, assim, que as razões declaradas da guerra – a defesa da pátria e da democracia, a ampliação do espaço vital, a superioridade racial, o direito de expansão colonial e o de impor a própria civilização às consideradas inferiores, a questão nacional – encobriram outros interesses (VIGEVANI, 1990, p.06-07).

O regime nazista foi abatido e, a sua derrota no plano ideológico foi tão completa que, mesmo após mais de meio século, nenhum movimento propriamente fascista teve, em parte alguma, sérias probabilidades de êxito. O horror da última consequência dos regimes totalitários, os campos de concentração, abalou profundamente a sensibilidade de grande parte do mundo e, ainda é difícil precisar-lhe todos os aspectos. Por isso mesmo, infelizmente, não

se pode dizer que tenha chegado ao fim o reinado da violência em política (NÉRÉ, 1975, p.487).

Mas a Segunda Guerra Mundial consagrou também a decadência da Europa. Todos os grandes países da Europa (exceto a ex-União Soviética, que é “eurasiática”) sofreram, um depois do outro, derrotas de que não se reergueram: a França em 1940, a Itália em 1943, a Alemanha em 1945. A própria Inglaterra, vencedora aparente, esgotou-se física e moralmente e perdeu o seu lugar e a sua posição no mundo.

Cabe ainda ressaltar que, certamente a guerra não pôde resolver, nem nos países que mantiveram ou restauraram o regime capitalista, sob a forma democrática ou autoritária, nem nos que seguiram o caminho socialista, a questão do pleno controle da sociedade sobre o Estado. Essa questão será elemento gerador de constantes crises, a partir dos anos que se seguem à guerra até hoje.

Conforme ideias expostas por Vigevani (1990, p.83-84):

Um campo onde os resultados da guerra foram mais profícuos parece ser o da descolonização e libertação da opressão imperialista. Os próprios anos da guerra deram margem ao amadurecimento de movimentos nacionalistas de envergadura na Ásia, na África e também na América Latina. Na grande maioria dos casos, estes movimentos foram liderados pela burguesia nacional ou por forças pequeno-burguesas dirigidas por intelectuais radicais, seja em povos sujeitos aos países derrotados, seja naqueles sujeitos aos vencedores.

Estes movimentos acabaram, pouco a pouco, alterando os termos do conflito internacional tal qual havia sido equacionado pelos contendores da guerra fria. Ao debilitar-se o sistema liderado pelos Estados Unidos, recolocou-se a possibilidade de questionamento dos equilíbrios que se haviam estabelecido como consequência da Segunda Guerra Mundial.

Apesar de um mundo dividido em blocos, realidade ainda incontestável, a derrota do fascismo ampliou sensivelmente, mesmo considerando-se esta perspectiva em um contexto de longo prazo, as condições de emancipação não apenas dos povos e classes sujeitos ao domínio colonial ou imperialista, mas também colocou em níveis mais avançados a questão social e a democrática. O condicionamento que significa o perigo de guerra atômica, surgido no ocaso da Segunda Guerra Mundial, pesa desde então sobre a humanidade. Apesar disto, as vantagens resultantes da derrota do nazi-fascismo em boa medida se mantêm.

CAPÍTULO V

Karl Ernst Nikolas Haushofer: entre a *Geopolitik* e o Nazismo.

5.1 Karl Haushofer: um alemão de seu tempo.

A partir dos estudos e teorias elaborados por Friedrich Ratzel desenvolve-se o que se chamou de Geopolítica alemã, ou mais precisamente, *Geopolitik*, que tanta polêmica gerou por suas relações com o nazismo. As discussões sobre ela têm sua origem no fato de que até que ponto este era o único desenvolvimento possível, ou se trata de uma distorção das ideias ratzelianas. O que parece fora de dúvida é que Ratzel é um referencial indiscutível e reconhecido por parte dos geógrafos envolvidos (FONT e RUI, 2006, p.60).

Cabe destacar que, o período áureo da Geopolítica clássica encerra-se com a morte do general-geógrafo, Karl Ernst Nikolas Haushofer (1869-1946), o qual mesmo não tendo cunhado o termo “Geopolítica” é com razão considerado o principal representante da sua forma alemã. A 10 de março de 1946, Haushofer e sua esposa Martha foram encontrados mortos pelo seu filho Heinz no jardim da sua propriedade. Os dois suicidaram-se.

No decurso do verão de 1945, Haushofer, como figura eminente da geopolítica alemã, foi detido e interrogado pelos Aliados em um campo de oficiais prisioneiros. Haushofer tem 70 anos. É um homem despedaçado. A 28 de janeiro de 1946 é-lhe retirada a autorização de ensinar na Universidade de Munique. Não lhe resta mais do que matar-se com a mulher, companheira de toda a sua vida (DEFARGES, 2003, p.67).

Dessa forma, acaba a *Geopolitik* alemã, produto de um percurso elaborado desde o século XVIII e que atinge o seu apogeu entre o fim do século XIX e a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, devido à luta contra a Alemanha nazista, a Geopolítica é olhada como uma ciência alemã, que justifica cientificamente a ideologia do espaço vital e a vontade de conquista e dominação de Adolf Hitler.

Cabe indagar se a ciência do “poder no espaço” pode ser uma disciplina neutra, desligada das paixões dos seus autores, quaisquer que sejam os seus escrúpulos e o seu rigor? Deste ponto de vista, o suicídio de Haushofer, a constatação do fracasso da *Geopolitik* alemã, inscreve-se na derrota da Alemanha nazista, a 08 de maio de 1945.

Todavia, a Geopolítica na Alemanha não pode ser reduzida a simples trabalhos de conceitualização de uma política de poder. Karl Haushofer, que representa a figura máxima deste pensamento alemão, é um geopolítico de reflexão no sentido pleno da palavra, mas apresenta preconceitos, paixões, dogmatismos e fraquezas. Isso demonstra que analisar a Geopolítica alemã implica, sobretudo, refletir sobre as relações complexas entre Haushofer e

a Alemanha de Hitler, bem como entre este autor e as ideias preconizadas por Friedrich Ratzel.

De acordo com as explanações de Defarges (2003, p.78):

Do ponto de vista dos geógrafos, ciosos de estabelecer —relações objetivas entre espaço e poder, a guerra oferece o melhor dos terrenos de análise. Ela clarifica os constrangimentos e os triunfos da geografia. Além do mais, a análise geográfica deve trazer ao militar e ao político um conhecimento —científico dos espaços, das suas articulações. As intuições de estratégia podem ser verificadas — confirmadas, aprofundadas ou desmentidas — pelos estudos metódicos do geógrafo, demonstrando o valor real deste ou daquele dado geográfico (rios, cadeias montanhosas, planícies) e explorando assim ao máximo as suas propriedades.

Talvez o general-geógrafo Karl Haushofer (figura 07) seja o geopolítico mais conhecido, sendo este renome indissociável da história da Alemanha, do seu caráter excepcionalmente violento e trágico, durante os vinte sete anos que abrangem desde a derrota na Primeira Guerra Mundial em 1918 até a queda de Hitler em 1945, fato este que marca o fim da Segunda Guerra Mundial.



Figura 07: O General-geógrafo Karl Haushofer.

Fonte: <[http://pt.wikilingue.com/es/Ficheiro:Karl Haushofer.jpg](http://pt.wikilingue.com/es/Ficheiro:Karl_Haushofer.jpg)>.

Para o filósofo alemão Hegel, o homem é em primeiro lugar filho de sua época. Haushofer pertence a um momento da história da Alemanha e, para além desta, do mundo. Nascido em Munique a 27 de agosto de 1869, tem como meio a burguesia intelectual alemã. Em 1887, aos 18 anos, Haushofer empreende o seu primeiro percurso, o de oficial de carreira, o qual não apresenta nada de assinalável. No ano de 1896 casa-se com Martha Mayer-Doss,

que será sua companheira até o fatídico suicídio, apoiando-o durante suas numerosas doenças e depressões e ajudando-o em suas reflexões.

De 1908 a 1910, Haushofer viaja em missão diplomática ao Extremo Oriente; suas impressões do Japão e da Manchúria não cessam de alimentar seus trabalhos. Em 1912, Haushofer mesmo doente é estimulado por sua esposa a escrever seu primeiro livro (*Dai Nihon*), tendo como temática principal o Japão. No ano de 1919, defende sua tese “Orientações Fundamentais no Desenvolvimento Geográfico do Império Japonês, 1854-1919”.

Durante grande parte da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Haushofer participa em duros combates, tanto na frente ocidental como na frente oriental. Ao mesmo tempo, o projeto intelectual do general ganha forma. Lê “O Estado como Forma de Vida” de Rudolf Kjellén (1916), jurista sueco germanófilo e inventor, em 1900, do termo Geopolítica. Segundo Kjellén *apud* Defarges (2003, p.79), a Geopolítica: “É a ciência do estado enquanto organismo geográfico, tal qual se manifesta no espaço. O estado enquanto país, enquanto território ou, de maneira mais significativa, enquanto império”. Desse período em diante, Haushofer passa a ter a Geopolítica como objetivo final. Convencido de que entre 1914 e 1918, a Alemanha sofreu uma guerra que visava o seu aniquilamento, o autor desenvolve a ideia de a Alemanha se transformar em uma grande potência mundial.

No período subsequente à derrota alemã de 1918, Haushofer, próximo aos seus cinquenta anos, multiplica suas atividades: professor de Geografia do ensino superior; criador e editor da Revista de Geopolítica (*Zeitschrift für Geopolitik*); conferencista, nomeado ao serviço da política do *Volkstum* (comunidade alemã no seu conjunto, para além das fronteiras do estado alemão). Ao longo dos anos de 1920 e 1930, Haushofer é onipresente através de uma produção multiforme (livros, artigos, relatos etc.). De 1914 a 1939 impõe-se como autoridade intelectual, principalmente sobre os seus estudantes.

Em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler é nomeado chanceler do *Reich*. Ora, a 04 de abril de 1919, Karl Haushofer conhece Rudolf Hess, então com 24 anos de idade. Entre esses dois oficiais alemães estabeleceu-se uma relação muito forte, sendo o segundo discípulo direto do primeiro. Hess na época era uma das figuras mais próximas de Hitler, que até então não passa de um agitador em anos conturbados. Através de Hess, Haushofer encontra – diversas vezes, ao que parece – Hitler entre 1922 e 1938 (em particular quando Hitler, na sequência do fracasso da sua tentativa de *putsch* em Munique, é mandado para a prisão de Landsberg, em 1924, e dita a Hess, o seu secretário particular, o *Mein Kampf*). Não resta nenhum vestígio das conversas entre Adolf Hitler e o fundador da *Geopolitik* alemã.

Durante esse período o general converte-se em um personagem quase popular, não só na Alemanha, mas também nos Estados Unidos, onde ele encarnou a imagem da voracidade territorial nacional-socialista. Como analisa exaustivamente Gearóid Ó Tuathail (1996), o general alemão foi autor de artigos em revistas como *Life*, ou mesmo *Reader's Digest*. Hollywood chegou a realizar sobre ele curta metragens, como *Plan for Destruction* (1945), no qual a vida de Haushofer era dramatizada e ele era apresentado como cérebro territorial do nazismo, ou o primeiro dos “mil cientistas” que se encontravam por trás de Hitler. Também na França, Haushofer e a *Geopolitik* eram vistos como uma aberração absolutamente vinculada ao nazismo. Neste caso, além disso, acrescentava-se a distância epistemológica da Escola Possibilista francesa em relação àquela Determinista, dentro da qual se colocava Ratzel e seus seguidores.

Defarges (2003, p.80-81) analisa as contradições vividas pelo general-geógrafo durante o nazismo, demonstrando que

[...] a posição de Karl Haushofer na Alemanha nazi ilustra bem as contradições que qualquer intelectual encontra face a um regime que não tolera nenhum desvio, mesmo menor, de pensamento. Por um lado, para Haushofer, obcecado com a grandeza da Alemanha e a derrota de 1918, Hitler, pelo menos até 1939, encarna uma Alemanha ordeira, respeitada, que reúne a comunidade alemã, desfaz as iniquidades do Tratado de Versalhes e obriga os seus antigos inimigos, a Grã-Bretanha e a França, a curvarem-se. Por outro lado, o universo mental de Haushofer é o da Alemanha guilhermiana, aristocrática, burguesa e apegada às hierarquias. Terá Haushofer conhecido e compreendido o sistema hitleriano, a sua violência plebéia, a sua violência revolucionária, o seu fanatismo antisemita e racista?

Haushofer diversas vezes aparece à margem da Alemanha hitleriana. Ele nunca será membro do Partido Nacional Socialista. Nos primeiros anos do III *Reich* (1933-1936), o autor detém importantes responsabilidades nas ações que visavam atingir os *Volksdeutsche* (alemães de origem) que viviam fora das fronteiras do estado alemão. Mas Haushofer encontra-se desestabilizado pela vontade de controle do aparelho nazi. Isso porque, pertencia ao nacionalismo conservador, que se tornou obsoleto perante a política nazista determinada a não recuar frente a qualquer obstáculo que impedisse sua progressão. A mulher de Haushofer, cujo pai não era alemão (não ariano), foi ameaçada pelas leis racistas de Nuremberg, mas Hess protegeu a família Haushofer. Em seguida, o trabalho intelectual do general é por sua vez afetado pela censura (em particular pela interdição, em 1939, de seu livro “As Fronteiras”).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Karl, então septuagenário, transforma-se em testemunha impotente, entregue às suas pesquisas. Em abril de 1941, dois meses antes do envio dos exércitos alemães contra a União Soviética, um dos filhos de Haushofer, Albrecht, encontrava-se implicado nas negociações secretas para chegar a uma paz

entre a Alemanha e a Inglaterra. A 10 de maio de 1941, Hess (figura 08), o seu protetor, voa para a Escócia, ao que parece para negociar um acordo com a Inglaterra, fato este, que acaba colocando Hess na prisão.

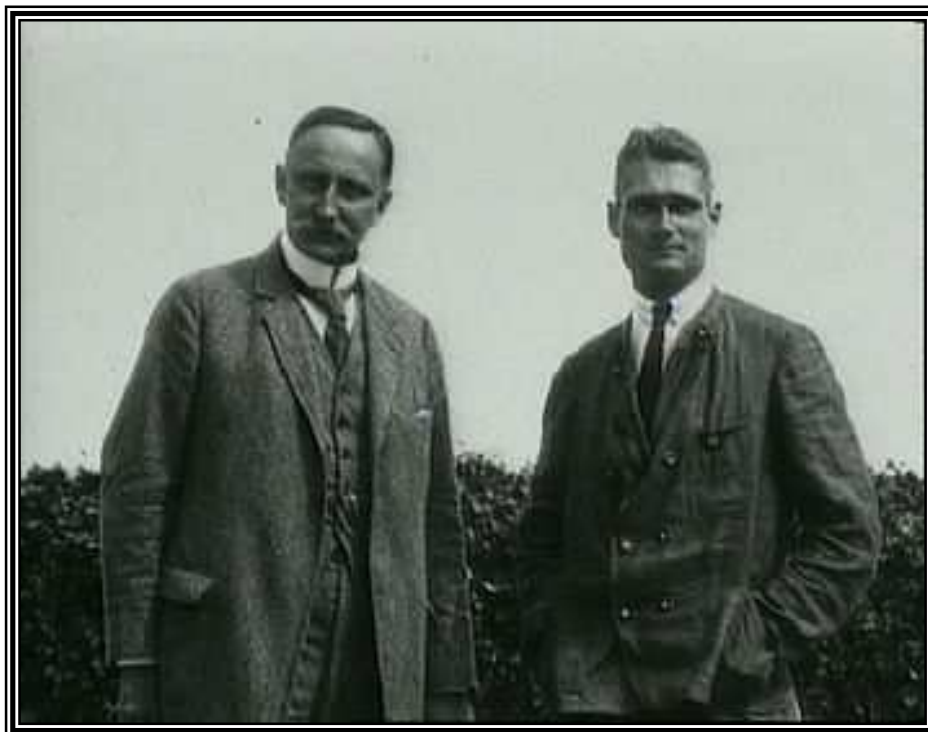


Figura 08: O General Haushofer, à esquerda, ao lado de Rudolf Hell, à direita.

Fonte: <http://pt.wikilingue.com/es/Ficheiro:KarlHaushofer_RudolfHess.jpg>.

Os tempos vindouros não são favoráveis à família Haushofer. Na sequência do atentado contra Hitler, a 20 de julho de 1944, o general-geógrafo suspeito de cumplicidade, foi detido pela Gestapo, ficando preso de 28 de julho a 31 de agosto de 1944. Ora, Haushofer condena claramente o gesto do coronel Carl von Stauffenberg (autor de um dos atentados da resistência alemã contra Hitler em 1944). Quanto ao seu filho Albrecht, que estava entre os conspiradores de 20 de julho, é apanhado pela Gestapo em dezembro de 1944 e executado em abril de 1945. Com a capitulação incondicional da Alemanha hitleriana (08 de maio de 1945), Haushofer foi detido pelas forças americanas e sofreu o interrogatório ao qual foram submetidos todos os que estavam rotulados como nazis. No decurso do outono de 1945 foi ouvido como testemunha no processo de Nuremberg, tendo sido confrontado com seu discípulo Hess, o qual fingiu não o conhecer. Dessa maneira, Defarges (2003, p.83) explicita essa problemática através de sua afirmação:

Um suicídio não se explica; exprime o enigma que é todo o homem – para os outros e para si mesmo. No que diz respeito à Haushofer e à sua mulher, a 10 de março de 1946 estão no fim do caminho. Que visão, no momento do seu suicídio, leva Haushofer da sua obra, da sua eventual influência no afundamento da Alemanha, das responsabilidades dos intelectuais no desastre? A morte leva consigo este segredo.

Talvez sirva como síntese deste enigmático personagem, que compõe o *hall* dos teóricos da “Geopolítica Clássica”, a definição a cunhada por Vicens Vives (1951, p.50): Em síntese, um idealista conservador, possivelmente reacionário e aristocrático, porém não disposto a preparar o caminho para a agressão hitleriana na Europa.

Por conseguinte, a partir da morte do general Haushofer e o fim da Segunda Guerra Mundial, a Geopolítica ingressa em uma profunda crise, ou seja, em uma fase de questionamentos e inclusive de esgotamento de seus pressupostos fundamentais. Primeiramente, até meados da década de 1970, ela viveu em uma espécie de ostracismo, pois os vencedores a identificavam com os vencidos (o fascismo italiano, a política expansionista do Japão de antes da guerra e especialmente o nazismo alemão) e praticá-la ou mesmo escrever sobre ela (a não ser que fosse para criticar veementemente) passou a ser algo não recomendável ou mesmo banido do mundo acadêmico e científico (VESENTINI, 2005, p.25).

Para Raffestin *apud* Font e Rufi (2006, p.66):

[...] A derrota do nazismo acabou não apenas com a *Geopolitik*, mas também em grande medida com a geopolítica e a geografia política acadêmicas. A identificação entre os três termos foi total e acabou por arrastar com ela o pai espiritual de toda a geografia alemã, Ratzel. Se esta foi uma relação lógica e única do pensamento geográfico alemão ou não, existem posturas em um sentido e no outro.

Esta afirmação é evidenciada através da ideia exposta por Sodré (1987, p.54), para quem se o determinismo geográfico é um dos traços mais característicos da Geografia da época do imperialismo, a Geopolítica assinala a deformação levada   monstruosidade que é a Geografia do fascismo. Desde que Ratzel lançara as bases do determinismo, abriu-se   Geografia dois caminhos: o científico e o ideológico. A Geopolítica representa a culminância da trilha ideológica. Por fim, conforme afirma Pierre George *apud* Sodré (1987, p.70): “A pior das caricaturas da Geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a Geopolítica, justificando, autoritariamente, qualquer reivindicação territorial, qualquer pilhagem, por pseudos-argumentos científicos”.

5.2 A *Geopolitik* Alemã e o Instituto de Munique

A análise da Geopolítica desenvolvida no espaço geográfico alemão é, em primeiro lugar, consequência da derrota de 1918 e do Tratado de Versalhes. Para os cientistas alemães e, portanto também para os geógrafos, tratava-se sempre de elaborar as ferramentas de um saber adaptado, que ajudariam a Alemanha a obter o lugar a que tinha direito na Europa e no mundo. Assim, objetivou-se ultrapassar a Geografia Política de Ratzel e por no seu lugar a Geopolítica.

Segundo a distinção de Haushofer, a Geografia Política interroga-se sobre a distribuição do poder estadual no espaço, bem como sobre o seu exercício nesse espaço, enquanto a Geopolítica tem por objeto a atividade política em um espaço natural. A Geografia Política observa as formas do ser estadual, enquanto a Geopolítica se interessa pelos processos políticos do passado e do presente. Dessa maneira, para Haushofer *apud* Defarges (2005, p.83):

[...] a geopolítica fornece a reserva permanente de saber político que se pode ensinar e aprender; este, como uma ponte necessária ao salto para a ação política, como uma espécie de consciência geográfica que conduz ao ato, deve levar ao melhor lugar possível para saltar, ao último ponto sólido para que este salto seja pelo menos executado do domínio do saber para o domínio do poder e não do domínio da ignorância para o do poder, o que seria um salto maior e mais incerto.

Perante esta afirmação, torna-se necessário destacar o sentido do conceito de poder, o qual perpassa grande parcela das ideias expostas pelo teórico. Para Claval (1979, p.10): “Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de que sejam realizadas por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros”. Esta ideia, que foi abordada de forma obstinada pela Alemanha hitleriana, acabou por aniquilar as pretensões nazistas, bem como, os ideais haushoferianos.

Conforme a definição oficial de Haushofer *apud* Dorpalen (1942, p.23):

Geopolitik is the doctrine of the earth relations (*Erdgebundenheit*) of political developments.

It is based on the broad foundations of geography, particularly political geography, as the doctrine of political space organisms and their structure.

The findings of geography as to the character of the earth's spaces furnish the frame for Geopolitik. Political developments must take place within this frame if they are to have permanent success. Those who shape political if will occasionally reach beyond this frame, but sooner or later the earth-bound character of political developments will always prevail.

Thus Geopolitik becomes the doctrine of an art. It is to guide practical politics to that point where it must take the step into the unknown. Only if inspired by geopolitical knowledge, can this step be successful.

Geopolitik must and will become the geographical conscience of the state.

Na sequência de Ratzel e dos geógrafos alemães, Karl Haushofer reformula a interrogação: qual é o lugar justo da Alemanha no mundo? Enquanto Ratzel é influenciado pela vitória alemã incompleta e inacabada de 1871, Haushofer apenas sabe raciocinar a partir do traumatismo imposto pela derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, sobre o qual desenrola sua ambição de construtor de uma disciplina.

Em 1931, antes, portanto da constituição do III *Reich*, foi fundada a Associação de Estudo de Geopolítica (*Arbeitsgemeinschaft für Geopolitik*). Entretanto, após a ascensão de Hitler ao poder, a Associação de Geopolítica é transformada no Instituto de Geopolítica de

Munique. A famosa publicação mensal *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica), que será melhor analisada mais adiante, também fundada e dirigida por Haushofer, transformou-se em uma espécie de órgão oficial do Instituto.

Segundo Tosta (1984), o Índice Estratégico do Instituto de Geopolítica tornou-se um arquivo sistemático que abrangendo o mundo inteiro constituiu, na época, o corpo de conhecimentos mais completo e classificado posto à disposição de um Estado-Maior para a realização de eventuais operações militares.

A atenção de Karl Haushofer e de seus adeptos fixou-se em cinco pontos principais: Autarquia; *Lebensraum* (Espaço Vital); Pan-Regiões; Poder Terrestre *versus* Poder Marítimo; e, Fronteiras.

Autarquia é, segundo os geopolíticos alemães, o ideal de autossuficiência nacional no sentido econômico. Isso presume que cada unidade política deve produzir tudo do que necessita.

O ideal de autarquia só poderia ser atingido pela unidade política que possuísse um espaço tão amplo que, abrangendo os principais climas bem como as mais diversas terras aráveis, assegurasse a produção de todos os recursos agrícolas. Além disso, o território desse Superestado deveria também conter os minerais indispensáveis a uma nação industrializada (TOSTA, 1984, p.64).

O termo *Lebensraum* (espaço vital) foi empregado pela primeira vez nas páginas da *Zeitschrift für Geopolitik*, que afirmou ser a Geopolítica “uma das armas mais poderosas na luta pela distribuição mais justa dos espaços vitais da terra, uma distribuição baseada antes na capacidade de trabalho e nas realizações culturais dos povos do que nas ocupações impostas pela força”.

Nesse sentido, segundo as concepções de Silva (1996), foi o uso generalizado do termo *Lebensraum* e sua popularização, que contribuíram decisivamente para o surgimento de definições obscuras e, isto se deveu em parte ao modo pelo qual Karl Haushofer e, o grupo de geopolíticos o empregaram. Neste sentido, tornou-se patente que o protagonista da Geopolítica alemã, na verdade possuía falhas teórico-metodológicas imensuráveis, para quem supostamente teria influenciado uma corrente de pensamento na Alemanha, e mesmo a política de Hitler.

Para os geopolíticos alemães, *Lebensraum* consistia no direito que uma nação tem de ampliar o espaço para sua população. Além do simples espaço, o *Lebensraum* leva em conta todos os recursos naturais e humanos a serem encontrados em qualquer área reivindicada por um Estado como seu justo espaço vital.

A reivindicação desse direito repousa sobre um fato e uma teoria. O fato: o crescimento diferencial dos Estados. A teoria: o Estado como organismo sujeito a leis biológicas. O corolário dessa teoria é que um Estado jovem, em crescimento,

deve expandir-se. As sérias pressões demográficas que ocorrem, presentemente, em determinadas regiões da terra poderão conduzir alguns povos a violentas lutas pela posse de espaços vitais (TOSTA, 1984, p.65).

Outro aspecto de suma importância analisado exaustivamente por Haushofer, consiste no conceito de *Pan-Região*, as quais representavam áreas supercontinentais que permitiriam a realização do ideal de autarquia defendido pelos geopolíticos alemães. Esse conceito encontra-se associado ao de *Pan-Ideia* que, segundo o próprio Haushofer, se refere à ideologia. Estas pan-ideias supranacionais, isto é, são ideias que abarcam diversos Estados e que se manifestam no espaço como o pan-asiatismo, o pan-americanismo, o pan-africanismo, o pan-arabismo etc. Assim, segundo Vesentini (2005, p.21):

Haushofer esboçou uma ‘ordem mundial ideal’, resultado de uma desejável aliança entre Alemanha, Rússia e Japão (evidentemente contra a Inglaterra, a França e a China; e sem mexer com os Estados Unidos e a sua *pax* americana no novo continente), que consistiria na divisão do mundo em quatro “blocos” ou zonas continentais (figura 09).

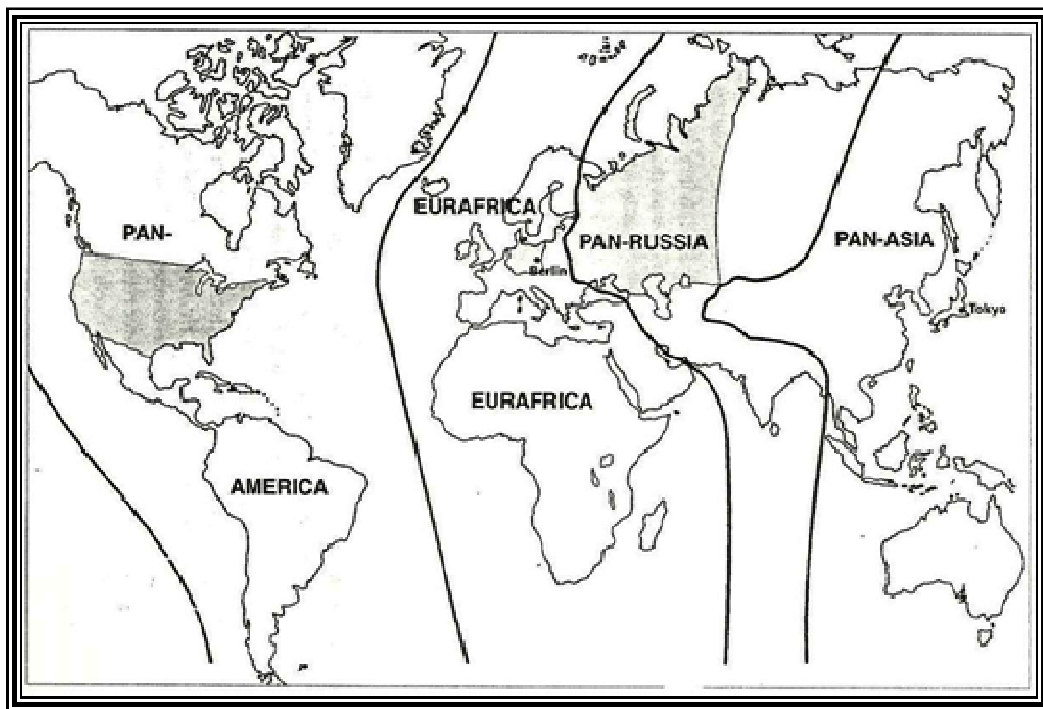


Figura 09: As Pan-Regiões de Karl Haushofer.

Fonte: GRAY; SLOAN, 1999, p.227.

Conforme as explanações de Mello (1999, p.79) sobre a temática:

O haushoferismo advogava uma aliança da Alemanha com a Rússia e o Japão, que deveriam ajustar suas respectivas esferas de influência e formar uma nova constelação de poder na Eurásia. Na visão de Haushofer, esta partilha levaria à constituição de três grandes áreas supercontinentais denominadas pan-regiões: a *Euráfica* (englobando Europa, África e Oriente Médio) – submetida à suserania alemã; a *Pan-Ásia* (abarcando a China, Coréia, Sudeste asiático e Oceânia) – sob domínio japonês; e, entre ambas, a *Pan-Rússia* (gigantesca zona-tampão formada pela Rússia, Irã e Índia) – tutelada pela ex-União Soviética. Finalmente, o general-

geógrafo alemão concebia ainda uma quarta pan-região — a *Pan-América* —, que englobava todo o continente americano sob o domínio dos EUA. Em síntese, a *Geopolitik* de Haushofer defendia a constituição de um bloco transcontinental eurasiático, formado por uma aliança russo-germânico-japonesa, que teria à sua disposição um excedente de poder não compensado, em termos militares, econômicos e demográficos, capaz de colocar em xeque o poderio naval do império britânico.

O conceito de Poder Terrestre *versus* Poder Marítimo preconizado pelo general-geógrafo teve como inspiração as concepções do geógrafo inglês, Halford Mackinder. Segundo explicações de Vesentini (2005, p.21):

Haushofer fez largo uso das ideias de Mackinder, adaptando-as para um prisma alemão. Se o geógrafo inglês pensava na perspectiva do poderio britânico, o militar alemão, que classificou o texto de Mackinder de 1904 como “uma obra-prima geopolítica”, fez uma leitura às avessas e teorizou sobre as condições para se fortalecer o Estado germânico. Mackinder era defensor do império britânico e até mesmo anti-germânico e anti-russo: a seu ver o maior perigo para a Inglaterra seria uma eventual aliança Alemanha-Rússia, as duas potências europeias que juntas poderiam facilmente controlar a *heartland*. Haushofer, citando a frase “É preciso aprender com o inimigo”, minimizava as diferenças ideológicas entre o nazismo alemão e o comunismo russo e enfatizava a necessidade dessa “aliança natural” entre os dois Estados para se contrapor ao então poderoso império britânico.

Os geopolíticos alemães examinaram atentamente o aspecto global do mundo, segundo o qual o conjunto Eurásia-África seria a mais poderosa de todas as combinações terrestres e constituiria a principal ilha do oceano mundial em torno da qual se desenvolveriam os demais continentes formados por ilhas menores. E, observando que a Alemanha, além de ser uma potência terrestre importante, possuía fácil acesso ao mar (o que não acontecia com a União Soviética), admitiram que se a Alemanha dominasse o *heartland* em parceria com a União Soviética poderia: em uma segunda fase, dominar o “crescente interior” (ilhas britânicas e arquipélago japonês); e, em uma terceira fase, reforçada pelos poderes marítimos da Inglaterra e do Japão, lançar-se à conquista do “crescente exterior” (Américas, África e Austrália), conseguindo assim, conquistar o mundo.

Conforme as afirmações de Tosta (1984, p.70):

Sobre o conceito *Poder Terrestre* “versus” *Poder Marítimo*, Haushofer também salienta que as bases do poder marítimo já não estão seguras, pois que um Estado com o controle da massa continental atrás dessas bases poderia capturá-las por um ataque terrestre. Admite, por outro lado, que o domínio do mundo por uma potência marítima não pode ser eterno. Esse domínio pode acabar de repente como consequência de uma redução de poder ou em virtude do deslocamento de uma comunicação vital à sua existência, como foi o caso de Veneza e Gênova.

Karl Haushofer e seus discípulos também conferiram grande importância ao conceito espacial de *fronteira*. Isso porque, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o teórico dedicou-se à “patriótica tarefa” de reavivar o instinto de fronteira no povo alemão.

Julgava que a falta desse instinto foi uma das principais causas da derrota da Alemanha. Por isso, seus discípulos passaram a propagar a tese de que as fronteiras alemãs de antes da guerra estavam traçadas de acordo com princípios “justos”, “naturais”, “nacionais” e “históricos”. Assim, de acordo com o preconizado por Martin (1994, p.42):

Interessado em criar um “lebensraum” (espaço vital) de dimensões mundiais para a Alemanha, Haushofer irá radicalizar algumas das formulações de Ratzel, sobretudo aquelas que concernem aos limites. A chave para suas proposições encontra-se na concepção biológica do Estado apresentada por Ratzel. Dado que o Estado é um organismo vivo e as fronteiras ou limites são parte integrante e inseparável desse organismo elas estão sujeitas portanto a alterações permanentes. Nas próprias palavras de Ratzel: “A fronteira aparentemente rígida não é mais do que a detenção temporária de um movimento”. Portanto, nada mais natural do que a mudança frequente de limites para os povos em expansão. Agora nas palavras de Haushofer: “Não pode haver limites fixos para a necessidade de expansão do Estado”.

Para Haushofer, o mais perfeito conceito biogeográfico de fronteira encontrava-se presente em um quadro descrito por Lucrécio Caro, no ano 95 antes de Cristo, o qual revela que “a fronteira é um campo de batalha”. Este quadro representa o último homem da terra que, armado de uma lança e postado no limite extremo do espaço, arremessa a sua arma, inúmeras vezes e sem cansar-se nunca, ao infinito desconhecido e invisível. Afirma que “em toda a literatura mundial não há melhor ilustração para a teoria científica de Ratzel” e conclui observando que a imagem descrita “está muito longe de ser um quadro de paz eterna” (TOSTA, 1984, p.71).

As fronteiras, para os discípulos de Haushofer, são apenas um ato temporário de uma nação em sua marcha para novas conquistas, já que para o mestre: “as fronteiras são simplesmente a expressão das condições de poder político em um momento considerado”.

Os geopolíticos alemães também dão grande importância aos seguintes conceitos: 1º) a fronteira é de todos os expedientes políticos o que mais prontamente dá ensejo a uma guerra e os incidentes de fronteira, por casualidade ou intencionalmente, têm provocado muitos conflitos; e, 2º) as nações têm direito a “fronteiras naturais” e, quando estas estão situadas além das raias políticas, constituem um estímulo à agressão.

Estas preocupações que guiaram os estudos desenvolvidos por Haushofer atendem em grande parte a dinâmica do poder engendrada pelas grandes potências. Esta pode ser abordada a partir da concepção weberiana, pois segundo Weber (2002, p.112):

Por motivos gerais da dinâmica do poder em si, as Grandes Potências são, com frequência potências expansionistas; ou seja, são associações que visam a expandir os territórios de suas respectivas comunidades políticas pelo uso, ou ameaça de uso, da força, ou ambas as coisas. As Grandes Potências, porém, não são necessariamente, e nem sempre, orientadas para a expansão. Sua atitude, sob tal aspecto, modifica-se frequentemente, e nessas modificações os fatores econômicos desempenham um papel importante.

Por fim, cabe ainda lembrar que, muitos dos ensinamentos de Haushofer foram deformados pelo Nacional-Socialismo. Tal fato criou uma situação de incompatibilidade entre o “grande mestre” da *Geopolitik* alemã e importantes chefes nazistas. Esta temática será pormenorizada no tópico seguinte.

5.3 Haushoferismo versus Hitlerismo

Considerando a ideia defendida por Lacoste (2008), de que se a Geografia serve, em princípio, para fazer a guerra e para exercer o poder, ela não serve só para isso: suas funções ideológicas e políticas pareçam ou não, são consideráveis. Isso porque, é no contexto da expansão do pangermanismo (os imperialismos francês e inglês se desenvolveram mais cedo, em ambientes intelectuais diferentes) que Friedrich Ratzel realizou a obra, que, ainda hoje, influencia consideravelmente a Geografia Humana; sua Antropogeografia está estreitamente ligada à sua Geografia Política. Retomando inúmeros conceitos ratzelianos, tal como o do *Lebensraum* (espaço vital) e os dos geógrafos americanos e britânicos (como Mackinder), o general-geógrafo Karl Haushofer dá em seguida à Primeira Guerra Mundial, um impulso decisivo à Geopolítica. Sem dúvida, numerosos geógrafos considerarão que é a última incongruência estabelecer uma aproximação entre sua Geografia “científica” e o empreendimento do general, estreitamente ligado aos dirigentes do Partido Nacional-Socialista. A Geopolítica hitleriana foi à expressão, a mais exacerbada, da função política e ideológica que pode ter a Geografia. Pode-se mesmo perguntar se a doutrina do *Führer* não teria sido largamente inspirada pelos raciocínios de Haushofer, de tal forma foram estreitas as suas relações, particularmente a partir de 1923-1924, época em que Adolf Hitler redigiu o *Mein Kampf*, na prisão de Munique.

Já segundo explicações de Vesentini (2005, p.22):

Discutiu-se muito a respeito das ligações – reais ou imaginárias – das ideias de Haushofer com a política expansionista da Alemanha nazista. O próprio geopolítico, que se suicidou em 1946 após ter sofrido um duro julgamento no pós-guerra e estar arruinado, deixou uma espécie de carta-testamento intitulada “Apologia da Geopolítica Alemã”, na qual isenta a *Geopolitik* de qualquer responsabilidade nesse expansionismo e afirma que estava somente “fazendo ciência”, com um “método americano” (*sic*) e que até teve um atrito com Hitler. E de fato Haushofer era casado com uma judia e amigo íntimo de Rudolf Hess, que por sinal o apresentou a Hitler em 1922 (só que Hess fugiu da Alemanha em 1941, a partir do que alguns de seus amigos – inclusive Haushofer – ficaram malvistas pelo regime). Haushofer teve um filho assassinado pela gestapo em 1944, sob a acusação de ter participado, junto com alguns militares e intelectuais, de uma tentativa de assassinar Hitler e acabar com a guerra, que praticamente já estava perdida.

Nesse sentido, o tema sobre a possível ligação entre Karl Haushofer e Adolf Hitler representa um dos aspectos mais obscuros e carentes de documentação. Entretanto, a partir da

leitura do referencial teórico para elaboração do presente trabalho tornou-se possível evidenciar, que na realidade, houve na Alemanha uma apropriação indevida das obras e concepções estabelecidas por Haushofer, as quais foram em grande parte utilizadas para justificar a agressiva expansão nazista no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial.

Weigert (1944) realiza uma das melhores análises sobre as divergências existentes entre as teorias de Haushofer e o ideal nazista, pois segundo o autor:

Pero hitlerismo y haushoferismo no son idénticos. Los sueños de imperio de Hitler no se limitaron, desde un principio, a la realización del *Drang nach dem Osten* (la marcha hacia el Este), aspiración alemana que existía desde mucho antes que él. Su ambición de poder no se limitaba al establecimiento de colonias de campesinos alemanes en Ucrania y en las estepas de Rusia. Pero más allá de esta meta, los sueños de Hitler de un poder mayor y de más y más gente que esclavizar, como hormigas trabajadoras, al *Herrenvolk*, eran nebulosos y cambiantes. El péndulo oscilaba irregularmente entre la Rusia soviética y el Imperio británico. Era incapaz de decidir de un modo definitivo si debía arrojar los dados por el imperio del poder naval o por el imperio del poder terrestre. En esta vacilación, cuyo mejor ejemplo es su política con la Unión Soviética, radica la diferencia básica entre la política internacional de hitlerismo y haushoferismo. La consistencia, fundada en ciertas reglas básicas de la geografía, es una característica destacada de la política de Haushofer. Nunca hizo ni un solo cambio en el plan de poderío mundial que trazó penosamente con sus discípulos en 1918. Podemos imaginarnos bien los sufrimientos de Haushofer, para quien todo esto no era un juego de ajedrez, sino la vida misma – la suya y la de su nación –, cuando descubriera que habían fracasado sus esfuerzos incansables para habitar a Hitler a pensar en los mismos términos geopolíticos que él. Aunque los dos soñaban con la dominación universal, Haushofer conocía su geografía y Hitler no. [...] Haushofer perdió la batalla cuando Hitler invadió Rusia. Y la derrota de Haushofer dio al mundo, que aún no era de Hitler, una posibilidad de sobrevivir (WEIGERT, 1944, p.73-74).

O Acordo Ribbentrop-Molotov, de 23 de agosto de 1939, constitui, para muitos, uma tentativa de concretização das ideias de Mackinder por parte de Haushofer. O semanário inglês *New Statesman and Nation*, em artigo intitulado “A Revolução Mundial de Hitler”, afirmava que Haushofer havia posto em prática a “alarmante doutrina do pivô geográfico da história”. Hermann Rauschning, em sua “A Revolução do Niilismo: advertência ao oeste” admite que a espetacular modificação da política de Hitler com relação à União Soviética serviu para mostrar à opinião pública britânica e norte-americana a ameaça constituída pela Geopolítica alemã.

Todavia, conforme as afirmações de Tosta (1984) se for levada em consideração o sentimento anticomunista de Alfredo Rosenberg (primeiro filósofo de Hitler e seu antigo associado) e outros destacados nazistas, pode-se admitir que o Acordo Teuto-Russo de 1939 foi, em realidade, uma espetacular ação estratégica de Hitler para evitar o combate em duas frentes opostas. Embora haja, nos trabalhos de Haushofer, muitas indicações de que o autor

preferia a “amalgamação” à conquista, o caminho mais seguro para a Alemanha nazista dominar o *heartland* seria a conquista da União Soviética.

Dessa forma, de acordo com os argumentos de Mello (1999, p.82):

Diversamente de Haushofer, Hitler parecia não conhecer as ideias de Mackinder nem demonstrava possuir concepção geopolítica coerente da política de poder alemã. Aliás, nada indica que sua visão global da política exterior nazista estivesse embasada em qualquer conhecimento sistemático e organizado de geopolítica.

Em suma, Haushofer concebia uma constelação anti-britânica de poder, com seu eixo no *heartland* russo-soviético, estando o território alemão conectado ao japonês através de uma rede de transporte terrestre. Porém, as linhas mestras da política externa formulada pelo *Führer*, apontaram justamente para a direção oposta dos blocos de poder (pan-regiões) arquitetados pelo general: a aceitação da hegemonia naval e colonial da Inglaterra em troca do reconhecimento da supremacia continental alemã, com base em um ajuste recíproco feito com a Rússia.

Esses são os principais aspectos da complexa relação entre a Geopolítica inglesa e a *Geopolitik* alemã que permitem tanto demonstrar a influência de Mackinder sobre Haushofer, quanto refutar a suposta ascendência de Haushofer sobre Hitler. O *Führer* era, quando muito, um neófito em problemas geopolíticos, ignorava certamente a visão mackinderiana da pugna oceanismo *versus* continentalismo e não existe nenhum indício, em seus escritos, de que se tenha inspirado nas ideias de Haushofer para formular as linhas mestras da política externa do III *Reich* (MELLO, 1999, p.90).

Outro ponto que ainda deve ser destacado consiste no fato de na biografia definitiva de Hitler, escrita por Fest (1976), autor este considerado por muitos teóricos como um dos maiores especialistas em nazismo, há somente uma única alusão à figura de Karl Haushofer. Segundo o autor, pode-se perguntar se no *Mein Kampf* a concepção,

[...] de lógica e realismo tão desumanos, era fruto de um raciocínio pessoal ou inspirada por teorias de terceiros. E perfeitamente evidente que a ideia do espaço vital, seu ponto de partida decisivo, penetrou na mente de Hitler por intermédio de Rudolf Hess. Graças à sua ardente admiração pelo “homem”, como gostava de designar Hitler, com o fanatismo de verdadeiro crente, Hess conseguira pouco a pouco afastar do detento de Landsberg todos os rivais e, muito particularmente, disputar com Emil Maurice o posto de secretário. Desde 1922, tinha igualmente colocado Hitler em contato com seu professor, Karl Haushofer, que, partindo de uma tese de geografia política apresentada pelo inglês Sir Halford Mackinder, sob o título de Geopolítica, tinha feito disso uma filosofia de expansão imperialista. Apesar da insensibilidade maquiavélica que caracterizava o projeto de conquista elaborado por Hitler, não estava isento da segurança um tanto flui da a respeito da força daquilo que Mackinder chamava o “coração do continente”. Protegidas por gigantescos territórios contra qualquer ataque, tornadas invulneráveis, a Europa oriental e a Rússia europeia seriam a cidadela da dominação mundial e, como havia prometido o fundador da geopolítica: “Quem controla o coração do continente domina o mundo.” É provável que o estranho e mágico racionalismo de tais fórmulas pseudocientíficas tenham precisamente correspondido às estruturas da

inteligência de Hitler, pois, para ele, também o conhecimento tinha suas zonas misteriosas. Mas, qualquer que seja a contribuição tangível desta ou daquela influência, o “talento combinatório” de Hitler raramente se manifestou de maneira tão impressionante quanto nessa tentativa de elaborar um amplo projeto de política externa. Ele definiu, num sistema coerente, as relações da Alemanha com as grandes potências europeias, a necessidade de represálias contra a França, às aspirações ao espaço e à conquista, o espírito do tempo e, enfim, as diversas fixações ideológicas (FEST, 1976, p.264-265).

O obscurantismo que se abateu sobre a noção de Geopolítica após a Segunda Guerra Mundial resultou da convicção de que se tratava de uma ciência nazi, de um aparelho de conceitos que serviram para justificar as ambições hitlerianas.

No entanto, cabe ressaltar que, a Geografia Política de Ratzel e mais tarde a Geopolítica de Haushofer constituíram componentes importantes do clima intelectual e moral da Alemanha dos anos 1890 a 1945. Em particular, os ensinamentos, os artigos e os livros de Karl Haushofer sustentaram numerosos jovens ligados ao nazismo (principalmente seu discípulo Rudolf Hess) ou que se juntaram a ele depois da chegada de Hitler ao poder. Da mesma forma, a revista comandada por Haushofer, *Zeitschrift für Geopolitik* (ZFG), não soube escapar às tensões entre nacionalistas conservadores e nazistas.

Quanto à Haushofer, cabe lembrar que, era evidentemente entusiasmado, fascinado por Hitler e pela ascensão da Alemanha a partir de 1933. Ao longo dos anos de 1933 a 1940 tornou-se um conferencista muito convidado; a Geopolítica era ensinada nas universidades e nas escolas superiores.

De uma maneira mais ampla, a Europa entre as duas guerras foi dilacerada por paixões extremas e violentas: lutas entre ideologias (liberalismo democrático, comunismo soviético, fascismo, nazismo) e conflitos entre nações misturavam-se, combinavam-se ou opunham-se. Dessa maneira, tornou-se muito difícil à Geopolítica não estar comprometida, quaisquer que fossem as intenções dos seus especialistas e teóricos.

Contudo, há um mal-entendido ou uma incompreensão trágica entre o empreendimento hitleriano e o empreendimento da Geopolítica. Isso porque, segundo Martin (1995, p.91):

Não se pode responsabilizar toda a Geopolítica pelos sonhos de conquista do III *Reich*. [...] Diga-se de passagem, se Hitler tivesse dado mais atenção a seu conselheiro geopolítico, major-general Karl Haushofer, quem sabe nunca tivesse invadido a União Soviética. Isto porque, para a geopolítica, o fator posição vale mais para a segurança dos Estados do que o fator espaço e, a amalgamação por sua vez, é vista como superior à conquista, como forma de assegurar o acesso a recursos e mercados.

Por fim, de acordo com as análises de Martin (1995, p.91) em torno das relações entre a *Geopolitik* alemã e o nazismo, pode-se afirmar que:

Isto não isenta obviamente a produção geopolítica de críticas. Todavia é insensato imaginar que organizadas sob a forma de —Estados nacionais!, as sociedades humanas possam prescindir de reflexões sistematizadas que relacionem o —espaço! com o —poder!. Nesse sentido, a União Soviética soube explorar como ninguém as indicações mais preciosas da geopolítica, ao utilizar seu vasto território como reserva de segurança, e, mais do que isso, ao aproveitar-se de sua posição neutralizando, em um primeiro momento, seu pior adversário a oeste. Com isso, definiu a guerra a seu favor antes mesmo que ela começasse, invertendo em seguida, todo o *cordon sanitaire* da Europa Oriental em seu benefício. Através desta operação bem sucedida, os soviéticos confirmaram, talvez involuntariamente, a tese de Mackinder segundo a qual, a Europa do Leste constitui a zona nevrálgica principal das relações de poder, em uma escala planetária. Provaram assim, que os conhecimentos geopolíticos são imprescindíveis em questões de soberania.

5.4 A *Zeitschrift für Geopolitik* e a Cartografia Geopolítica

Pode-se dizer, sem nenhum exagero, que foram Karl Haushofer e a *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica), publicada na Alemanha de 1924 até 1944 e por ele chefiada, que tornaram a Geopolítica famosa e, inclusive, definiram os seus “clássicos”. Sem esses personagens, que logicamente foram impulsionados por determinados aspectos do clima intelectual da República de Weimar e da Alemanha nazista (Berlim como a “nova Paris” nos anos de 1920 e 1930, ressentimento alemão contra os tratados de pós-Primeira Guerra Mundial, misticismo, radicalização nacionalista, ênfase na raça e na busca do seu “espaço justo” etc.), a Geopolítica provavelmente teria conhecido um destino diferente, seria tão somente mais uma das inúmeras propostas malogradas para “uma nova ciência”.

Conforme as explanações de Silva (1996), a *Zeitschrift für Geopolitik* (ZfG) foi concebida dentro de uma conjuntura específica da história alemã: guerra, desemprego, inflação, crises político-sociais. Nesse momento, o sentimento de ausência de *Lebensraum* (espaço vital), aliado à busca de uma identidade coletiva levou vários cientistas a uma explicação geodeterminista, subjetiva e mística desse contexto.

A concretização mais elucidativa da junção de elementos físico-naturais com aspectos subjetivos e dados concretos da realidade, partindo de um grupo de acadêmicos, a maioria deles geógrafos, deu-se com a publicação da *Zeitschrift für Geopolitik*, inaugurada em 1924, sob inspiração da obra de Johan Rudolf Kjellén, cientista político e representante do ultra-conservador Partido Nacional da Suécia. Desde seu início ficou estabelecido que seu corpo teórico seria proveniente de Ratzel e Kjellén, cujas “leis científico-naturais” elucidariam a política da época. Um segundo objetivo da ZfG seria oferecer instrumentos adequados à atuação política, sobretudo no que concerne às relações internacionais.

À liderança do grupo da ZfG coube ao general e geógrafo Karl Haushofer, e à figura decisiva de seu editor Kurt Vowinckel. Além destes protagonistas, os geógrafos Erich Obst, Otto Maul, Hermann Lautensach, desempenharam importante papel como editores deste periódico, em sua primeira fase (SILVA, 1996, pp.52).

Segundo Vesentini (2005, p.21):

[...] Fazendo eco à ideologia nacional-socialista – em especial a partir de 1931, quando essa linha editorial foi explicitamente afirmada e alguns dos colaboradores originais, mais preocupados com a imagem acadêmica ou científica, se recusaram a continuar participando –, a Revista de Geopolítica abordava temas como o “espaço vital” para a Alemanha (isto é, a “necessidade de novos territórios” para a nação alemã, especialmente na “Europa central” – conceito importante na *Geopolitik* – e também na África), a nova ordem europeia ou mundial ideais, a superioridade da raça ariana e o seu destino etc.

Para Silva (1996), o determinismo vulgar e a empina absoluta, subjacentes à Revista de Geopolítica, não impediram sua difusão em vários círculos. Inicialmente, o que chamou mais atenção foi a tentativa de rompimento com o tradicionalismo: veiculava assuntos da ordem do dia, apregoava o enfoque interdisciplinar, voltava-se primordialmente às questões internacionais, pretendia abrir espaço a qualquer profissional interessado em questões políticas, possuindo ou não formação científica. Dessa forma, perante esta proposta de modernização o que despertou maior interesse foi a grande ênfase atribuída à tecnologia; a técnica foi vista como grande aliada da Geopolítica, como se observa nos ensaios sobre a Cartografia Geopolítica, a partir da década de 1930.

Este periódico apresentava circulação mensal. Inicialmente pensou-se em um volume com aproximadamente 50 páginas, mas em 1927 este número ficou próximo a 100, com artigos que possuíam em torno de 08 laudas. A tiragem inicial era de 1000 exemplares, mas já no final da década de 1930 este número chegou a 5000.

Embora não se possa mensurar a influência desta revista interna ou externamente à Alemanha, pode-se inferir – a partir do público, restrito, mas seletivo: bibliotecas e figuras ligadas ao poder – que ela certamente teve um papel importante para o desenvolvimento do pensamento geopolítico como um todo. A leitura dos artigos da revista sugere que pretendia atingir um público esclarecido de pessoas influentes, que utilizavam o conteúdo desta em seus respectivos campos de atuação. A influência mais direta, entretanto, e certamente a que permitiu a maior difusão das ideias do grupo de geopolíticos, incidia sobre o professorado alemão do ensino médio (SILVA, 1996, p.59-60).

Um relevante aspecto em relação à Revista de Geopolítica destacado por Silva, consiste no fato de ocorrer uma

[...] mudança de enfoque em quase todos os ensaios, a partir de 1933, se antes predominava um verniz científico em cada argumentação, a partir daí não houve mais essa preocupação, exceto em um ou outro autor. O enfoque central passou a ser a função estratégica do rádio, das estradas, das rotas aéreas, das fronteiras, dos mares, do ensino, além dos ensaios sobre a questão da nacionalidade, que sempre ocupou amplo espaço na revista, e nesse momento assumiu, explicitamente, um teor racista (SILVA, 1996, p.60).

Nesse sentido, ainda segundo a autora, torna-se possível evidenciar a ênfase dada pelos teóricos que publicavam na ZfG ao conceito de espaço, onde lhes foi permitido dar “asas à imaginação”, criando concepções adequadas ao engajamento nas questões alemã da época, tais como: espaço vital, autarquia, enraizamento, entre outras ideias. Nota-se ainda que a tecnologia aliada à ideia de fortalecimento da identidade nacional, foram os pilares deste debate que exerceu enorme fascínio nas mentes dos dirigentes da nação. Assim, também a Cartografia Geopolítica recebeu tratamento especial na revista.

Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial a *Zeitschrift für Geopolitik* mergulhou em uma dificuldade inultrapassável: como conduzir análises “neutras” e “científicas”, em um estado que não só está em guerra como tem um regime totalitário? Dentre as opções que restam à revista estão: o alinhamento com o nazismo, a interrupção da publicação ou a demissão. Assim, segundo Defarges (2003, p.82):

[...] a revista esforça-se por conciliar o inconciliável: a perseguição de trabalhos mais ou menos independentes e, ao mesmo tempo, o fornecimento de razões justificativas das conquistas hitlerianas. ‘O que foi escrito e impresso depois de 1933 foi o *under pressure* [sob constrangimento] e é necessário julgar em conformidade com isso’ (Haushofer, na sua “confissão” ao Tribunal de Nuremberg em outubro de 1945).

Resta dizer, por fim que, na década de 1940, paradoxalmente, a perseguição do regime nazista atingiu até mesmo alguns membros da revista, como foi o caso de Haushofer e seu filho Albrecht. Face às circunstâncias da guerra, a ZfG foi-se extinguindo aos poucos: o número de páginas publicadas anualmente, passou de 652 em 1942, para 347 em 1943. No último ano, 1944, praticamente a edição passou a ser bimestral (SILVA, 1996, p.60).

Considerando que o espaço que circunda o homem consiste em uma realidade mais ou menos grave e que a ameaça às instalações e às atividades humanas, faz-se necessário então, conhecê-lo bem para utilizá-lo, ou sendo preciso, para nele combater, como preconizou Lacoste (2008). Assim, a Cartografia materializa-se como um poderoso instrumento para esse conhecimento e/ou combate.

Nesse sentido, de acordo com Silva (1996), surge no âmago da ZfG a Cartografia Geopolítica, a qual representou para os geopolíticos uma nova forma de se contrapor aos métodos e técnicas de representação visual que consideravam ultrapassados e ineficientes. Dessa maneira, a vanguarda intelectual conservadora da ZfG, sem receio, violou todos os

métodos convencionais, passando a confeccionar mapas livremente, sem respeitar as técnicas e normas cartográficas. Com isso, conseguiram expressar o desejo expansionista da Alemanha hitleriana, a supremacia racial ariana, bem como, forjar dados que desvinculados da realidade permitiam qualquer tipo de visualização e interpretação.

Vicens Vives (1951, p.80) demonstra a importância deste tipo de Cartografia ao afirmar que:

Una de las aportaciones más conspicuas realizadas por la escuela geopolítica alemana ha consistido en la introducción en el campo de la ciencia geográfica de los “mapas dinámicos”. Estos mapas se caracterizan por el uso de signos que “sugieren” el desarrollo de los acontecimientos históricos, políticos, económicos e incluso culturales que pueden localizarse sobre la superficie de la Tierra. Gracias a ellos la Geopolítica puede reivindicar su proximidad a la Geografía pura, respecto a la cual Alejandro von Humboldt estableció el principio peculiar de la ubicación cartográfica de los hechos que pertenecían sin disputa a su ámbito científico.

A concepção do *Lebensraum*, vinculada à reivindicação imperialista no continente europeu e à expansão colonial, forneceu ao discurso geopolítico o elemento que faltava ao perfeito amálgama entre a imagem representada cartograficamente e o conteúdo que se pretendia veicular.

O refinamento desta concepção cartográfica na ZfG, se deu sobretudo através das propostas apresentadas pelo engenheiro e geógrafo Ruppert von Schumacher em 1934 e 1935, sobre a “teoria da representação espacial, e dos signos geopolíticos”. Schumacher acrescentou um componente novo, ao referir-se à importância das cores para destacar certos elementos e encontrar outros, bem como à importância dos sinais adequados à cada tipo de ideia que se quizesse inculcar.

Ao mesmo tempo em que o autor buscava fundamentar sua teoria da representação espacial, também desejava vê-la implementada nos atlas difundidos na época. Sua argumentação básica, era que a importância da técnica empregada poderia ser comprovada por qualquer leigo (SILVA, 1996, p.71).

Assim, tornou-se comum os cartogramas da Revista de Geopolítica apresentarem traços sugestivos de uma possível “fragilidade da Alemanha frente aos seus vizinhos europeus”. A eficácia deste método era incontestável também, segundo o ponto de vista dos geopolíticos, porque a força da imagem provocada no subconsciente da nação não permitiria equívocos: “a Alemanha encontrava-se ameaçada por todos os lados, não havia saída senão o confronto bélico”.

Segundo Silva (1996), em sucessivos ensaios da ZfG, após meados da década de 1930, constatou-se o quão importante fora para os geopolíticos as proposições estabelecidas pelo engenheiro e geógrafo, Ruppert von Schumacher, parecia que a partir de então a revista garantiria respeitabilidade e atingira alguns de seus principais objetivos, quais sejam: alcançar um amplo público e obter maior credibilidade.

Entretanto, Vicens Vives (1951, p.82) é fatídico ao analisar os perigos existentes por trás destes tipo de Cartografia:

La capacidad sugestiva del gráfico geopolítico presenta, por otro lado, gravísimos inconvenientes, a lo que ya aludíamos en 1940 al escribir “si la Geopolítica puede llegar a ser una arma peligrosa de propaganda, es por la difusión extraordinaria que los mapas sugestivos dan a cualquier hecho histórico o geográfico”. Rec lamábamos entonces una fiscalización “muy severa” de las posibilidades representativas de aquellos gráficos – y en honor a la verdad, notorios cartógrafos alemanes expresaban esta misma actitud de recelo ante la monstruosa exageración que se cometía por parte de pedantes, ignaros o de pseudocientíficos os al servicio del Ministerio de Propaganda.

Por conseguinte, a coletânea de mapas oriundos da obra de Silva (1996) que é apresentada na sequência, demonstra as principais características da Cartografia Geopolítica, a qual muito contribuiu para “psicose do confinamento” alemão, expressão cunhada por Paul Clava. Dessa maneira, de acordo com as explicações de Lacoste (2008, p.24): “[...] pode-se questionar se as representações geopolíticas, construídas por Karl Haushofer e lançadas no contexto de um grande movimento patriótico, antes de ser retomadas pelos nazistas não contribuíram, em uma larga medida, para que o povo alemão em 1944-1945 se lançasse à beira da tragédia”.

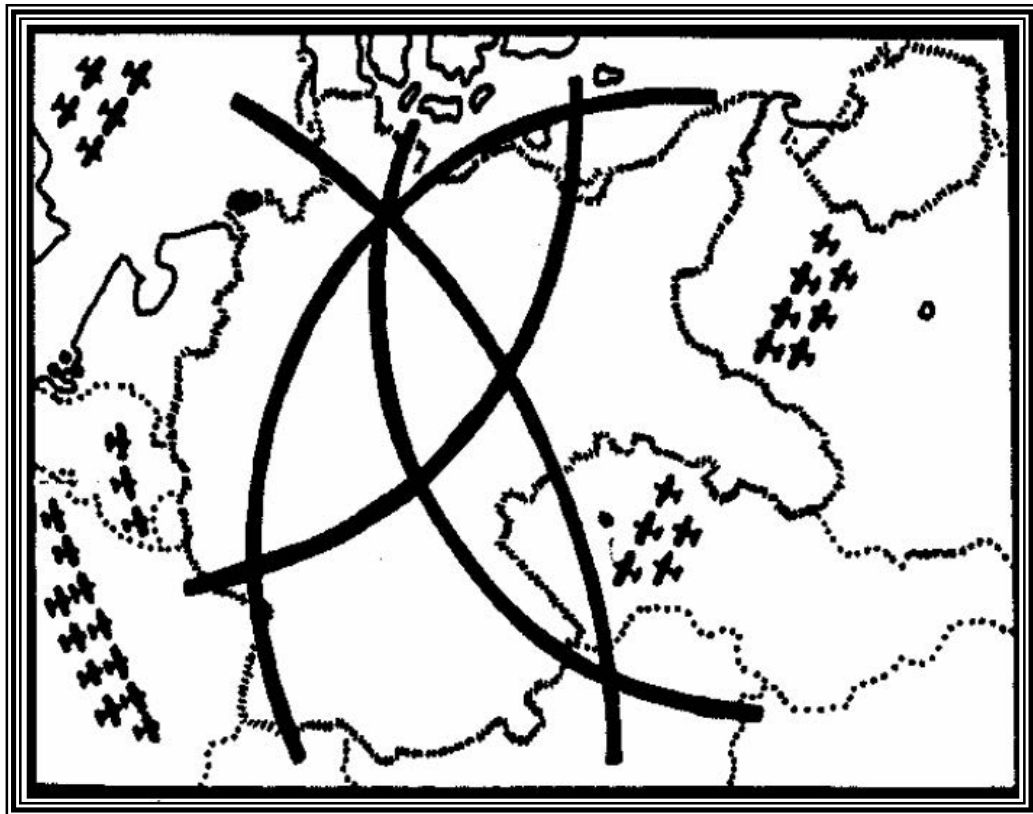


Figura 10: Área Limite de Ameaça à Alemanha por Aviões de Países Vizinhos.
Fonte: SCHUMACHER *apud* SILVA, 1996, p.130.

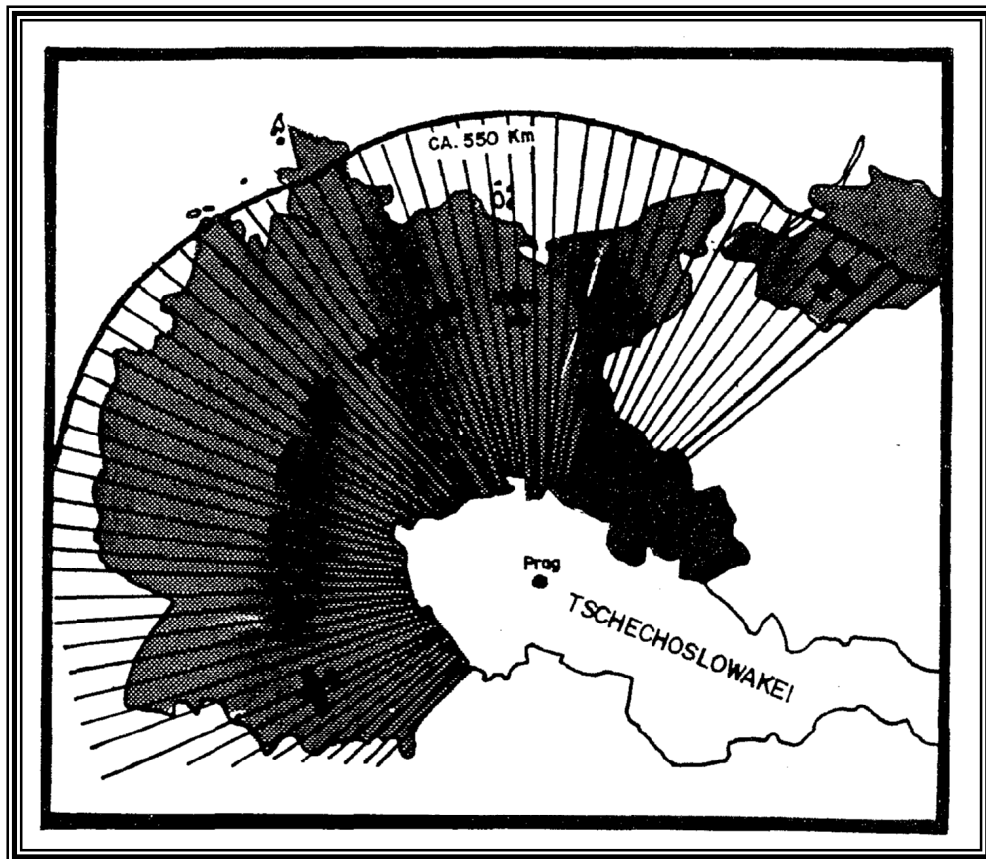


Figura 11: Um Pequeno Estado Ameaça à Alemanha.
Fonte: SCHUMACHER *apud* SILVA, 1996, p.130.

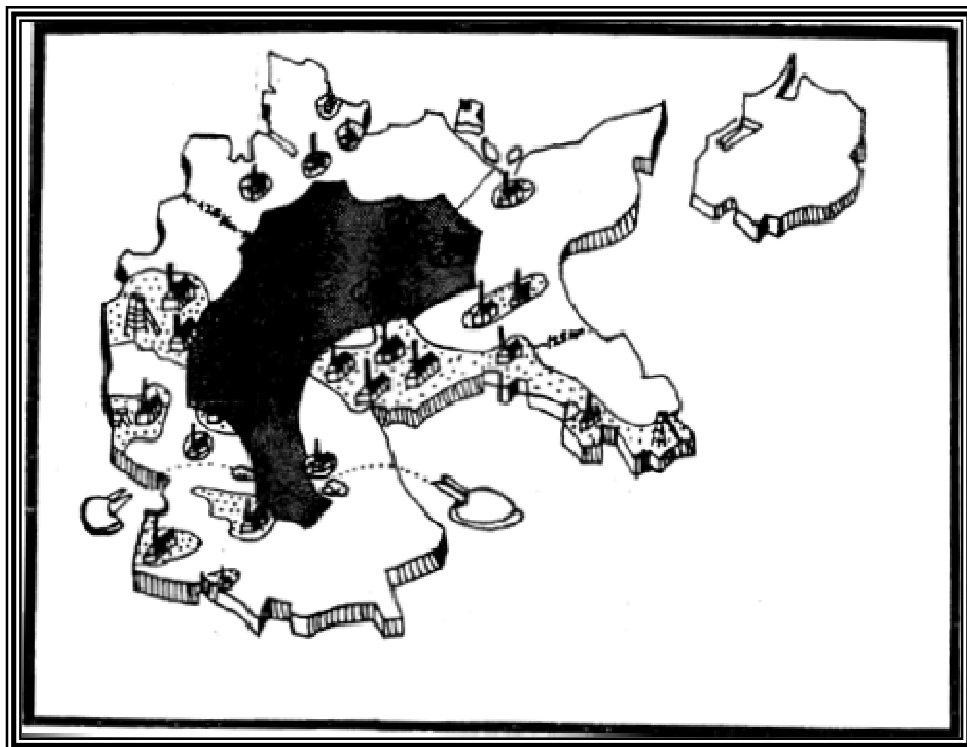


Figura 12: Áreas Industriais Alemãs Susceptíveis ao Ataque Inimigo.
Fonte: SCHUMACHER *apud* SILVA, 1996, p.131.

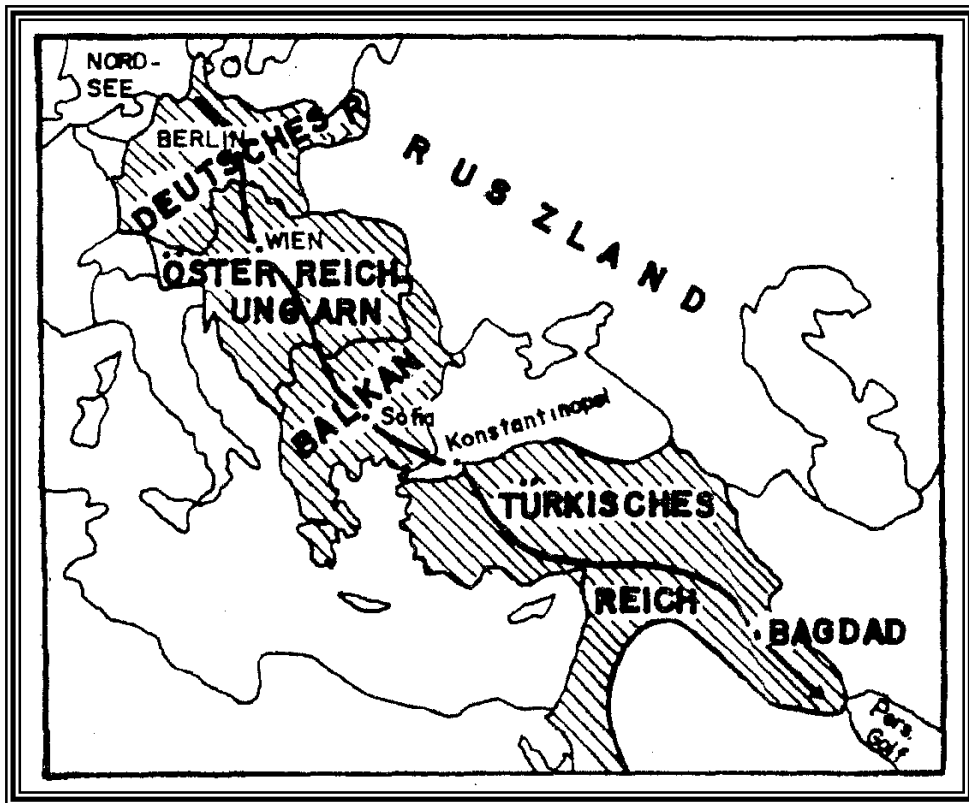


Figura 13: Fronteiras da Europa Central (*Mitteleuropa*).
Fonte: HAUSHOFER *apud* SILVA, 1996, p.131.

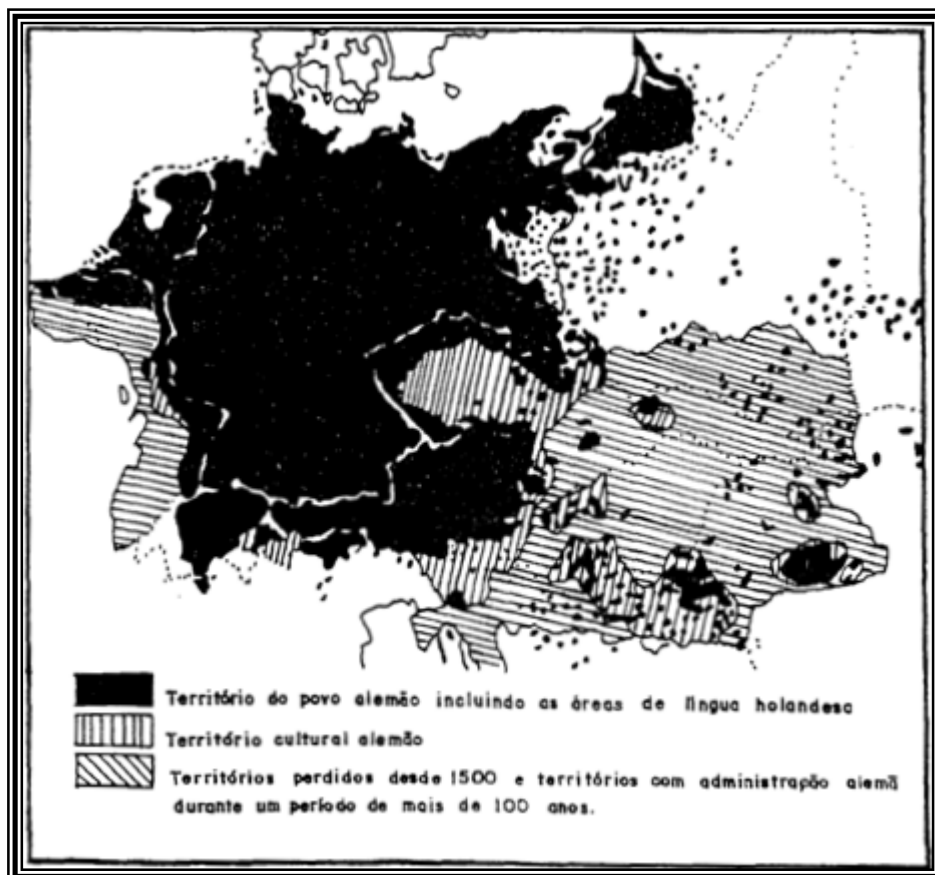


Figura 14: Território do Povo e da Cultura Alemã.
Fonte: MAULL *apud* SILVA, 1996, p.135.

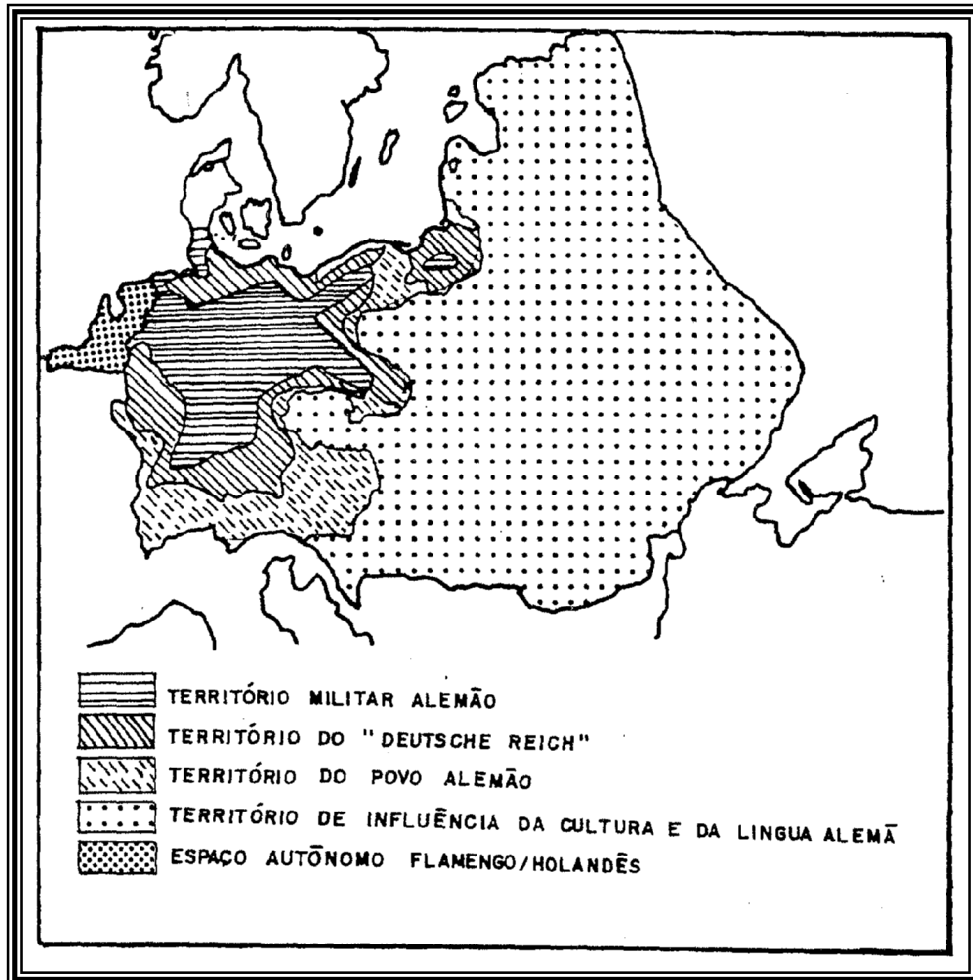


Figura 15: Território do Povo e da Cultura Alemã.
Fonte: SCHUMACHER *apud* SILVA, 1996, p.136.

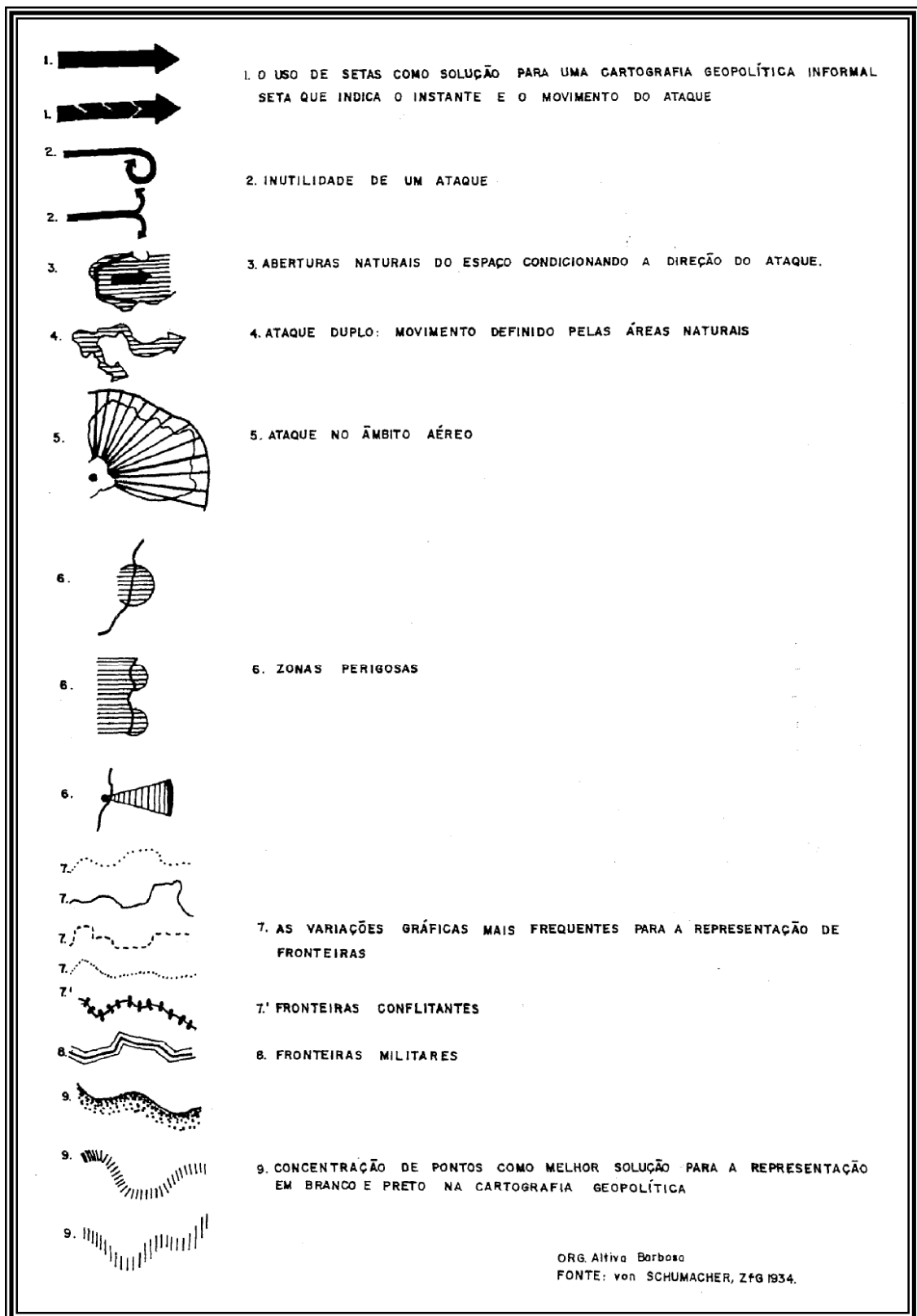


Figura 16: Símbolos para uma Cartografia Geopolítica.
Fonte: SILVA, 1996, p.129.

5.5 O General-Geógrafo Defende-se das Acusações

Após desenvolver as explanações sobre os aspectos biográficos e bibliográficos do general-geógrafo Karl Haushofer torna-se necessário transcrever alguns trechos de um de seus últimos escritos, onde o autor procura demonstrar o distanciamento entre suas preposições teóricas e a política implementada pelo nazismo. Este artigo, intitulado “Apologia da Geopolítica Alemã” foi traduzido na íntegra do alemão para o português pela geógrafa Altiva Barbosa da Silva, constando em anexo de sua dissertação, “Do Povo Sem Espaço ao Espaço Sem Povo: uma análise da *Zeitschrift für Geopolitik*”, trabalho este de imensurável importância e contribuição para a elaboração da presente pesquisa.

Karl Haushofer, à luz da revisão das conversas do dia 05 de outubro de 1945:

[...]

2º) Diante do círculo de interrogadores jovens, fortes e bem equipados com material escrito, na ocasião do Interrogatório em Nürnberg, encontrava-se uma pessoa reduzida na sua força física e intelectual, pela idade avançada e pelo longo tempo de sofrimento, e quase sem nenhum documento escrito.

Ainda que esta apresentação possa servir como resumo da impressão daquele pronunciamento, obviamente, não há nenhuma pretensão de ser completa.

3º) A gênese da Geopolítica alemã é ao mesmo tempo sua apologia; pois ela, criada em 1919 como disciplina universitária pública, foi um parto prematuro.

Isto é válido principalmente para três das temáticas a partir das quais agrupam-se, segundo o método americano, os pressupostos mais essenciais da Geopolítica alemã: Espaço vital, fronteiras e oposição entre Geopolítica oceânica e continental.

Uma doutrina criada em tempo difíceis em seu próprio país, deve ter traços e deficiências da sua época, do contexto de surgimento e de sua própria entrada tardia na carreira científica – ainda que seu proponente tenha as maiores preocupações de trabalhar com rigor e legitimidade científica – já que este não é nenhum robô científico, mas um ser humano vivo e sensível, de carne e osso.

Seria uma reivindicação desumana e impossível exigir que um cientista alemão, ignorasse naquele momento a deficiência da distribuição do espaço vital na Europa Central (*Mitteleuropa*) – (como consequência da crescente industrialização e crescimento das cidades) – e o desmembramento das fronteiras que se tomou insuportável ao longo do tempo, e por isso geopoliticamente injustificável.

[...]

Por isso pareceu à Geopolítica alemã, tão necessário preocupar-se com o conhecimento dos impérios oceânicos, criando deste modo um contrapeso em relação aos problemas internos da época de 1919-33. Lamentavelmente, sob pressão de lutas partidárias internas, o conhecimento do exterior tomou-se mais tarde obscurecido.

Para este objetivo contribuiu também a Faculdade de Ciências do Exterior, da Universidade de Berlin, com apenas um Instituto em toda a Alemanha, dedicado à Geografia Política e à Geopolítica, e dirigido por meu filho, professor Albrecht Haushofer.

4º) Um Instituto de Geopolítica em Munique nunca existiu. A Biblioteca pessoal, infelizmente, parcialmente “roubada” pelos representantes norte-americanos (oficiais: Morgenstem e Kaufmann) era de minha propriedade privada, adquirida a duras penas; não recebi nenhum financiamento ou salário da Universidade, para não ter duplo salário, já que recebia aposentadoria militar como “inválido de guerra”.

Eram grandes as dificuldades financeiras iniciais da Geopolítica alemã, que não recebeu de forma nenhuma apoio estatal.

5º) Nenhuma pessoa de qualquer outra nação que pense e sinta de forma normal, poderia negar a um erudito alemão – com seus conhecimentos adquiridos, legítimos e honestamente, após formação tão penosa – o direito de apoiar com toda a objetividade a luta do seu povo pela existência como o foi a de 1919/1932.

Mesmo nunca tendo adotado em toda a sua plenitude o lema *Right or Wrong, my Country*, preciso admitir que em tais épocas de alta tensão apagaram-se facilmente os limites entre ciência pura e aplicada, e preciso admitir ainda, que também eu, em alguns momentos teria extrapolado, o que já confessei abertamente e lamentei frente aos meus interrogadores. Como foi reconhecido, a partir de 1933, somente poderia efetuar as minhas manifestações orais e escritas sob múltipla censura, e sempre sob pressão.

6º) Se os interrogadores reconheceram que – comparada com a legítima Geopolítica norte-americana – a Geopolítica alemã elaborou apenas 60-70% de seu saber, o que pode ser constatado de modo geral, precisa-se ainda estabelecer uma diferença clara entre a produção antes e após 1933.

[...]

7º) O que foi escrito e publicado após 1933 o foi sob coação e deve ser avaliado nesse contexto. A forma como isto se efetivou (na qual Rudolf Hess nunca participou, apenas tentava nos proteger) pode ser comprovada pelos quase três anos de prisão, ou limitação de permanência da minha família, pela minha própria prisão no Campo de Concentração de Dachau, pelo assassinato de meu filho mais velho através da Gestapo em 23/04/1945, e pela limitação e posterior encerramento da *Zeitschrift für Geopolitik*.

8º) No III *Reich* o partido dominante não possuiu nenhuma instituição oficial para a recepção ou para o esclarecimento das doutrinas geopolíticas, assim foram tomados apenas chavões mal compreendidos pelos próprios dirigentes. Apenas Rudolf Hess que fora meu aluno antes da existência do NSDAP, e o ministro de Relações Exteriores von Neurath possuíam uma certa compreensão para a Geopolítica, sem no entanto poderem se impor com estas ideias.

Por outro lado, a visão geopolítica era comum entre os estadistas e os representantes da ciência política no período de 1922-33.

[...]

9º) Estas teorias originalmente incentivadas por Friedrich Ratzel (*A Terra e sua vida; Geografia Política e Antropogeografia*) e seus seguidores, nos EUA (Semple), e na Suécia (Rudolf Kjellén), foram formadas muito mais à partir das fontes de países de língua inglesa do que dos países continentais, e somente segundo o princípio trazido para a Alemanha: “*Let us educate our masters*”.

Os meus incentivadores principais e sempre citados foram: Mahan, Brooks Adams, Joe Chamberlain (conversamos pessoalmente em 1899 sobre a desejável união do Império Britânico, EUA, Japão e Alemanha), Sir Thomas Holdich (criador de fronteiras), Sir Halford Mackinder (“*The geographical pivot of history*”), Lord Kitchner (1909); e mais Isaiiah Bowman (“*The New World*” entre outros). Absurdamente mal compreendida no III *Reich* foi a advertência em relação à indefinição entre política oceânica e continental, que já se mostrou trágica para Wilhelm II; mais ainda a comparação do conde chanceler Ito da tróica Rússia em relação à Europa cultural, Ásia Oriental cultural e Eurásia. A expansão para o Oriente entre 1939 e 1941 foi um pecado mortal.

10º) Nem minhas palestras, nem meus escritos favoreceram planos de ocupação imperialista. Todavia, protestei, tanto no livro sobre as fronteiras, quanto nas minhas palestras públicas, contra a mutilação da Alemanha pelo Contrato de Versalhes, e defendi os alemães no Sul de Tiröl, fui favorável à reintegração dos territórios dos Sudetos alemães, mas nunca me manifestei a favor de anexações de territórios estrangeiros não colonizados por alemães.

Sonhos de tais anexações sempre considerei como perigosos e os rejeitei.

[...]

O estabelecimento de fronteiras realmente justas e satisfatórias para todos, e que não violente nenhum povo, é quase impossível, devido à extrema complexidade das fronteiras linguísticas, e das formas econômicas adotadas. Tanto meu filho Albrecht, como outros de meus discípulos e colaboradores, tentaram através de longas discussões, criar condições totalmente justas e permanentes para tal estabelecimento de fronteiras. Neste sentido sempre pretendi não deixar crescer nenhum irredentismo.

[...]

Estes assuntos atraíram enormemente o prazer sensacionalista da imprensa que os ampliou desenfreadamente com falsificações de mapas.

[...]

12°) Quanto ao livro “Mein Kampf”, o vi pela primeira vez quando já estava imprimido o primeiro volume, e recusei-me a fazer sua resenha, porque não tinha nenhuma relação com geopolítica. Pareceu-me, à época, um dos muitos fenômenos efêmeros de agitação. Obviamente não participei na sua produção, e acredito que qualquer comparação científica do meu estilo literário com aquele livro, protege-me da acusação de colaboração expressa na imprensa amarela (Gelb Literatur). Nunca estive a sós com Hitler. A última vez que o vi estava diante de testemunhas, e isto foi no dia 08/11/38, quando tivemos inclusive um atrito. A partir deste momento caí na sua desgraça, e desde a fuga de Rudolf Hess, em maio de 1941, estive exposto à perseguição da Gestapo, que só terminou no final de abril de 1945, com o assassinato de meu filho mais velho, por causa dos comprometimentos de 20/07/1944, e suas relações com povos de língua inglesa. Minha amizade com Rudolf Hess iniciou-se no ano de 1918, através de sua participação em minhas preleções; sendo, portanto quatro anos mais antiga do que a criação do partido NS. Vi Hitler pela primeira vez em 1922, como um dos inúmeros tribunos populares que na época surgiam no solo popular alemão efervescente com suas diversas associações e movimentos.

Até 1938 cometi, todavia erros semelhantes em relação às possibilidades de um desenvolvimento para o bem, como p.ex. Henderson e Chamberlain, e esperava ainda até meados de outubro por uma solução pacífica.

13°) À partir de outono de 1938 iniciou-se – como se vê particularmente pelo destino: pai na prisão e do filho morto – o caminho do sofrimento da Geopolítica alemã, dentro do contexto de sofrimento da “political science” na Europa Central em geral, que sob a pressão da ditadura de um único partido, chegou até ao abuso e aos maus entendimentos através de órgãos estatais.

Ainda em relação ao ponto 13°): entre 1919 e 1932 a Geopolítica alemã estava direcionada originalmente a objetivos muito semelhantes aos da Geopolítica americana.

No programa de seu primeiro aparecimento, encontra-se a referência de que a Geopolítica pretendia ser a “consciência geográfica do estado”. Isso teria satisfeito as expectativas da Conferência de Munique de 1938. Mas no dia 08/11/38 quando retornava da Itália, consegui enfim falar com o chefe do estado. Tentando me impor, caí em desgraça, e nunca mais o encontrei. Até então, este portador da Geopolítica alemã pode se considerar um precursor legítimo de uma Geopolítica que não se distinguia da americana.

14°) O objetivo da geopolítica alemã era originalmente, tal qual o da legítima geopolítica americana, evitar futuros conflitos, como por exemplo os de 1914-18, através da compreensão mútua dos povos nas suas potencialidades de desenvolvimento, a partir do solo cultural e do espaço vital; visava alcançar o máximo de justiça e autonomia política cultural para minorias, como era no caso a Estônia, e como pareceu temporariamente ser alcançada por Siebenbürgen.

Isso pressupunha uma visão do mundo geograficamente correta e de respeito mútuo às nacionalidades e às raças e o reconhecimento dos direitos humanos da personalidade: Minhas preleções e exercícios acadêmicos entre 1919 e 1932 estavam repletos do máximo de tolerância, do contrário não teria sido convidado pela União Pan-Européia para ministrar palestras a convite do presidente do Estado, em Praga; em Brünn e Olmütz; em Viena de Seipel; pelos ministros de cultura da Hungria e da Estônia, que assistiram minhas palestras em Budapeste e Reval. Instituições culturais de Roma, Suíça, Oxford, Lisboa convidaram-me para visitas de intercâmbio, em tempos de tensões políticas; membros de todas as culturas raciais, sociedades geopolíticas em Tschungking (China), professores da Universidade de Jerusalém como Kohn correspondiam-se permanentemente comigo.

Algumas dessas influências político-culturais provêm da geopolítica alemã, mesmo após 1933, como por exemplo, Suécia, Noruega, Vaticano, China, Inglaterra (onde sou membro de honra da legião britânica), França (Ancel, Demangeon, Montandon, Haguenaer, Societé Franco-Japonaise de Paris), sem falar dos países mais próximos à política alemã como Itália, Japão, Hungria, Romênia.

15°) Do livro de meu filho, assassinado pela Gestapo, infelizmente foi editado apenas o manuscrito do volume 1 sobre Geografia Política e Geopolítica, poderia muito bem ter sido produzido nas oficinas intelectuais, de qualquer um dos países aliados. O livro – inicialmente escrito durante as férias na casa paterna – foi concebido em conjunto, e encontrou minha total aceitação – só não podia tê-lo

escrito porque me faltaram formação e talento metodológicos; todavia talvez eu tenha sido útil enquanto incentivador.

16º) Nos memorandos que estavam à disposição dos interrogadores da equipe do general Eisenhower, e que demonstram o intercâmbio dinâmico de ideias e o contato entre professores, assistentes, e estudantes, percebe-se a criação de uma geopolítica como um dos melhores meios para evitar futuras catástrofes mundiais.

[...]

Em função deste nobre objetivo procurei construir o caminho da Geopolítica alemã, apesar dos terremotos de 1914-19 e de 1938-45. Se houveram erros e equívocos estavam sob o sábio ditado da língua inglesa: “*All human progress resolves itself into the building of new roads*”.

Assinado na minha presença, em Hartschimmelhof-Ammersee, Bavária, 02 de novembro 1945 (HAUSHOFER *apud* SILVA, 1996, p.-117124).

CAPÍTULO VI

A Geografia Política/Geopolítica Pós-Segunda Guerra Mundial: do Ostracismo ao Renascimento.

Após a Primeira Guerra Mundial, geógrafos e o conhecimento por eles produzido foram mobilizados para ajudar a traçar as novas fronteiras na Europa. Na Segunda Guerra Mundial, a Escola de Geopolítica Alemã, inspirada em alguns dos princípios elaborados por Ratzel, foi utilizada como justificativa intelectual para o autoritarismo do III *Reich* e para o expansionismo alemão.

Com a derrota da Alemanha hitleriana na Segunda Guerra Mundial, a Geopolítica passou a ser vista como uma ciência nazi, fazendo com que até mesmo a Geografia Política ingressasse em uma crise, ou seja, em uma fase marcada por questionamentos e esgotamento de suas teorias principais. Assim, conforme as ideias tecidas por Vesentini (2005, p.25):

[...] até meados da década de 1970, ela viveu numa espécie de ostracismo, pois os vencedores a identificavam com os vencidos (o fascismo italiano, a política expansionista do Japão de antes da guerra e especialmente o nazismo alemão) e praticá-la ou mesmo escrever sobre ela (a não ser que fosse para criticar veementemente) passou a ser algo não recomendável ou mesmo banido do mundo acadêmico e científico.

Nos Estados centrais os pensadores que teorizavam sobre o equilíbrio mundial ou regional de forças, algo importante naquele período de guerra fria e corrida armamentista, eram considerados (e consideravam-se) como estrategistas militares, principalmente, ou às vezes cientistas políticos, geógrafos ou sociólogos, mas nunca geopolíticos; eles muito raramente mencionavam a Geopolítica Clássica, a não ser para mostrar a falácia ou obsolescência.

Em sua crítica à *Geopolitik* alemã, em 1932, Albert Demangeon observou que esta renunciara deliberadamente a todo “espírito científico” e que se ela (a Geopolítica) desejasse se incluir nas ciências, deveria retornar à “Geografia Política”. Assim, segundo Costa (2008, p.222):

A geografia política que ressurgiu com vigor nos anos de 1950 é quase toda ela anglo-saxônica e praticamente restrita aos Estados Unidos. Como assinala A. L. Sanguin, este país, ao contrário de Europa em geral, beneficiou-se de um clima acadêmico favorável e de uma situação material consideravelmente melhor que os da França, Inglaterra e Alemanha, por exemplo. Além disso, assinala, durante os anos da guerra, o dinamismo da geografia política norte-americana era incontestável, com pesquisas, debates e publicações disseminados em diversas universidades e contando com aportes de recursos financeiros, especialmente os oficiais. Liderados por Bowman, Hartshorne e Whittlesey, os norte-americanos fundaram sua própria “escola” nessa área, praticamente dominando o setor até o final dos anos de 1970.

Na Europa, continente que abrigou o surgimento da Geografia, bem como, da Geografia Política e Geopolítica, estas áreas do conhecimento científico só serão retomadas na década de 1970, mas agora renovadas: não mais ideias pragmáticas sobre o poder marítimo *versus* o poder terrestre, ou sobre a *heartland*, ou mesmo sobre as condições para um determinado Estado tornar-se potência mundial (algo que parecia já “resolvido” naquele período das duas superpotências), e sim teorias a respeito do embate entre capitalismo e socialismo, da Guerra Fria e a sua lógica, das perspectivas de uma terceira guerra mundial. Segundo o preconizado por Vesentini (2005, p.25-26):

Provavelmente o pontapé inicial nessa “retomada da geopolítica” foi dado por Yves Lacoste e seu grupo, reunido em torno da revista *Hérodote*, cujo primeiro número foi editado em 1976, mesmo ano do mencionado livro *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. O subtítulo da *Hérodote* passou a ser “Revista de Geografia e de Geopolítica” e logo ela se transformou no mais importante periódico geográfico acadêmico da França (pela tiragem de trinta mil exemplares a cada número, que é trimensal) e acabou sendo clonada na Itália e na Espanha. Também nos Estados Unidos essa proposta de se fazer uma “geopolítica crítica” foi adotada em alguns meios acadêmicos e originou várias pesquisas, ensaios e livros.

Na segunda metade do século XX, diversos fatos importantes tiveram impacto sobre a agenda desses dois ramos do saber humano: o fim da Guerra Fria e a desagregação da União Soviética, a globalização, as disputas de minorias por territórios dentro das fronteiras nacionais, a expansão e o fortalecimento da democracia representativa etc., paralelamente ao enfraquecimento do Estado nacional como o interlocutor institucional privilegiado nos processos de transformação contemporânea, tornaram as décadas de 1970 e 1980 importantes para a renovação do interesse pelas disciplinas nos meios acadêmicos mais conceituados. Esse novo interesse acadêmico colocou em foco novos temas e novas escalas, como a local e a regional. Novos suportes teórico-metodológicos, como a perspectiva da análise espacial, incorporada nos estudos de Geografia Eleitoral e da Economia Política contribuíram intelectualmente com esta agenda ampliada.

Nesse sentido, torna-se pertinente a afirmação de Andrade (2002, p.33):

Observa-se, nesta última década do século, um nascimento do interesse pela geografia política e pela geopolítica. O fato é natural, de vez que o Estado, em qualquer sistema econômico, passou a ter uma grande influência na sociedade, ora agindo como agente econômico, ora como guarda-costas dos grupos econômicos. Observa-se também que o poder dos Estados, mesmo quando estes parecem sólidos, pode desmorro rapidamente, da mesma forma que o poder dos grupos dominantes, dentro do Estado, também é instável.

Se, por um lado, a renovação da disciplina nas décadas de 1970, 1980 e 1990 preservou um polêmico pluralismo temático e metodológico, por outro possibilitou um novo interesse pelas questões políticas na Geografia e indica que a disciplina tem estado presente

nos debates que se fundamentam no território como fonte ou estratégia do poder. Outra questão importante nessa renovação da Geografia Política e da Geopolítica consiste na discussão sobre a opção por uma variedade de temas e de métodos ou por um método único para abordar temas variados.

Conforme as explicações de Castro (2005, p.28-29):

Mais recentemente, superado o fantasma da associação da geografia política com o projeto nazista de poder, fundado na expansão territorial, presente nas décadas de 1950 e 1960, e a sua marginalização na vaga quantitativa dos anos 70, novas perspectivas, emergiram. Com a desagregação da União Soviética e a *débâcle* do socialismo na Europa ressurgiram os problemas clássicos dos territórios, fronteiras e do Estado, recolocando na agenda da disciplina os temas relativos às nações, aos nacionalismos e aos regionalismos. Da mesma forma, o debate em torno da eficácia explicativa de modelos abrangentes vem indicando para as ciências sociais que a utilização de diferentes teorias unificadoras, compondo um pluralismo metodológico interdisciplinar, pode ser mais adequada diante de problemas complexos que não se resolvem com modelos explicativos únicos. Deve ser ressaltado, porém, que a geografia política tem respondido à necessidade acadêmica de marcos metodológicos claros, mesmo na ausência, durante a maior parte da sua história, de uma teoria unificadora para as questões que surgem nas relações entre o espaço e a política.

A conjuntura internacional dos anos de 1970 e 1980 e não apenas a iniciativa isolada de um autor ou grupo de pensadores, foi a principal responsável pela retomada dos estudos na área da Geografia Política e Geopolítica. Isso porque, se tratava de uma época em que se pensava seriamente no holocausto nuclear e na terceira guerra mundial. Assim, conforme Lacoste (2008, p.30):

É importante hoje, mais do que nunca, estar atento a esta função política e militar da geografia, que é sua desde o início. Nos dias atuais, ela se amplia e apresenta novas formas, por força não só do desenvolvimento dos meios tecnológicos de destruição e de informação, como também em função dos progressos do conhecimento científico.

Complementando a ideia anterior, Magnoli (1991, p.18 e 21) demonstra a importância dessas áreas:

A Geopolítica, ciência ou não, prossegue influenciando poderosamente a ação prática dos Estados. Mas, na era dos satélites, da teledetecção e do sensoriamento remoto, o significado das fronteiras territoriais e o conceito de soberania alteram-se consideravelmente. A Geopolítica ganha dimensões insuspeitadas.

[...]

A Geopolítica, entretanto, não concerne unicamente à soberania dos Estados. Ela concerne aos direitos civis, às liberdades públicas: à vida dos homens e das mulheres que residem nos espaços delimitados pelas fronteiras.

Por conseguinte, de acordo com o preconizado por Castro (2005), para se compreender um pouco mais a contradição entre a grande visibilidade do fenômeno político na Geografia e a desconfiança em relação à capacidade de a Geografia Política ser capaz de investigá-las, dois momentos importantes são identificados. O primeiro, iniciado durante e

após a Segunda Guerra Mundial, censurava as teses da necessidade da “lei do mais forte” na relação entre os Estados nacionais elaboradas no âmbito da Geopolítica. Esta autocritica da disciplina resultou do reconhecimento da instrumentalização do saber geográfico para as aventuras coloniais e imperialistas das potências europeias e da crítica aos limites científicos de uma agenda limitada ao Estado como um tema central. Já segundo momento pode ser demarcado a partir da década de 1970, com a incorporação do paradigma marxista e do método materialista dialético à disciplina. Deve-se à importância de algumas correntes, que adotaram esse paradigma como marco teórico, o privilégio conferido à economia política em detrimento da política, negando a esta última qualquer fundamento na explicação dos fenômenos e processos sócio-espaciais. Dessa maneira, segundo a autora,

[...] o mais interessante nesses dois momentos, pela contradição implícita, é que a política nunca deixou de estar em evidência na geografia. Assim, no primeiro caso, preocupados em resgatar a geografia política do seu pecado original – ou seja, da culpa de ter produzido nas primeiras décadas do século XX, logo após sua institucionalização como disciplina acadêmica, um conhecimento a serviço da ideologia expansionista do império alemão – os geógrafos criticaram o conteúdo estatista da disciplina e subestimaram a dimensão política fundadora do Estado moderno; no segundo, tomando como eixo de análise as relações de classe e de poder das sociedades capitalistas, foram eliminadas as possibilidades de um aprofundamento das reflexões conceituais da ciência política e sua aplicação ao campo da geografia. Acrescente-se a esta última perspectiva que é central tanto a crítica ao Estado nacional, percebido como um aparato a serviço da classe burguesa dominante, como a evidência da sua crise frente aos interesses do grande capital dominante no processo de globalização (Castro (2005, p.31-32).

Nesse âmbito, torna-se pertinente resgatar também a ideia expressa por Lacoste (2008, p.257):

Após ter sido proscrita durante décadas, sob o pretexto de que havia sido estreitamente ligada à argumentação do expansionismo hitleriano, a palavra geopolítica, desde algum tempo, começa a ser utilizada cada vez mais frequentemente. Ela não passa despercebida, ela choca, ela intriga, ela aparece como uma nova forma de ver o mundo [...].

Não mais que o raciocínio histórico, o raciocínio geopolítico não é por essência, “de direita” ou “de esquerda”. É um instrumento conceitual que permite apreender toda uma margem da realidade. Evidentemente, como o raciocínio histórico, ele é utilizado por homens que não são espíritos puros; eles têm cada um, sua preferência ideológica e sustentam, mais ou menos conscientemente, certas causas. Mas as contradições que se podem constatar entre seus discursos mostram que não são os fundamentos epistemológicos da referência ao tempo ou ao espaço que se devem incriminar, mas as teses políticas que eles pretendem demonstrar. Sem dúvida, os nazistas deram grande destaque à Geopolítica, por causa de certa argumentação geopolítica, mas eles utilizaram da mesma forma, argumentos históricos ou biológicos para fundamentar suas pretensões. Entretanto, não se desqualificou a História ou a

Biologia por causa disso, mas procreveu-se a Geopolítica. Assim, conforme o estabelecido por Lacoste (2008, p.262): “É preciso terminar com essa proscrição do raciocínio geopolítico, proscrição que está, no fundo, no débil direito do ‘édito imperial’ stalinista a propósito da ‘ciência burguesa’ e da ‘ciência proletária’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as temáticas enfocadas durante o transcorrer do trabalho, torna-se possível inferir que os debates realizados em torno do suposto envolvimento do general-geógrafo alemão, Karl Haushofer, com a política expansionista alemã encontram-se marcados por um misticismo e obscurantismo. Por vezes, estes posicionamentos tornam-se até mesmo de cunho ideológico, reduzindo a obra do autor a mero instrumento difusor das teorias nazistas.

Nesse sentido, buscou com o trabalho lançar uma abordagem mais aprofundada em relação aos aspectos biográficos, bem como, sobre a produção teórica do autor. O fato de Haushofer encontrar-se no *hall* dos geopolíticos tidos como clássicos, demonstra que suas teorias e ideias tiveram grande impacto tanto durante a Segunda Guerra Mundial, quanto na produção posterior dessa área do saber científico. Assim, cabe lembrar que, os pontos assinalados nesse trabalho não encerram a complexidade dos mesmos.

Já em relação à Geografia Política e Geopolítica, cabe destacar o fato que representam campos de estudo de diferentes ciências, estando à primeira ligada à Geografia e, a segunda relacionada com a Ciência Política. Entretanto, estas áreas possuem temas comuns de análise. Porém, a primeira os enfoca de maneira mais estática e sem fins estatais, enquanto que a segunda, desenvolve análises dinâmicas com o objetivo de apropriação do conhecimento produzido por parte do Estado.

Dessa forma, os especialistas em Geografia Política e Geopolítica, em suas qualidades de pessoas que operam no vasto campo da ciência geográfica e política, delimitam suas indagações pelas zonas fronteiriças entre a Geografia e a Política, na convicção de que, ao aplicar seus próprios métodos e técnicas, poderão aprofundar a compreensão de sua própria ciência e, igualmente, talvez contribuir de algum modo para as ciências afins à que cultiva. Seu *locus standi* se apoia no fato de que os Estados possuem um território e uma localização espacial, que revelam ambos, certo grau de especificidade. Com isso, a matéria desses especialistas consiste na terra politicamente organizada.

As análises tecidas tendo como ênfase a figura do geógrafo alemão, Friedrich Ratzel, demonstram que este desempenha um papel de fundamental importância na ciência geográfica, o qual nem sempre recebeu a atenção merecida, mas pelo contrário, acabou tendo algumas ideias distorcidas com o passar do tempo. Não se pode deixar de destacar, que as teorias preconizadas por este teórico devem ser sempre analisadas tendo como elemento fundamental o período histórico no qual este produziu sua obra. A Alemanha vivenciada por

este teórico encontrava-se imersa em conflitos, buscando principalmente atingir a sua unificação política, bem como, conquistar novos territórios que lhe serviram de fonte de expansão.

As ideias tecidas por Carvalho (1997), para quem a maneira como Ratzel passou a figurar na história da Geografia e de outras ciências sociais, reflete certa adesão à oficialidade histórica estabelecida pelos franceses, ingleses e norte-americanos, já que a Alemanha acabou sendo derrotada durante as duas grandes guerras mundiais. Isso porque, sempre coube aos vitoriosos, detentores de certo direito, atribuir aos seus pares os papéis de maior destaque na institucionalização de algumas especialidades das chamadas ciências sociais. Mesmo que para isso fosse necessário se utilizar da manipulação de ideias.

Entretanto, Ratzel é sem dúvida um dos mais eminentes representantes da Escola Clássica Alemã de Geografia; sua obra, que trata de problemas que se associam aos de outras ciências naturais e sociais, se constitui em uma das contribuições mais importantes para o desenvolvimento da Geografia Moderna. Entretanto, esse autor em algumas das vezes acaba sendo citado a partir de pontos de vista equivocados, principalmente por desconhecimento de seus estudos. Isso porque, a maior parte dos escritos ratzelianos encontra-se apenas em idioma alemão, havendo poucas traduções de sua obra, o que tende somente a dificultar a análise e disseminação correta das ideias fundamentais deste autor.

A importância das teorias estabelecidas por Ratzel entre o final do século XIX e início do XX sobre a obra empreendida por Haushofer é incomensurável, pois é nítida a influência dos conceitos ratzelianos perante a produção bibliográfica do major general. Para uma melhor compreensão da conexão existente entre os dois autor optou-se pela elaboração de um quadro síntese (quadro 01).

Sobre o plano histórico no qual Haushofer concebe sua obra, deve-se considerar o fato de que ao passo que os resultados da Primeira Guerra Mundial, foram logo impugnados e, em seguida, liquidados em menos de vinte anos, pode dizer-se que a Segunda Guerra Mundial provocou no mundo transformações radicais e lhe impôs estruturas novas, que subsistem até hoje, tendo apresentado poucas modificações profundas.

CONCEITOS	FRIEDRICH RATZEL	KARL HAUSHOFER
Geografia Política / Geopolítica	Estudo comparativo das relações que existem entre o solo e o Estado; sua existência é justificada pela falta de análise da ciência política de qualquer consideração espacial.	Reserva permanente de saber político que se pode ensinar e aprender; este, como uma ponte necessária ao salto para a ação política, como uma espécie de consciência geográfica dos Estados.
Lebensraum (Espaço Vital)	Local necessário para o desenvolvimento natural das plantas e animais (aspectos biogeográficos). Entretanto, se um país perde território se reduz o que de uma maneira geral, torna-se o começo do fim. Pois, um grande espaço mantém vidas.	Direito que uma nação tem de ampliar o espaço para sua população. Além do simples espaço, o <i>lebensraum</i> leva em conta todos os recursos naturais e humanos a serem encontrados em qualquer área reivindicada por um Estado como seu justo espaço vital.
Estado	É fundamentalmente uma realidade humana que só se completa sobre o solo do país, devendo ser considerado sob o ângulo geográfico.	Organismo geográfico que se manifesta no espaço, enquanto país, território ou, de maneira mais significativa, enquanto império.
Fronteira	Nada mais é do que a detenção temporária de um movimento.	Expressão das condições de poder político em um momento considerado.

Quadro 01: Conceitos Geopolíticos Ratzelianos e Haushoferianos.

Fonte: Elaboração do Autor.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, a política arquitetada por Hitler organizou-se definitivamente em torno de suas obsessões ideológicas: desembaraçar a Europa dos Judeus, destruir o bolchevismo soviético, reduzir à escravidão os “sub-homens” eslavos, assegurar, por mil anos, o reino dos “super-homens” arianos. Estas obsessões entram em contradição com as preocupações geopolíticas. Isso porque, Hitler estava certo de ter uma missão e esta o devorou, levando no seu apocalipse dezenas de milhões de homens.

Por conseguinte, torna-se pertinente lembrar que a Geopolítica é alemã na medida em que talvez nunca na história, uma disciplina tenha sido tão dominada pelo destino de um povo. A tragédia da *Geopolitik* alemã ilustra uma interrogação permanente: poderá um ramo do saber que incida sobre o homem enquanto um ser cultural, ser uma ciência, isolando leis válidas para todos os lugares e todos os tempos?

Paradoxalmente, Karl Haushofer, teórico que erroneamente passou para a história como o geopolítico responsável pela transformação da *Geopolitik* em arma do nazismo, foi

um dos teóricos da Geopolítica Clássica que menor influência exerceu sobre a política externa de seu país. O expansionismo nazista se deu em clara oposição àquilo que o general julgava mais conveniente à Alemanha: constituição de um bloco transcontinental euroasiático, composto por uma aliança entre Rússia, Alemanha e Japão, capaz de colocar em xeque o poderio naval da Inglaterra, além de poder suficiente para dominar o *Heartland*.

Nesse âmbito, as evidências teóricas demonstram que a influência da teoria haushoferiana sobre a dimensão internacional do III *Reich* se deu muito mais de maneira indireta, provavelmente através da figura de Rudolf Hess. Este militar desde antes da subida de Hitler ao poder já era considerado como um dos mais eminentes discípulos de Haushofer. Assim, resgatando a ideia defendida por Lacoste (2008), de que Geografia serve, em princípio, para fazer a guerra, tem-se sempre que considerar que o processo científico está ligado a uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder. Isso porque, a Geografia consiste em um saber estratégico, um poder.

Por conseguinte, a associação da Revista de Geopolítica ao expansionismo nazista, bem como, as teorias que sustentaram a *Geopolitik* alemã, acabaram por acarretar o lançamento da Geografia Política e da Geopolítica ao obscurantismo, não sendo mais objeto de estudo das academias européias de ciência. Dessa maneira, durante as três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, estas áreas permaneceram em isolamento. É, apenas, em meados da década de 1970, que a mesma é resgatada, desta vez como importante instrumental para a organização do espaço e o avanço da democracia.

Lembra-se por fim que o estudo de uma temática tão complexa e polêmica permitem vários ângulos de abordagem. Certamente, ainda restam dúvidas quanto aos temas levantados, bem como, outros suscitados durante a pesquisa, o que revela com mais nitidez as lacunas existentes para a compreensão de questões que ainda hoje intrigam, e como a história mostra, não são tão passadas como às vezes se crê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o Século XXI**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e Regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. **Origens do Totalitarismo**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARON, Raymond. **Democracia e Totalitarismo**. Lisboa: Presença, 1966.
- _____. **Estudos Políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- _____. **Paz e Guerra entre as Nações**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- _____. **Un Siglo de Guerra Total**. Barcelona: Hispano Europea, 1958.
- AZEVEDO, Aroldo de. A Geografia a Serviço da Política. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 21, 1955. p.42-68.
- BECKER, Bertha. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, número especial, tomo 2. p.99-125.
- BLACKSELL, Mark. **Political Geography**. Londres/Nova York: Routledge, 2006.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**. 2. ed. São Paulo: Fundamentos, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. **O Problema da Guerra e as Vias da Paz**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CAPEL SAEZ, Horacio. **Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea**: una introducción a la geografia. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Terra Livre**. São Paulo: AGB, n. 13, 1997. p.42-60.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CHACON, Vamireh. **A Questão Alemã**. São Paulo: Scipione, 1992.

- CHIAVENATTO, Julio Jose. **Geopolítica, Arma do Fascismo**. São Paulo: Global, 1981.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- _____. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.
- _____. **Terra dos Homens: a Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- COUTO E SILVA, Golbery do. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução à Geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003.
- DORPALLEN, Andreas. **The World of General Haushofer: geopolitics in action**. Nova York: Pairar & Rinehart, 1942.
- FEBVRE, Lucien. **La Tierra y La Evolución Humana**. Barcelona: Cervantes, 1925.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste. **O Século XX: o tempo das crises – revoluções, facismos e guerras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.
- FEST, Joachim C. **Hitler**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- FONT, Joan Nogue; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GORDON EAST, W.; WOOLDRIDGE, S. W. **Espírito e Propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- GRAY, Colin S.; SLOAN, Geoffrey (Org.). **Geopolitics, Geography and Strategy**. Londres/Portland: Frank Cass, 1999.
- GUILLEN, P. A Alemanha de 1919 a 1939. In: NÉRÉ, Jacques. **História Contemporânea**. São Paulo: DIFEL, 1975.

HAUSHOFER, Karl. **De la Géopolitique**. Paris: Fayard, 1986.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. 8. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914 - 1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

JORDAN, David; WIEST, Andrew. **Atlas da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Escala, 2008.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Lisboa: Gradiva, 2007.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **História da Filosofia: ideias, doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v.7.

_____. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

LEBRUN, Gerard. **O Que é Poder**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

MACMILLAN, Margaret Olwen. **Paz em Paris, 1919: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Estudos Políticos/A Arte da Guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, André Roberto. **Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery**. 118f. Tese (Livre Docência em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Fronteiras e Nações**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Geopolítica e Ideologia na Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995.

MARTINS, Luciana de Lima. **Friedrich Ratzel Através de Um Prisma**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

_____. Friedrich Ratzel Hoje: a alteridade de uma Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, ano 54, n. 3. p.105-113.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Livraria José Olympio, 1975.

_____. **Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MAULL, Otto. **Geografia Política**. Barcelona: Omega, 1960.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem Tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**. 2 ed. Madri: Alianza Universidad Textos, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papius, 1995.

MOODIE, A. E. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

NÉRÉ, Jacques. **História Contemporânea**. São Paulo: DIFEL, 1975.

Ó THUATHAIL, Gearóid. **Critical Geopolitics: the politics of whiting global space**. Londres: Routledge, 1996.

Ó THUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. 2. ed. Londres: Routledge, 2006.

POUNDS, Norman John Greville. **Political Geography**. New York: McGraw-Hill, 1963.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do Caos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RATZEL, Friedrich. **La Géographie Politique**. Paris: Fayard, 1987

_____. O Solo, a Sociedade e o Estado. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP/DG, n. 2, 1983.

SANGUIN, André-Louis. A Evolução e a Renovação da Geografia Política. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 252, 1977. p.05-35.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas**. 32. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SILVA, Altiva Barbosa da. **Povo Sem Espaço ao Espaço Sem Povo: uma análise da Zeitschrift fur Geopolitik**. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em Chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SPINDEL, Arnaldo. **O que são Ditaduras**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TAYLOR, A. J. P. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Repensando a Geografia Política: um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**: Universidade de São Paulo, número 20, 2010.

VICENS VIVES, Jaume. **Tratado General de Geopolítica**. Barcelona: Vicens-Vives, 1951.

VIGEVANI, Tullo. **A Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1990.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo; Martin Claret, 2004.

_____. **Ensaio de Sociologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica: generales y geógrafos**. 2. ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1944.

_____. [et al.]. **Principles of Political Geography**. Nova York: Appleton Century Crofts, 1957.

WHITTLESEY, Derwent. **German Strategy of World Conquest**. Nova York/Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.